



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

**NARRATIVAS DE HISTÓRIA DO BRASIL A PARTIR DO TRABALHO  
OS CASOS DE FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, DE CAIO PRADO  
JÚNIOR, O ESCRAVISMO COLONIAL, DE JACOB GORENDER E DIALÉTICA  
RADICAL DO BRASIL NEGRO, DE CLÓVIS MOURA**

**HENRIQUE ROBERTO FIGUEIREDO**

Foz do Iguaçu  
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

**NARRATIVAS DE HISTÓRIA DO BRASIL A PARTIR DO TRABALHO:  
OS CASOS DE FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, DE CAIO PRADO JÚNIOR, O  
ESCRAVISMO COLONIAL, DE JACOB GORENDER E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL  
NEGRO, DE CLÓVIS MOURA**

**HENRIQUE ROBERTO FIGUEIREDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristóvão dos Santos

Foz do Iguaçu  
2021

HENRIQUE ROBERTO FIGUEIREDO

**NARRATIVAS DE HISTÓRIA DO BRASIL A PARTIR DO TRABALHO**

OS CASOS DE FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, DE CAIO PRADO JÚNIOR, O  
ESCRAVISMO COLONIAL, DE JACOB GORENDER E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL  
NEGRO, DE CLÓVIS MOURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História  
da Universidade Federal da Integração Latino-  
Americana, como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em História – América Latina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristóvão dos Santos  
UNILA

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

*Aos Roberto e aos Figueiredo,  
ontem escravizados e hoje assalariados.  
Seremos verdadeiramente livres!*

## AGRADECIMENTOS

Minha pequena trajetória não começa aqui e desejo também não ser aqui o seu limite, no entanto, não posso agradecer pelo futuro, apenas compreender a tessitura do passado, como é de ofício dos historiadores, já que “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Assim sendo, nestas páginas tenho a intenção de relembrar o que antecede e possibilita esses cinco anos turbulentos de completo enleio e compromisso, que se materializam, agora, no singelo fenômeno que é o primeiro esforço de escrita e sistematização do conhecimento. Talvez, daqui há alguns anos, um jovem como eu ouse despreocupadamente compreender, a partir dos agradecimentos em textos de monografia de conclusão de curso, o que foi essa incipiente experiência da classe trabalhadora nas instituições universitárias e, talvez, mas só talvez, ele chegue à conclusão de que os agradecimentos eram sempre mais cumpridos nos textos daqueles que originalmente não deviam estar concluindo o curso.

É por isso mesmo que não posso deixar de mencionar que a classe trabalhadora no Brasil produziu uma experiência histórica de conciliação de classes e que escrevi esta monografia já com a experiência dissolvida. As possibilidades conquistadas pela classe trabalhadora no auge dessa experiência, como por exemplo a sua inserção (parcial, endividada, capenga) no ensino superior, parecem ainda mais ameaçadas agora, em meio ao governo de Jair Bolsonaro e com o agravante da Pandemia de Covid-19. Essas possibilidades foram apenas uma amostra da capacidade da classe trabalhadora. Neste sentido, como produto deste tempo histórico – não apenas eu, mas a família a qual pertenço – não me desfaço, nem renego essa e outras experiências de luta dos trabalhadores. Mas cumpre-se, entretanto, a sua superação, sobretudo para que não tenhamos mais as tentativas de acordos e conciliações de cúpula entre representantes de organismos ontologicamente antagônicos que nos coloquem à mercê das sucessivas crises do modo de produção capitalista e a reboque de uma burguesia associada ao imperialismo. Este trabalho é um pequeno gesto em favor de uma reconstrução...

Para agradecer minimamente como se deve, tenho que contextualizar um pouquinho os antecedentes, peço desculpas aos amigos e a banca que lerão essas palavras, sobretudo por estar me alongando.

Dos empregos que tive, o mais marcante foi, sem dúvida alguma, o de estoquista em loja de calçados. Em *Ganhando o meu pão*, Máximo Gorki nos revela de forma autobiográfica que: “Ouvindo as conversas dos patrões sobre as pessoas, eu me lembrava sempre da loja de calçados: ali falavam de igual maneira. Era evidente para mim que os patrões também se

consideravam a melhor gente da cidade, eles conheciam as regras mais exatas de conduta e, baseados nessas regras, obscuras para mim, julgavam todas as pessoas impiedosa e implacavelmente. Tais julgamentos despertavam em mim uma feroz angústia e um ressentimento contra as leis de meus patrões, infringi-las tornou-se para mim fonte de prazeres.” Ao longo de toda a graduação eu voltei, nas férias de fim de ano, para trabalhar na loja de calçados e, no interregno, meu processo de consciência de classe tomava melhores contornos, uma das situações decisivas para escolher o tema que pesquiso hoje. Os embates com os patrões foram ficando cada vez mais truculentos. Foi ali que recebi a notícia de que havia passado, em vagas remanescentes, para cursar História – América Latina na UNILA. Não posso deixar de lembrar e, também de agradecer à Maria Clara Fernandes que insistiu para que eu tentasse e depois de muita insistência, sem o meu aval, fez a minha inscrição. Se não fosse por você, eu talvez tivesse tomado outros rumos, provavelmente o da maioria dos meus amigos próximos, jovens trabalhadores da minha idade. Pude me desvencilhar, pelo menos por alguns anos, dessa sina da classe trabalhadora jovem que é o setor de serviços e a precarização do trabalho.

O historiador francês Jules Michelet, em carta escrita ao genro, certa vez disse: “O mais importante é Etienne. Preciso transmitir a ele o que meus pais fizeram por mim, dando-me, através de sacrifícios inauditos, liberdade, a liberdade de ter tempo para dedicar a meu trabalho. Que não nos entreguemos a atitudes falsamente democráticas. O trabalhador é escravo ou da vontade alheia ou do destino. Disso escapei, graças a meu pai e minha mãe”. Nesse sentido, agradeço a Nilton Figueiredo e à Camila Roberto que, a seu modo, me permitiram dar saltos cada vez mais distantes e foram percebendo e aceitando pouco a pouco quem eu me tornei. Passei a infância vendo como você, pai, tentava galgar espaços, afinal de contas, você sempre foi muito bom em seu ofício e, mesmo assim, as oportunidades e espaços lhe foram negados. Marca do racismo em nosso país. Talvez eu não seja tão bom em meu ofício quanto você é no seu, talvez esse nem seja ainda o meu ofício, mas já me foram negados oportunidades e espaços e, provavelmente muitas vezes isso acontecerá. Você sempre se culpava e em momentos de crise culpou a todos pela derrota e pela humilhação. Também sinto uma dor e uma tristeza absurdas, mas agora entendo que essa dor e essa tristeza que você tanto sentia e que agora eu carrego, são apenas produtos do fracasso coletivo. Decidi seguir outro rumo, em função disso, não bastava sentir dor sozinho, era necessário estar organizado.

Para dizer a verdade, nada seria se não tivesse você a todo tempo, mãe, contemporizando, insistindo, incentivando e permitindo, desde quando eu era menino. Sei do peso das inúmeras jornadas de trabalho, espero um dia que elas já não sejam tantas e tão amargas. Esse cansaço parece não acabar, mas um dia irá. Estarei sempre com você!

Não apenas a vocês, mãe e pai, tenho grande débito, pois a família tradicional brasileira é composta por muitos e muitas mais, mas também devo muito à Gislene, Elisabeti, Vagner, Ângela, Maria da Conceição e à Ivone Figueiredo que um disse que eu cursaria História. À Lilian e Karina Figueiredo meu agradecimento especial por serem, ao longo desses anos, as que me mantiveram aceso, mesmo quando padecia em desespero e trevas. Agradeço também à Isabel de Lima, Rubia, Carlos Roberto, Carmen Roberto e Hélio Roberto. Em especial, a Tarcísio Eduardo e Cristina Roberto por me provocarem e instigarem desde cedo.

Aqui se conforma duas gerações de trabalhadores do campo e da cidade que se adaptaram sem se resignar. Sempre fui incentivado, desde cedo, à leitura e à crítica, mas também ao esforço, à atividade e a aprender qualquer tarefa manual, em parte pelas necessidades, em parte pela pouca distinção que faziam entre o que era prático e o que era teórico. Agradeço também a nova geração, a qual pertenço, de quem retive ânimo e coragem, composta por Giullia Roberto Figueiredo, Vinícius Roberto Figueiredo, Samantha Figueiredo e Larissa Akemi Yamasaki, produto das várias uniões dos Figueiredo, que trilham, neste exato momento, maiores aventuras por este mundo dividido em classes.

Quero mandar um salve gigante de agradecimento para Leonardo e Matheus Santos, Ricardo Lopes, Lucas Trajano e Matheus Quirino que me acompanham desde pelos menos os oito anos de idade nessas aventuras e correrias. Um agradecimento para Vitória Gomes, Tulio Soares, Kauanny Pires, Gisella Maria Matrone, Pedro Bertoso, Henrique Canalonga que me viram amadurecer e me apoiaram na decisão de vir para Foz.

Aos companheiros Leandro, Gabriel e Paulo César Neves e à Karin Santos, do Cursinho Popular Vito Gianotti e da Casa da Solidariedade da Praça da Árvore. Devo e não nego, retribuirei sempre com o compromisso político que me ensinaram. Estou ansioso para o retorno! Um abraço especial com agradecimento e carinho a Victor Ochoa que me acompanhou ao longo desses anos, dando suporte material quando necessário, mas sobretudo, me incentivando a trilhar novos rumos.

Aos meus companheiros de morada e comuna em Foz do Iguaçu Ivan Alejandro Larrocha, Philippe Mota, Bruno Souza, Lucas Chagas e Nany Gutierrez, entre as várias casas por onde passei na Vila C, bairro onde residiram e ainda residem os barrageiros e suas famílias construtores da Usina de Itaipu e no Jardim Universitário, me receberam ou foram recebidos com o carinho próprio e solidário de quem se entende e se reconhece. A Alejandro Larrocha Braga, quem me recebeu como um irmão quando cheguei e com que vivi um quase casamento de cinco anos. Por onde estive nesta cidade, tive você como porto seguro.

À Michele e Cristiane Cardoso, Albert e Catarina Cardoso, Thais Mechler e,



especialmente agradeço à Cintia Renata Souza por todas as cervejas, as promessas não cumpridas, os jogos e as viagens. As minhas primeiras viagens, e até o presente momento as únicas, foram também as primeiras aproximações que tive com o Brasil de *Formação do Brasil Contemporâneo* para além da cidade de São Paulo e da cidade de Foz do Iguaçu (que só agora conheço bem). Um rapaz suburbano/caipira como eu começava a se dar conta da imensidão desse país e a confirmar a paixão pela nossa classe. Obrigado!

Aos companheiros de curso (ou de andanças pela UNILA): Bento, Márcio, Alexandre, Thaynã, Daniela Nascimento, José Martínez, Julia Piolli, Anderson Fernandes, Paula Constante, Christian Brass, Irene Freisleben pelas ideias, brincadeiras, indicações e incentivos. Aos professores Paulo Renato da Silva, Rosângela da Silva, Endrica Geraldo, Samuel Calderón, Jean Kakozi e Tereza Spyer, embora tenhamos divergências teóricas, seria um crime não lembrar o compromisso que tiveram nas aulas e que mantêm para com a sobrevivência do curso. A UNILA ainda é muito jovem e está longe de ser o projeto de integração latino-americana que queremos.

Aos e às camaradas da Juventude e da Velha Guarda: Gustavo Alves, Raul Florindo, Guilherme Marchi, Michely Siqueira, Alan Santos, Amanda Moreno, Leonardo Alves, Gustavo Miura, Diego Valdez, Ruan Soares, Louise Akemi, Cláudia Nascimento, Robert Assolari, Caroline Santos, Flora Moura, entre outros e outras tantas, a quem dediquei meu esforço e insistência, dos quais obtive paciência, cuidado e direcionamento o meu mais camarada agradecimento. Apreendi com vocês que não nos esgotamos em nós mesmos, seguiremos ombro a ombro! Ao longo de toda a pesquisa, em momentos esparsos, me senti desestimulado e triste, afinal eu estudava período colonial no Brasil e História das Ideias. Em meu objeto de pesquisa, não via a dureza e objetividade que a luta política requer dos estudos e, de modo geral, da produção intelectual. Diante de trabalhos sobre a Revolução Cubana, o desenvolvimento da China e a Estratégia Democrático-Popular por exemplo, o que eu fazia não alcançava a relevância imediata. A desmotivação, contudo, nunca veio de vocês, mas apenas de mim mesmo. Vocês não sabem, mas com cada pergunta nas formações políticas e a cada momento em que pude compartilhar uma ideia ou desenvolver algum argumento entre e com vocês, me senti mais feliz e mais útil. Agradeço, em especial, à Kariny Wermouth pela paciência e escuta de minhas inquietações e pela gentileza do ombro para com meu pranto, sobretudo quando descobri uma das facetas de Caio Prado. Ainda estou em débito com você!

Agradeço aos membros do *Cursinho Popular Ingressa*: Livia Morales, Rafael Ribeiro e Rafaela Alparone, como quem trabalhei dando aulas por um ano. A todas e todos estudantes que passaram pelas minhas aulas. Há muito de nossas conversas registradas nessas páginas!

Um agradecimento especial aos membros do Grupo de Pesquisa *Saberes em Movimento* que me influenciaram profundamente na sensibilidade e no amor dos comprometidos com a luta popular. Agradeço a Sebastián Rivas que me acompanhou no início, enfrentando comigo os meus dilemas; foi quem primeiro problematizou, sugeriu, me transmitiu calma e insistiu para que eu continuasse os estudos. Agradecimentos fortes e carinhosos à Cecília Angileli, Stella Montiel, Mariana Oliveira, Ana Raquel, Fabio San, Dâmaris Starling, Lourdes Bordais, Romina Celona, Andreza Santanna, Flora Meloni, Ana Carolina, Ligia, Mari. E um agradecimento especial à professora Roberta Traspadini que me orientou esses anos todos a desenvolver rigor, que cobrou de mim comprometimento e que me possibilitou uma formação rígida, porém fraterna, passando por temas e autores que provavelmente eu não teria conhecido na universidade. Se o desenvolvimento dos temas desta pesquisa e a apreensão crítica dos autores estudados se deve mais a alguém, é certamente a este grupo! Sem me esquecer de outro membro do Saberes, quero agradecer a este que se tornou amigo e companheiro. Um abraço forte a Paulo Roberto Costa da Silva, o Paulinho, que sempre me fez lembrar de onde eu vim, quem eu sou e para onde vou. Qualquer homenagem a você presente neste trabalho é ainda pequena!

Um agradecimento carinhoso à Maria Cañon por toda a sensibilidade e gentileza desmedidas. À Carol e Juliana com quem mantive sonoros contatos.

Ao Kaburé maracatu, nas figuras de Rodrigo Birck, Izabela e Márcia Fernandes pelo acolhimento de sempre!

Um agradecimento forte aos meus companheiros de trabalho Camila Barbosa, Douglas Cantero e André Antônio Friebel que percorreram as ruas e avenidas de Foz do Iguaçu comigo, em meio a Pandemia de Covid-19 e que, enquanto batíamos de porta em porta vendendo mercadorias que não precisavam da gente para ser vendidas, aguentaram meu mau-humor, meu pranto e meu estresse. Muitas vezes me “cobriram”, permitindo que eu pudesse estudar como diziam “sabe-se lá o que”. Naquele momento, eu mesmo não sabia explicar o que estava estudando.

Agradeço também ao professor e orientador Pedro Afonso dos Santos que me permitiu questionar e problematizar os textos e temas ao longo desses anos de trabalho, sem cerceamentos e com muito cuidado e respeito profissionais nas orientações. Ao senhor, toda minha admiração à sua capacidade de apontar alguns caminhos sem obstruir outros com serenidade e paciência. A pesquisa com o senhor, professor Pedro, completará três anos agora, mas o mais correto é que não foram três anos corridos, pois tivemos que ultrapassar muitas adversidades que comprometeram o processo, a própria Pandemia, o trabalho, a falta de

dinheiro e tempo, as atividades políticas, tudo precisou ser contornado ou conciliado para que eu continuasse por este caminho.

Agradeço a PRPPG-UNILA pela bolsa de um ano de iniciação científica. Cabe lembrar que a instituição não aceitou meu relatório de pesquisa pelo uso incorreto de ponto e vírgula na separação das palavras-chave do resumo submetido. Além disso, não posso me furtar em dizer que, por muitas vezes os autores que pesquisamos não dispuseram de investimentos públicos e condições de trabalho como as nossas – exceto Caio Prado Júnior, herdeiro de fortuna construída a base de trabalho escravo –, levando décadas para completar suas pesquisas, conciliando-as com militância política e trabalhos diversos. Enfrentando não apenas prisões, exílios, perseguições políticas, como também as guerras. Jacob Gorender e Clóvis Moura não concluíram graduação em função de suas atividades políticas. Aos autores, todo meu agradecimento e minha admiração.

Por fim e com extrema importância, agradeço à Nahayanna Sorgon pela ternura, pelos ensinamentos, pelo rigor no trabalho, pelas leituras críticas, proposições e diálogos mais que instigantes. Eu teria desistido muitas vezes ao longo dessa jornada, e você, com sua capacidade de racionalizar o que parece irracional, em muitas das vezes me fez desistir de desistir. Obrigado por compartilhar comigo desse amor-camarada!

Sei que as palavras dispostas aqui não são suficientes para agradecer a todas e todos, mas elas são necessárias. Possivelmente eu tenha me esquecido de pessoas importantes, peço desculpas se for este o seu caso. Teremos tempo para as demonstrações que não cabem no papel.

A todos e todas meu sincero agradecimento, sem cada um de vocês e sem todos vocês juntos, estes cinco anos não seriam possíveis e esta pequena pesquisa muito menos.

*Devemos escrever a realidade. A verdade. Revelar os fatos que corrompem um país.*  
***Casa de Alvenaria, Carolina Maria de Jesus***

*De resto, o trabalho é árduo, além de árduo é feito durante muitas horas seguidas, e o cansaço tira e embota a alegria das restantes horas de repouso.*  
***No ajuste de contas, Lima Barreto***

FIGUEIREDO, Henrique Roberto. **Narrativas de história do Brasil a partir do trabalho: os casos de Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender e *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura. 2021. pp. 165. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

## RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar a categoria trabalho à luz do contextualismo linguístico de Skinner (2005), compreender a sua disposição e função ao longo dos livros *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), de Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial* (2016), Jacob Gorender e *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), de Clóvis Moura. Partindo da entrevista de Clóvis Moura concedida à Revista Princípios no ano de 1995, na qual o autor afirma que “a história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita”, pretendemos reorganizar a sua principal crítica feita à historiografia brasileira. Partimos da hipótese, contrariando Moura, de que estes textos configuram narrativas de história do Brasil articuladas pela categoria de trabalho. No entanto, diante do acúmulo de debates da Teoria da História e do avanço das teorias narrativistas na produção acadêmica contemporânea, pelo menos desde a década de 1990, optamos também por problematizar o termo narrativa. Dessa forma, tentaremos responder em que sentido essas histórias do Brasil a partir do trabalho conformam narrativas e qual o estatuto da narrativa nesses textos. As etapas para a realização desta pesquisa podem ser divididas da seguinte maneira: 1) a leitura imanente dos três textos, fichamento e síntese; 2) percepção de diálogos entre o autores dentro dos textos, por meio de citações e da temática tratada; 3) formulação de perguntas e problemas que nos pudessem evidenciar intersecções até então hipotéticas e as diferenças das narrativas de história do Brasil a partir do trabalho, bem como da problemática sobre o caráter da narrativa; 4) a contextualização de cada texto em meio a seu contexto linguístico; 5) leitura de bibliografia comentadora dos textos estudados; 6) leitura de outros textos dos autores estudados; 7) a comparação da categoria trabalho e sua função nas três narrativas; 8) análise da estrutura narrativa nas obras escolhidas. Esperamos demonstrar como os livros (PRADO, 2011), (GORENDER, 2016) e (MOURA, 2014) contribuem para a escrita da história do Brasil a partir do trabalho, ainda que elementos da narrativa organizem o sentido de suas explicações.

**Palavras-chave:** Trabalho. Narrativa. Historiografia. Materialismo Histórico Dialético. Escravidão.

FIGUEIREDO, Henrique Roberto. **Narratives of Brazilian history from the category of Labor:** the cases of *Formação do Brasil Contemporâneo*, by Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial*, by Jacob Gorender and *Dialética Radical do Brasil Negro*, by Clóvis Moura. 2021. pp. 165. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

### ABSTRACT

The present work intends to analyze the category of labor in the light of Quentin Skinner's linguistic contextualism (2005) to understand its disposition and functions in *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), by Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial* (2016), by Jacob Gorender e *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), by Clóvis Moura. Following Moura's interview in *Princípios* journal in 1995, in which the author claimed that "the history of labor in Brazil has yet to be written", we intend to re-organize Moura's main criticism of Brazilian historiography. Our hypothesis is that, contrary to what claimed Moura, the above mentioned works do configure narratives of Brazilian history articulated by the category of labor. Nevertheless, because of the debates in Historical Theory surrounding narrativism, we chose also to problematize the concept of narrative. Therefore, we try to answer in what sense these works conform narratives and what is the statute of narrative in them. The steps taken in the research were the following: 1) internal close reading of the three works; 2) identification of dialogues between the authors via mutual citations and common themes; 3) formulation of hypothetical intersections between the works and the differences between each narrative, while also investigating what is the character of narrative in each one; 4) contextualization of each text; 5) close reading of the critical bibliography about each author and text here discussed; 6) further readings of pertinent texts by each author; 7) comparison of the category of labor in each narrative and its functions; 8) analysis of the narrative structure in each text. We aim to demonstrate how the three books (PRADO, 2011), (GORENDER, 2016) and (MOURA, 2014) contribute to the writing of Brazilian history from the perspective of the category of labor, while maintaining narrative aspects to organize the meaning of their interpretations.

**Keywords:** Labor. Narrative. Historiography. Historical and Dialectical Materialism. Slavery.

FIGUEIREDO, Henrique Roberto. **Narrativas de história de Brasil basadas en el trabajo:** los casos de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender e *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura. 2021. pp.165. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em nome do curso) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

## RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo analizar la categoría trabajo a la luz del contextualismo lingüístico de Skinner (2005), para comprender su disposición y función a lo largo de los libros *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), de Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial* (2016), Jacob Gorender y *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), de Clóvis Moura. A partir de la entrevista de Clóvis Moura a la Revista *Princípios* en 1995, en la que el autor afirma que “aún no se ha escrito la historia del trabajo en Brasil”, pretendemos reorganizar su principal crítica a la historiografía brasileña. Partimos de la hipótesis, contraria a Moura, de que estos textos configuran narrativas de historia de Brasil articuladas por la categoría trabajo. Sin embargo, dada la acumulación de debates en la Teoría de la Historia y el avance de las teorías narrativistas en la producción académica contemporánea, al menos desde la década de 1990, también optamos por problematizar el término narrativa. De esta manera, intentaremos responder en qué sentido estas historias de Brasil, basadas en la categoría trabajo, corresponden a las narrativas y cuál es el estatus de la narrativa en estos textos. Los pasos para realizar esta investigación se pueden dividir en: 1) la lectura inmanente de los tres textos, con fichas y síntesis; 2) percepción de los diálogos entre los autores dentro de los textos, a través de citas y el tema abordado; 3) formulación de preguntas y problemas que puedan mostrarnos intersecciones hasta ahora hipotéticas y las diferencias en las narrativas de la historia brasileña basadas en categoría de trabajo, así como la problemática sobre el carácter de la narrativa; 4) la contextualización de cada texto dentro de su contexto lingüístico; 5) lectura de la bibliografía secundaria acerca de los textos estudiados; 6) lectura de otros textos de los autores estudiados; 7) la comparación de la categoría de trabajo y su función en las tres narrativas; 8) análisis de la estructura narrativa de las obras elegidas. Esperamos demostrar cómo los libros (PRADO, 2011), (GORENDER, 2016) y (MOURA, 2014) contribuyen a la escritura de la historia de Brasil basada en el trabajo, aunque elementos de la narrativa organizan el significado de sus explicaciones.

**Palabras clave:** Trabajo. Narrativa. Historiografía. Materialismo Histórico Dialéctico. Esclavitud.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Sistematização de fontes primárias entre O Escravismo Colonial e Formação do Brasil Contemporâneo.....	111
<b>Quadro 2</b> – Sistematização de fontes primárias entre O Escravismo Colonial e Formação do Brasil Contemporâneo.....	115
<b>Quadro 3</b> – Sistematização de fontes primárias e secundárias entre Dialética Radical do Brasil Negro e Formação do Brasil Contemporâneo.....	122
<b>Quadro 4</b> – Sistematização de fontes primárias entre Dialética Radical do Brasil Negro e O Escravismo Colonial.....	126



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
OEC	O Escravismo Colonial
DRBN	Dialética Radical do Brasil Negro
FBC	Formação do Brasil Contemporâneo
CPJ	Caio Prado Júnior
JG	Jacob Gorender
CM	Clóvis Moura
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFESP	Universidade Federal do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL AINDA NÃO FOI ESCRITA?.....</b>	<b>23</b>
1.1 PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, MARXISMO E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA .....	35
1.1.1 Caio Prado Júnior (1907-1990).....	38
1.1.2 Jacob Gorender (1923-2013) .....	43
1.1.1 Clóvis Moura (1925-2003).....	48
<b>2 A CATEGORIA TRABALHO EM FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, O ESCRAVISMO COLONIAL E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO.....</b>	<b>55</b>
2.1 PREÂMULO: TRABALHO CONCEITO OU TRABALHO CATEGORIA.....	55
2.2 TRABALHO CONCEITO E TRABALHO CATEGORIA.....	58
2.2.1 Trabalho, Modo de Produção e Formação Social em O Escravismo Colonial.....	60
2.2.2 Trabalho, Modo de Produção e Formação Social em Dialética Radical do Brasil Negro .....	65
2.2.3 Trabalho, Modo de Produção e Formação Social em Formação do Brasil Contemporâneo .....	69
2.3 TRABALHO ESCRAVO NA COLÔNIA: SURGIMENTO OU RESSURGIMENTO?.....	71
2.4 CATEGORIAS: CONDIÇÃO DE ESCRAVO, ESCRAVIDÃO, TRABALHO ESCRAVO, TRABALHO SERVIL, ESCRAVO.....	81
2.5 TRABALHO ESCRAVO COMO CARACTERÍSTICA CELULAR DA COLÔNIA .....	82
2.6 RESISTÊNCIA AO TRABALHO ESCRAVO: A LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO DA CULTURA.....	85
2.6.1 O trabalho Escravo, a Cultua e a “Superestrutura” no Brasil Colônia.....	87
2.7 O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO NA NARRATIVA DO BRASIL COLÔNIA. ....	93
<b>3 A NARRATIVA HISTÓRICA E A PESQUISA HISTÓRICA EM FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, O ESCRAVISMO COLONIAL E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO .....</b>	<b>97</b>
3.1 A ESTRUTURA NARRATIVA E O TRABALHO DE PESQUISA.....	101

3.2 FONTES PARA O FUNCIONAMENTO DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR .....	118
3.3 DIFERENTES FONTES USADAS E DIFERENTES CONTRUÇÕES DO OBJETO .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXO A – TÍTULO DO ANEXO.....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

Partindo da entrevista de Clóvis Moura concedida à Revista *Princípios* no ano de 1995, na qual o autor afirma que “a história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita”, pretendemos reorganizar a sua principal crítica feita à historiografia brasileira e, com isso, analisar a categoria trabalho à luz do contextualismo linguístico de Skinner (2005), compreender a sua disposição e função ao longo dos livros *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), de Caio Prado Júnior, *O Escravismo Colonial* (2016), Jacob Gorender e *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), de Clóvis Moura. Partimos da hipótese, contrariando Moura, de que estes textos configuram narrativas do Brasil articuladas pela categoria de trabalho. No entanto, diante do acúmulo de debates da Teoria da História e do avanço das teorias narrativistas na produção acadêmica contemporânea, pelo menos desde a década de 1990, optamos também por problematizar o termo narrativa. Dessa forma, tentaremos responder em que sentido essas histórias do Brasil a partir do trabalho conformam narrativas e qual o estatuto da narrativa nesses textos.

As etapas para a realização desta pesquisa podem ser divididas da seguinte maneira: 1) a leitura imanente dos três textos, fichamento e síntese; 2) percepção de diálogos entre o autores dentro dos textos, por meio de citações e da temática tratada; 3) formulação de perguntas e problemas que nos pudessem evidenciar intersecções até então hipotéticas e as diferenças das narrativas de história do Brasil a partir do trabalho, bem como da problemática sobre o caráter da narrativa; 4) a contextualização de cada texto em meio a seu contexto linguístico; 5) leitura de bibliografia comentadora dos textos estudados; 6) leitura de outros textos dos autores estudados; 7) a comparação da categoria trabalho e sua função nas três narrativas; 8) análise da estrutura narrativa nas obras escolhidas.

A primeira, a segunda e a terceira etapas de pesquisa correspondem à leitura imanente dos três textos. Nela pudemos ter o primeiro contato com os três textos de CPJ, JG e CM<sup>1</sup>. Foi em meio às discussões no grupo de estudos *Saberes em Movimento* e na disciplina de *Teoria e Metodologia da História* que fomos articulando os temas e percebendo citações diretas entre os autores. Um primeiro diálogo observado foi o da caracterização da formação social brasileira durante o período colonial: em *Formação do Brasil Contemporâneo* se caracteriza como capitalista, ou como própria do desenvolvimento capitalista europeu (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 17). Em *O Escravismo Colonial* se caracteriza como um modo de produção historicamente novo e conseqüentemente uma nova formação social, com dinâmicas internas próprias

---

<sup>1</sup> Utilizaremos siglas para nos referir aos autores e principais livros estudados ao longo do trabalho.

(GORENDER, 2016, p. 83-88). E em *Dialética Radical do Brasil Negro* se caracteriza como modo de produção escravista intimamente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo na Europa (MOURA, 2014, p. 66).

Além do diálogo mencionado, fomos percebendo menções diretas feitas entre autores, discussões e críticas; uma continuidade entre os textos por se tratar de estudos ancorados no materialismo histórico dialético e por se tratar de militantes comunistas. Em princípio observamos que a categoria trabalho, poderia ser analisada e, por isso, tornar-se objeto da pesquisa, pois entra em diálogo aberto a partir do texto de Gorender, como ponto nevrálgico para a formulação do conceito de *modo de produção escravista colonial*, enquanto para Moura aparecia também como ponto chave, na medida em que a análise de história do Brasil feita através do trabalho, narrara uma história da base material e, portanto, das lutas de classes, das classes populares. Para Caio Prado Júnior, em FBC, a categoria não se apresentava com tanta nitidez como sendo organizadora teórica, no entanto, todo o texto está permeado por amplas descrições das condições de trabalho e do processo produtivo da vida material. Apenas contextualizando sua obra, pudemos perceber que para o momento em que escreveu fazia grande diferença interpretar o Brasil levando em consideração a produção e a reprodução da vida material.

Na quarta etapa fizemos as leituras teóricas de História das Ideias<sup>2</sup>, mais propriamente direcionadas ao contextualismo de Skinner (2005), nas quais constamos uma insuficiência que foi contrastada pelas formulações de Benjamin (1987). Nossa pesquisa, dessa forma, se insere no domínio da História das Ideias<sup>3</sup>, mas considera que as ideias não são apenas imbuídas da subjetividade de seus autores, senão, que correspondem historicamente a época em que foram escritas, isto é, à sociedade na qual foram produzidas, ao meio cultural, econômico, político em que se desenvolvem<sup>4</sup>. A produção intelectual, assim como toda a produção, é historicamente

---

<sup>2</sup> Temos alguns estudos clássicos de História das Ideias no Brasil em que essa regra não se aplica, cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1977. Id., *A ideia de revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Globo, 2008. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. – 4ª edição, 9ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>3</sup> Há um amplo debate sobre as diferenças entre História das Ideias e História Intelectual. Optamos pelo termo História das Ideias para nos afastar de uma História das Mentalidades como a produzida por Philippe Ariès, ainda que, em geral, autores ancorados no contextualismo linguístico e na tradição anglo-saxônica utilizem a denominação História Intelectual. Cf. ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogerio F. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. Para mais informações sobre o debate interno da História das Ideias ou História Intelectual, cf. LOPES, Marcos A. (org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>4</sup> Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Clássicos). Nos baseamos em boa parte das formulações apresentadas sobre materialidade da constituição do ser social e de sua consciência e, por isso, da produção das ideias.

condicionada.

Ficou patente para nós, partindo dessa concepção, que a dificuldade de produzir uma pesquisa de História das Ideias residia na capacidade de análise das condições sócio-históricas de produção das ideias. Além disso, Falcon (1997, p. 179-183), importante historiador brasileiro das ideias, defende que a produção de História das Ideias não é possível se o conceito de “texto histórico” não for expandido para textos que não foram produzidos por historiadores de formação. E apoiando-se na tipologia formulada por Leonard Krieger, aloca o contextualismo linguístico de Quentin Skinner junto a vertente que compreende as “ideias” com autonomia e independência, e por conseguinte, junto as metodologias “internalistas”, isto é, que se detém estritamente ao texto, ao discurso e a linguagem, diferente de uma abordagem “externalista” que observaria no contexto sócio-histórico os elementos para a compreensão das modificações das ideias.

Por outro lado, Lacerda e Kirschner (2003, p. 29-30) questionam a definição de Falcon, afirmando que a problemática acerca das abordagens que abstraem ou ressaltam o “contexto”, dessa forma, se desencaminha para o que se entende por “contexto”. E dificilmente qualquer abordagem em História das Ideias consegue ignorar o contexto: “se a noção de contexto for tomada na acepção ampla de circunstâncias culturais ou quadro temporal que esclarecem o conteúdo semântico de qualquer vocabulário, poético, religioso, filosófico ou coloquial”. Ao que parece é uma intenção dos defensores de métodos idealistas defender que contexto seja menos que a realidade concreta e apenas o campo da representação, do simbólico ou do cultural.

Diante dessas apreensões, entendemos que o uso da metodologia proposta por Skinner (2005) deveria ser tomado com certas ressalvas. Não partimos da intenção de produzir uma pesquisa exaustiva sobre os contextos sócio-histórico de produção de cada obra estudada. Convinha, portanto, que o uso do texto, poderia servir para a compreensão do contexto intelectual e vice-versa<sup>5</sup>. Assim sendo, a análise textual nos é relevante para apreender as similaridades e pontos de encontro entre *Formação do Brasil*<sup>6</sup>, *O Escravismo Colonial* e

---

<sup>5</sup> “(...) há muitas coisas importantes sobre os textos que precisam ser estudadas, além dos próprios textos, se se quiser efetivamente compreendê-los; caso contrário, não seria possível compreender quais haviam sido suas motivações, a que eles se referiam e se estavam, por exemplo, satirizando, repudiando, ridicularizando ou aceitando outras ideias e argumentações” SKINNER, apud OLIVEIRA, 2003, p. 69, cf. OLIVEIRA, Maria Izabel de Moraes. História Intelectual e teoria Política: confluências. In: LOPES, Marcos A. (org.). Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003, p. 60-70.

<sup>6</sup> Cabe lembrar que os próprios autores estudados possuem opiniões a respeito da produção das ideias. A título de exemplo temos: “Ideias são matéria que nunca falta: há-as sempre de todos os naipes e para todos os gostos. E se paramos nelas sem procurar diretamente os fatos que as inspiram, ficamos na impossibilidade de explicar por que, de um momento para outro, uma destas ideias, e não outra qualquer, ganha impulso, se alastra, vence e acaba se realizando. As ideias, por si, não fazem nada; e para o historiador não devem servir senão de sinais, expressões ou sintomas aparentes de uma realidade que vai por baixo, nos fatos concretos, e que as

*Dialética Radical*, não somente para mapear os debates travados pelo “pensamento social brasileiro”, do marxismo e da historiografia brasileira, mas também, na medida em que desvelam suas diferenças interpretativas e sua originalidade, em que nos ajudam a perceber melhor os seus textos, depois de termos visualizado, em panorama, os contextos.

Skinner (2005, p. 104) dissecou os problemas recorrentes na produção deste domínio da história, entre eles é ressaltado a mitologia da *prolepse*, ela acontece: “(...) quando estamos mais interessados no significado retrospectivo de um dado episódio do que no seu significado para o actor que o viveu”. Produz-se aqui uma assimetria entre o *significado* atribuído pelo historiador e o *significado* de fato do episódio, isto é, o *significado* eminente no contexto da obra. Para exemplificar como a mitologia da *prolepse* funciona, o autor usa como exemplo teorias que atribuem à Rousseau o início de ideias e justificativas para regimes totalitários. Dessa mitologia (a *prolepse*) nasce a *teleologia*, um “absurdo histórico”, cometido pelos historiadores das ideias quando por exemplo se aloca um autor em uma determinada doutrina que ele possa ter fundado. O exemplo utilizado por Skinner convém ressaltar é: Locke é um dos fundadores do moderno liberalismo e da moderna escola empírica, isso não necessariamente significa que ele seja um liberal (SKINNER, 2005, p. 104-106).

Acontece que para a interpretação de uma ideia ou de uma corrente de pensamento, o conceito de influência por vezes é mal utilizado pelos historiadores, na medida em que não se certificam da relação que o autor estudado tem com obras e autores mais antigos. Da *prolepse* à *teleologia* os historiadores cometem absurdos históricos, as mais recorrentes são, atribuir a um autor a precursão de uma corrente de pensamento ou interpretar um dado autor como tendo sido influenciado por outro e, portanto, formado uma corrente de pensamento. Visualizando essas falhas interpretativas e para diminuir as chances de direcionar as análises no sentido de uma falsa influência, produz-se um esquema lógico de checagem:

Esse conjunto de condições [conexões entre os autores estudados pelo pesquisador] deveria, pelo menos, incluir: (i) que B reconhecidamente estudou as obras de A; (ii) que B não poderia ter encontrado as doutrinas em causa em qualquer outro autor que não A; e (iii) que B não poderia ter chegado sozinho a essas doutrinas.” (SKINNER, 2005, p. 108)

Como vemos, o modelo de checagem estabelece três regras que permitem melhor confiança na interpretação, restringindo a possibilidade do historiador incorrer em mitologias como a *prolepse* ou a *teleologia*, sobretudo, restringindo a possibilidade de errar no uso do conceito de influência. Nos inspiraremos nessa proposição para conseguir captar os debates e

---

provoca.”, cf. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 380.

as intertextualidades em *Formação do Brasil, O Escravismo Colonial e Dialética Radical*, mas com a ressalva de não tentar encontrar propriamente a influência de um livro sobre o outro, ou mesmo de um autor sobre o outro, e sim os vínculos diretos e indiretos que se estabeleceram entre ambos em seus principais textos.

Uma outra forma de cometer os erros apontados por Skinner, é também aproximar doutrinas aparentemente similares que estão distanciadas pelo tempo, isto ocorre quando o historiador, com seus preceitos, entende a partir do paradigma contemporâneo as doutrinas passadas e, dessa forma, subentende que a doutrina passada é precursora do paradigma contemporâneo. Assim, facilmente o historiador encontrará aparentes contradições na doutrina antiga estudada. A *prolepse* funciona como uma antecipação feita pelo historiador que estuda uma dada ideia, dessa forma ele vê em seu objeto de estudo uma certa influência para um objeto do presente, fazendo com que o objeto passado pareça, por vezes, distorcido. Em síntese, para Skinner (2005) para minar as possibilidades de cair em mitologias e conseqüentemente em absurdos históricos, os historiadores das ideias devem ater-se ao sentido do escrito e do dito, mas também ao que os autores (estudados) faziam no momento em que escreviam, isto é, o sentido da ação ou *atos de fala*.

Todavia, deter-se apenas no que é dito pelos autores dos textos clássicos (os autores que estamos estudando), isto é, estudar o texto em si mesmo, não é a melhor maneira de compreendê-los adequadamente, ela é insuficiente segundo Skinner (2005, p. 113): “A razão fundamental, caso queiramos compreender um texto dessa natureza, é que deveremos ser capazes de interpretar não apenas o significado do que foi dito, mas também a intenção que o autor em questão pode ter dito ao dizer aquilo que disse”. *Significado e intenção/intencionalidade* precisam ser analisados num dado texto. O historiador das ideias trabalha no limiar do que foi dito e o que se pretende dizer. Desta forma, deve-se analisar o que os textos transmitem e o que querem transmitir. O que os autores dizem e o que fazem enquanto dizem. Algumas perguntas podem nortear esse tipo de pesquisa, dirá o autor:

(...) porque é que um texto está organizado de certa maneira; porque é que se utiliza um determinado vocabulário e não outro; porque é que certos argumentos, em particular, são escolhidos e sublinhados; porque é que, em geral, o texto possui uma identidade e uma configuração específicas (SKINNER, 2005, p. 119)

Nesse sentido, para complementar suas instruções, buscamos – no estudo historiográfico – analisar como a categoria trabalho influenciava na argumentação de cada texto, quais tipos de sentido eram produzidos pela forma dos textos e pelas generalizações feitas pelos autores, quais fontes primárias foram utilizadas para o direcionamento das interpretações



e das narrativas históricas, a disposição do sumário e como organizaram o “desenrolar” das teses em começo, meio e fim. Cabe ressaltar, observado apenas os próprios textos.

Skinner advoga a fraqueza do estudo de história das “ideias unitárias” que seria, em termos gerais, uma análise das contribuições de vários autores ao longo do tempo para a mesma ideia, como se houvesse uma continuidade da ideia no tempo. De tal forma que:

A crítica que deve ser feita a essas narrativas históricas não é apenas que elas estão sujeitas a permanentemente perderem o sentido. O pior, quando percebemos que não existe nenhuma ideia precisa para a qual os diferentes autores tenham contribuído, apenas diversas afirmações feitas por uma variedade de diferentes actores com intenções muito diferentes, é chegar à conclusão que não se justifica fazer história da ideia. Existe apenas a história das suas diferentes utilizações e das diversas intenções que presidiram ao seu uso. Essa história muito dificilmente poderá ser considerada como a história de uma ‘ideia unitária’. Na verdade, a persistência no uso de determinadas expressões diz-nos muito pouco de fidedigno acerca da persistência das questões que elas supostamente estariam a responder, como também nos dizem muito pouco sobre o que os diferentes autores queriam realmente transmitir com a sua utilização. (SKINNER, 2005, p. 121)

Segundo a citação acima, embora haja continuidades em padrões do pensamento ocidental, a História das Ideias se faz mais adequada, na medida em que reflete sobre os diferentes usos aos quais uma ideia está sujeita. Dessa forma, não procuraremos compreender a categoria de trabalho como uma ideia unitária, a qual Prado, Gorender e Moura contribuem para a continuidade ao longo do século XX na produção intelectual no Brasil. Mas sim, como a categoria é utilizada por cada autor e como se dispõe em cada obra, assumindo funções diferentes para as respectivas narrativas históricas do Brasil, tendo em vista que são narrativas tomadas pela análise do Brasil colônia.

Em suma, para compreender um determinado texto, deve-se compreender o que foi dito e a intenção que o autor teve ao dizer o que disse, mas também o *sentido* “por trás” do que foi dito, bem como o que o autor fazia enquanto dizia. Essa complicação pode parecer confusa, e para facilitar basta que entendamos que o cerne é compreender a intenção do autor com a escrita do texto. O contexto histórico e social permite analisar quais significados um autor poderia tentar comunicar, no entanto, Skinner (2005) conclui que a importância da História das Ideias reside na percepção da relação entre as mudanças linguísticas e ideológicas. Não reside no estudo das repostas dadas pelos autores clássicos à problemas eternos. Para ele, os textos clássicos respondem apenas aos problemas colocados pelos próprios autores em seus contextos e não os nossos problemas presentes, por fim, possui relevância na compreensão de diferentes comprometimentos políticos e suas diferentes formas de manifestação. Em outras palavras, contribui para a desnaturalização de ideias tomadas como imutáveis: “podem [as ideias] não

passar de contingências da nossa própria história local e da nossa própria estrutura social” (SKINNER, 2005, p. 126).

O nosso objeto de estudo – a categoria trabalho – ganha maiores potenciais de análise se compreendido em meio aos recursos dos quais dispomos, neste caso, as próprias obras dos autores à luz do contextualismo linguístico. O estudo das referências citadas, das categorias utilizadas, dos termos empregados para se referir ao trabalho escravo nos permitirá esse primeiro momento de aproximação. Localizamos cada autor em seu respectivo contexto de debates, de problemas e questionamentos; etapa que poderia ser complementada com uma pesquisa sobre os livros que tiveram acesso e sobre os termos recorrentes entre seus contemporâneos para retratar todo o ambiente da escravidão e do trabalho escravo. Neste aspecto, situa-se uma das já mencionadas limitações desta pesquisa.

Ocorre de evidenciarmos se a categoria de trabalho se articula ou não com outras categorias analíticas, e como, de modo mais geral, se articula ao materialismo histórico e dialético<sup>7</sup> nos respectivos livros. Dessa forma, a metodologia do contextualismo linguístico mostra como necessária apenas para esta primeira aproximação aos livros estudados, na medida em que nos fornecerá melhor arcabouço teórico de compreensão do *significado* das obras no período em que suscitaram debates no marxismo, ou seja, nos permite visualizar as obras localizadas em seu tempo histórico. Esse recurso metodológico contrastamos com as formulações de Walter Benjamin (1987), a fim de alcançar uma segunda etapa de aproximação aos livros estudados, na qual as obras não fiquem restritas ao seu contexto histórico e linguístico, não apenas nos servindo de fonte para a compreensão do passado onde se localizam e de seu próprio *significado* imediato, mas também, como fonte de referências interpretativas para o presente.

Tratando respectivamente da historiografia como disciplina que pode alterar o passado, do “pensamento social brasileiro” e do marxismo vinculado ou não ao Partido Comunista acabamos por nos enveredar pela disputa de narrativas de história do Brasil, demarcada sobretudo por uma historiografia oficial ligada aos órgãos governamentais, as instituições de ensino e pesquisa por um lado, e teóricos, intelectuais e militantes apartados das universidades, por outro. Se pudéssemos distinguir uma etapa metodológica de uma etapa teórica no processo de pesquisa para fins didáticos, diríamos que para uma segunda abordagem, já mais detida e preocupada com a possibilidade de os textos estudados responderem

---

<sup>7</sup> Sobre o método e o uso dos termos materialismo histórico ou materialismo dialético, quais as diferenças etc. há um vasto debate que perpassa Engels, Lenin entre outros.

questionamentos presentes, o contextualismo de Skinner se faz insuficiente, justamente por sua concepção teórica acerca da História das Ideias e do passado, como pudemos observar em citações acima. No plano teórico, por assim dizer, encontramos em Benjamin uma percepção do passado e do ofício do historiador que contrasta a de Skinner.

Nesta segunda etapa de aproximação aos objetos de estudo, podemos dizer que sua concepção teórica, ainda que não tão rigorosamente articulada em uma metodologia de pesquisa, como o faz Skinner, nos ajuda a pensar os textos FBC, OEC e DRBN para além do que significaram em seus contextos imediatos. Em (teses) *Sobre o conceito de história 1987* o autor produz uma crítica ao historicismo de Ranke<sup>8</sup>, discute a ideia burguesa de progresso contida na social-democracia alemã que, naquela época (a década de 1940), alimentara o fascismo, bem como discute o ofício do historiador comprometido com as classes dominadas. Na já famosa tese número seis afirma:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225)

Na primeira frase, o autor faz a crítica ao historicismo de Ranke, criticando a história factual. Seu direcionamento seguinte, no qual está em jogo a maneira como entendemos o passado, se dá em função de um posicionamento de quem o articula (o passado) procurando solucionar um perigo no presente. Segundo o autor, a função do materialismo histórico é captar essa reminiscência do passado articulando-a historicamente para que os sujeitos históricos dela se apropriem, tomando posição num momento crítico do presente. O que sucede é que aqueles que produzem a história “como ele de fato foi” fazem a história dos vencedores, neste sentido, a história das classes dominantes até hoje. Benjamin coloca as classes dominadas no centro da produção histórica ou historiográfica, antes de colocar o historiador materialista em função delas. Isso significa que, estando o passado em constante disputa no seio da luta de classes, fazer historiografia impele o historiador comprometido a tomar posição, articular o passado em

---

<sup>8</sup> Leopold von Ranke foi um historiador alemão, representante do historicismo e da escola metódica alemã, para mais informações, cf. CARDOSO, Ciro F. Uma introdução à História. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

função do presente, pois não apenas o presente está em mudança, como também o passado (em disputa) que o legitima.

A principal ideia contida nessa tese é a de que a classe operária revolucionária junto ao historiador materialista, conformam o “Messias”, que não apenas salva, como vence as classes dominantes de todas as épocas precedentes – “o Anticristo” –, modificando a percepção do fazer revolucionário, do futuro para o passado. Se na concepção utópica de revolução, os revolucionários se movem por um futuro diferente, pelas gerações que estão por vir, na concepção alterada proposta por Benjamin, os revolucionários se movem pelo sacrifício feito pelas gerações anteriores, pelo ódio a barbárie no passado e pelo perigo que ela emana no presente. Essa concepção teórica de passado e do fazer historiográfico é que retiraremos o subsídio para à análise da categoria trabalho, contextualizar linguisticamente as obras estudadas, sem impedir que elas evidenciem o potencial explicativo que possuem no presente.

Em síntese, na tentativa de restringir a possibilidade de nos precipitar em erros como a prolepse ou a teleologia, buscamos situar histórica e linguisticamente os três textos estudados. Como nosso objeto é especificamente a categoria de trabalho, buscamos localizá-la em cada texto, interpretando sua disposição e função em cada narrativa histórica. Foi uma opção, escolhida ao longo da pesquisa, problematizar o conceito de narrativa que utilizamos com ressalvas. Isto se deve ao fato de contemporaneamente e mesmo no período de produção de Moura e Gorender, a historiografia padecer de alguns fenômenos que negavam a possibilidade do conhecimento racional do mundo. Não havia, portanto, possibilidade de trabalhar com o termo narrativa sem nos distanciarmos desse espectro. Trataremos mais especificamente do narrativismo e da narrativa em subitem posterior.

Dessa forma, pudemos iniciar a comparação das referências bibliográficas citadas e referenciadas pelos autores, dividindo-as em fontes primárias e fontes secundárias. O corte utilizado foi o mesmo estabelecido por Gorender em OEC, se servissem para os autores como testemunhos da época do escravismo foram enquadrados como fonte primária, enquanto a o que era utilizado e contextualizado como uma possível interpretação, uma análise durante ou depois do escravismo, ficou referido como fonte secundária. Não podemos deixar de mencionar que, para um estudo de História das Ideias, seria mais pertinente trabalhar com a primeira edição de cada livro analisado, neste sentido, temos uma das nossas limitações, pois trabalhamos com versões recentes dos três.

Já na quinta e sexta etapas, podemos caracterizar como parte de um mesmo movimento, além de contextualizar histórica e linguisticamente os autores e as obras, perceber as conexões íntimas entre os autores e todas as suas produções, serviu para situar a nossa

pesquisa em meio a bibliografia produzida acerca de CPJ, JG e CM. Em geral os comentadores classificam as obras dos autores em meio ao marxismo, a historiografia brasileira ou ao pensamento social brasileiro. Caio Prado é respectivamente enquadrado na tríade com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda com a denominação a partir da forma ou da estrutura típica de escrita da época, ficou conhecido como “ensaísmo”. A periodização utilizada para melhor situá-lo é nomeada como período de “Redescobrimento do Brasil (1933-1937) (MOTA, 1977, p. 27). Enquanto no prefácio canonizado de *Raízes do Brasil*, escrito por Antonio Candido, este prefere enquadrá-lo dentro da “geração de 30” (CANDIDO, 2014, p. 9-24).

Na sétima etapa, já propriamente a contribuição da nossa pesquisa, fomos construindo a interpretação sobre o uso da categoria trabalho nas três narrativas históricas. Ao longo da análise pudemos ir percebendo que a hipótese sobre os textos serem narrativas a partir do trabalho era parcialmente correta. Na oitava e última etapa fizemos uma análise das referências primárias e secundárias como ponte para a compreensão do sentido que a narrativa assume em cada texto, contrapondo-nos às teses narrativistas.

No que diz respeito a maneira como a pesquisa será exposta e desenvolvida, podemos dizer que preferimos dividi-la em três seções, a primeira seção corresponde ao contexto ou a contextualização do desenvolvimento do objeto de estudo, do problema, das hipóteses de trabalho, além de uma pequena revisão bibliográfica e uma discussão teórico-metodológica no domínio da História das Ideias, ao qual nos orientamos. Ela está dividida em dois capítulos, no primeiro temos mais bem exposto o fio condutor de toda a pesquisa: as problemáticas levantadas por Clóvis Moura na entrevista de 1995. Nele, faremos uma interpretação das críticas de Moura que nos permitiu chegar à hipótese de Formação do Brasil Contemporâneo (2011), O Escravismo Colonial (2016) e Dialética Radical do Brasil Negro (1994) conformam narrativas de história do Brasil a partir do trabalho. Apresentaremos uma sistematização geral, já inspirados no contextualismo linguístico de Skinner (2005), que organiza as intersecções dos livros que selecionamos. A partir da entrevista e do contraste com outros textos dos autores a respeito da “narrativa” na escrita da história demonstraremos como chegamos ao segundo problema de pesquisa, isto é, compreender em que medida essas histórias do Brasil a partir do trabalho conformam narrativas e qual o estatuto da narrativa nesses textos.

No segundo capítulo faremos a revisão bibliográfica situando nosso trabalho em meio a produção comentadora das obras de Caio Prado, Gorender e Moura. Faremos uma discussão metodológica sobre História das Ideias, especificamente do contextualismo linguístico, contrastando-a com as proposições de Walter Benjamin (1987). A principal ideia é que o contextualismo possui uma metodologia mais bem articulada para o estudo das ideias a partir

das próprias obras dos autores, mas as encerra em seus respectivos contextos, impossibilitando de perceber quais são suas contribuições para além de seus contextos históricos, intelectuais ou linguísticos imediatos. Além disso, nos propomos a uma discussão incipiente sobre a produção de história das ideias levando em consideração o materialismo histórico dialético nos questionando em que medida Skinner (2005) nos traz contribuições.

A segunda seção faremos propriamente a análise da categoria trabalho nos textos *Formação do Brasil Contemporâneo*, *O Escravismo Colonial* e *Dialética Radical do Brasil Negro*. Com o intuito de melhor apreender o uso da categoria trabalho em cada texto, iniciaremos o capítulo três com uma discussão a respeito da natureza categorial ou conceitual do trabalho no materialismo histórico dialético a partir de Infranca (2014) e Ianni (2011). O capítulo será subdividido em itens para melhor apreensão dos debates a respeito do trabalho escravo no Brasil colônia. Tentaremos evidenciar, além da função da categoria em cada narrativa, os principais debates em que cada texto se situa, de modo a tentar evidenciar a intenção de cada autor com o que escreveu orientados pela sistematização das intersecções entre os textos feita no capítulo um. A análise, cabe lembrar, se fará na medida em que o cenário de debates nos permitir entender o sentido da categoria de trabalho e como ela figura nas respectivas narrativas como elemento nodal. E por isso mesmo, percorrer o caminho dos autores recuperando os fios dos argumentos, separando os debates, entendendo as polêmicas nos ajudará a compreender melhor o percurso próprio da categoria de trabalho nas narrativas.

Na terceira e última seção analisaremos as questões referentes à estrutura, à organização e às fontes utilizadas em cada texto. No capítulo quatro sistematizaremos as proposições de Hayden White, principal nome do narrativismo, como forma de demonstrar as falhas e insuficiências dessa corrente. Já no capítulo cinco, último desta pesquisa, analisaremos o uso de fontes primárias a fim de compreender o estatuto da narrativa em cada texto, tentaremos demonstrar que a narrativa histórica é precedida do trabalho de pesquisa rompendo assim com a principal proposição dos narrativistas, a negação da cientificidade da História e sua aproximação com a Literatura.

Por fim, esperamos com este estudo, realizado em oito etapas de pesquisa, demonstrar como os livros (PRADO, 2011), (GORENDER, 2016) e (MOURA, 2014) contribuem para a escrita da história do Brasil a partir do trabalho, ainda que elementos da narrativa organizem o sentido de suas explicações.

## 1. A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL AINDA NÃO FOI ESCRITA?

*História de mais um José, trabalhador brasileiro  
Que lutou de sol a sol  
Mais um nordestino pedreiro  
Migrou em busca de trabalho e condição  
Pro norte do Paraná  
Não deu, migrou outra vez  
Foi pra São Paulo tentar a vida melhorar  
Já velho e cansado de lutar  
E sofrer, demais da conta  
No testamento do trabalhador  
O que fica registrado é nada consta*

**Paulo Roberto Costa da Silva**

Em 1995 Clóvis Moura concede uma entrevista à Revista *Princípios*, revista oficial do PCdoB, intitulada “A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita” cuja chamada era: “Ao estudar a história dos negros e da escravidão, Clóvis Moura – que comemora 70 anos – contribui para fazer a história de nosso povo e revelar a sua verdadeira cara” (PRINCÍPIOS, 1995, p. 51). José Carlos Ruy prefacia a entrevista, trazendo um pouco de como conheceu Clóvis Moura ainda durante a Ditadura Militar, na década de 1970, e como este lhe orientava, tornando-se um amigo e um interlocutor político com militantes, escritores; apresentando-lhe livros e revistas. Relembra que Moura o advertia contra sua tendência em seguir autores consagrados pela universidade e pela mídia. Em suas palavras:

Contra essa tendência, Clovis insistia que o essencial é o conhecimento da luta de classes, não a história dos regimes políticos, dos governos, não a história da elite. O essencial, ensinava, é a história do povo brasileiro, que ainda não está feita. E indicava a riqueza de nosso passado, as lutas do povo, a luta de ideias que as refletia. (RUY, 1995, p. 51).

Afora certo tom antiacadêmico da época, que pode ter razão na própria linha dos partidos em que militou ou esteve próximo, ou ainda, a percepção de traços mais elitizados do que o normal na academia brasileira durante a Ditadura Militar e, além disso, o populismo evidente no conceito bastante heterogêneo de “povo brasileiro”, José Ruy principia algumas das ideias que Moura desenvolve ao longo da entrevista e de sua produção teórica. O que cabe ressaltar de antemão é a última frase em que a concepção de “lutas do povo” (melhor seria ter sido referida como luta de classe) e da luta no campo das “ideias que as refletia” expõe a percepção de Moura como partícipe de uma mesma luta que se desdobrava em duas frentes. Sua produção teórica deveria “refletir” a luta de classes, pois: “(...) a história do povo se confunde com a história do trabalho e, no Brasil, essa é, principalmente, a história da escravidão e da luta dos escravos contra aquele estatuto iníquo”. (RUY, 1995, p. 51).

Assim, quando questionado sobre como compreende os avanços na escrita da história do Brasil nos último cinquenta anos, Moura afirma:

Nesses cinquenta anos, avançamos pouco ainda na interpretação da história do Brasil, a partir das relações de produção, das lutas populares etc. Vamos pegar como ponto de partida 1933, quando surgem três livros que marcaram época: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr. e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda. Desde então a historiografia brasileira gira em torno dessas três matrizes. Caio Prado tenta dar uma primeira visão da história do Brasil através de lutas populares, sem conseguir; o Nordeste responde com o Casa Grande e Senzala, uma tentativa de amenizar o regime escravista, a escravidão, o patriarcado; e Sérgio Buarque de Hollanda deu uma abertura para a interpretação da fase posterior, que é a fase pós-abolição, através do conceito de “homem cordial”. Então, o que aparece depois vai ter sempre ligação com essas três vertentes. A do Caio Prado poderia ter sido “a visão dialética da história”, mas se esgota em sua própria obra. Não houve continuadores. (MOURA, 1995, p. 52)

Retoma-se a década de 1930 para compreender as matrizes da interpretação da história do Brasil, a geração de 1930<sup>9</sup> é invocada como sendo a origem do que se produziu ao longo do século XX. Segundo o autor, Caio Prado inicia uma visão do Brasil através das lutas populares que poderia ter sido a “visão dialética da história”, mas não teve continuadores. Ora, a Ditadura Militar já havia arrefecido, a Constituição já havia mobilizado a sociedade e os movimentos sociais em 1988, as Universidades brasileiras já haviam passado por um processo de especialização nos programas de pós-graduação<sup>10</sup>, além disso, duas grandes escolas haviam cristalizado o debate sobre a escravidão no Brasil. A Escola Paulista de Sociologia da Universidade de São Paulo e os historiadores da década de 1980 da Universidade de Campinas.

De um lado orientavam-se pesquisas que ficaram conhecidas como análises do *escravo coisa* e por outro lado da *agência* do escravo<sup>11</sup>. As duas, mas sobretudo a primeira, são conhecidas como legatárias das formulações de Caio Prado Júnior. Moura seria leviano ao dizer que “não houve continuadores” da obra de Caio Prado Júnior, ou estava se posicionando contrário às produções de um lado de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais entre outros, e de outro lado, das produções de Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Robert Slenes, João José Reis e outros? Cabe ainda

---

<sup>9</sup> Nos referiremos a “ensaísmo” ou a “geração de 30” como descritos e mencionados por outros autores em referência exaustiva a Antonio Cândido e em menor medida a Carlos Mota, cf. CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* – 27ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2014; e MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

<sup>10</sup> Para uma apropriação das modificações na academia brasileira e na historiografia, escrita contemporânea à entrevista concedida por Moura, cf. LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, 2 (4), p. 153-172, set., 1982.

<sup>11</sup> Para mais informações sobre as escolas referidas, cf. MARQUESE, Rafael Bivar de. Capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. In: REVISTA DE HISTÓRIA, São Paulo, Nº 169, p. 223-253, JULHO / DEZEMBRO, 2013.



lembrar que os anos anteriores e sobretudo o de 1988, ano do Centenário da Abolição, foram palco de inúmeras discussões acerca da história da escravidão, nas quais o próprio Moura teve participação e de maneira aguerrida, sobretudo, junto a historiadores como Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, debateu e disputou a escrita da história do Brasil contra um pensamento acadêmico supostamente “reabilitador” da escravidão<sup>12</sup>. Não desnecessariamente o autor assevera:

A [obra] de Gilberto Freyre teve muitos seguidores, porque interessava às ciências sociais daquela época (como até hoje) mistificar e mitificar o passado. Nós temos pouco mais de cem anos de trabalho livre, e temos quatrocentos anos de trabalho escravo. Sérgio Buarque de Holanda, quando lança seu livro, entra também na vertente do processo de industrialização no Brasil, na tentativa da visão do Brasil novo, do Brasil moderno. É uma visão que incorpora e muitas vezes se completa com a visão de Gilberto Freyre, o “patriarcalismo da escravidão”. E a partir daí surgem as universidades, e o trabalho dos historiadores perde aquele cunho independente, e começa a ser subordinado ao crescimento, ao pensamento do meio acadêmico. (MOURA, 1995, p. 52).

A visão de Gilberto Freyre é reconhecida como contemporânea e presente nas universidades brasileiras, somada a obra de Sérgio Buarque de Holanda submete o pensamento independente ao meio acadêmico brasileiro. Para finalizar o autor crava alguns dos que para ele empreenderam o verdadeiro pensamento independente no Brasil, entre eles está Jacob Gorender (MOURA, 1995, p. 52).

Quando perguntado sobre a pesquisa histórica para seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala* publicado em 1959, afirma que começou estudando etnografia do negro, sobretudo porque era algo candente em seu cotidiano. Ressalta que a compreensão geral é a de que o ethos branco, que é o capitalista ficou, enquanto a cultura do negro não acompanhou o processo de desenvolvimento do processo civilizatório, ficando marginal. Essa percepção é que teria induzido a pesquisar as revoltas e rebeliões e, por isso, trabalhar no Arquivo Público da Bahia, onde morava (PRINCÍPIOS, 1995, p. 52). Chega ainda a dizer que boa parte da repercussão do livro no Brasil se deveu ao fato de Eugene Genovese tê-lo citado e elogiado. (MOURA, 1995, p. 53).

Essa demarcação que faz Moura poderia ser compreendida como um distanciamento dele com relação a Caio Prado Júnior? Podemos lembrar que em *Formação do Brasil Contemporâneo* o autor utiliza os termos “povos de nível cultural ínfimo” ou “raças inferiores” para se retratar a indígenas e negros, e vê nessas “culturas” aquilo que trouxeram de

---

<sup>12</sup> Cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016a., a apresentação feita por Mário Maestri também é um texto panorâmico acerca do debate travado. Cabe ressaltar que Gorender em Moura também convergiram em negar a tese de “Brecha Camponesa” defendida por Ciro Cardoso.

contribuições ao Brasil, não visualizando a possibilidade de negação do projeto empreendido desde a colonização (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 285-315). Não podemos deixar de mencionar, que por outro lado, o autor se desvencilha da ideia de raça<sup>13</sup> e afirma que o que impediu que os negros tivessem outro papel no Brasil foi justamente o trabalho escravo, de nível que requer apenas a força bruta, enquanto a “indolência dos indígenas” seria entendida como sinônimo de inadaptação a uma “sociedade que lhes era estranha” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 362-399).

As diferenças entre as afirmações de Moura e de Caio sobre a cultura, em *Dialética Radical e Formação do Brasil*, poderiam ser entendidas a partir dos diferentes movimentos de estudo sobre a cultura na vida dos intelectuais? Afinal, como próprio Moura afirma: “Comecei a me dedicar ao estudo da etnografia negra, que é por onde tudo começa.” (PRINCÍPIOS, 1995, p. 51). Por outro lado, há semelhanças na percepção das dinâmicas das mobilizações das classes e das revoltas e rebeliões populares, visto em Caio, como o próprio autor menciona, no livro *Evolução Política do Brasil*. Mas, além disso, os textos mencionados se aproximariam pela compreensão do trabalho escravo como fulcro, organizador da Colônia, que permeia todos os seus níveis a ponto de se manter na Nação? As aproximações entre eles parecem ainda não desvendadas, a relação com Caio é ainda mencionada por Moura quando continua destacando os principais desafios da pesquisa para seu primeiro livro:

Então, foi aí que começaram a ler o meu livro. A segunda edição já teve uma certa repercussão. E hoje o livro é considerado um clássico. Mas, para ele abrir espaço, para comprar um “passaporte”, deu um trabalho, rapaz! Eu tenho as cartas do Caio Prado me desaconselhando a escrevê-lo. José Honório Rodrigues foi um dos que me ajudaram. Ele conseguiu um funcionário lá no Arquivo Nacional. Copiou uma série de documentos para mim, incluídos na 2ª edição. Mas contribuição do saber universitário, não tive nenhuma. Além disso, há livros que leio com trechos e frases inteiras do meu livro, mas ninguém cita a fonte. É como diz o Tinhorão: “Esse pessoal, Clóvis, come Tinhorão e arrota Mário de Andrade” (Risos.) O autor só esquece das aspas. (MOURA, 1995, p. 53).

Este episódio tornou-se clássico para os comentadores da obra de Moura, mas ainda pouco entendido. Um caminho possível poderia ser a análise das cartas trocadas com Carlos Nelson Coutinho, em que Caio também o orienta a fazer pesquisas em arquivos, redirecionando-o ao que considerava próprio de um historiador marxista. De fato, para os comentadores há ainda uma tensão, como vemos:

Em março de 1949, ao consultar o conhecido historiador comunista Caio Prado Júnior, proprietário da poderosa Editora Brasiliense, sobre seu projeto de abordar em livro “as revoltas de escravos no Brasil”, Clóvis Moura foi vivamente

---

<sup>13</sup> Lincoln Secco é quem melhor consegue situar esse debate em Caio Prado Júnior, cf. SECCO, Lincoln Ferreira. Caio Prado Júnior: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008, pp. 171-176.; podemos dizer que há uma discussão indireta entre ele e Iumatti, pois este aponta sobre como Caio analisa a população indígena e negra “guardando traços de eurocentrismo na avaliação de sua cultura”, cf. IUMATTI, Paulo Teixeira. Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual. 1ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 26.

dissuadido por Prado Júnior de prosseguir na sua proposta, devido a eventuais dificuldades logísticas e à pouca relevância do projeto. Em carta, Caio Prado, mesmo afirmando não pretender “desanimá-lo”, aconselhou-o a procurar a “sua volta assuntos de maior interesse”, como a vida no “sertão”, a “população” e as “tradições locais”. Recomendara-lhe, se fosse “realmente comunista”, que empregasse “seu esforço de escritor [...] para resolver os grandes problemas humanos da miséria e da exploração”, começando “com os problemas, as misérias e a exploração” que encontraria “aí à sua volta”, em Juazeiro. (MAESTRI, 2014, p. 31).

Por outro lado, em entrevista concedida à Fundação Dinarco Reis, vinculada ao PCB, Soraya Moura, filha de Clóvis, contrapõe as opiniões mais críticas:

Essa passagem com Caio Prado Júnior é uma questão controversa. Nas cartas que trocaram nos anos 40, 50, fica claro que Caio Prado não desencoraja o estudo do assunto, mas como meu pai residia em Juazeiro, após sua saída de Salvador, a dificuldade que seria a pesquisa e leitura de bibliografia referente ao tema, em Juazeiro, tão longe dos centros intelectuais fez com que Caio Prado o alertasse sobre a dificuldade da pesquisa sobre o tema<sup>14</sup>.

Não temos a intenção de resolver esse problema, mas alertar que as relações, mesmo as teóricas, entre Clóvis Moura e Caio Prado não podem ser entendidas de forma simples e imediata, sem qualquer tipo de mediação. Continuando a entrevista, voltado ao plano da historiografia brasileira, Moura nos diz:

Eu falava das três vertentes. Depois, quando vem a produção universitária, não surge nenhuma vertente nova em relação à compreensão da participação do povo na história do Brasil. Não temos nada sobre a participação das classes subalternizadas na história do Brasil, de como o povo brasileiro fez a história. Existem aqueles esquemas ortodoxos de como estudar a história. Temos essa História Geral da Civilização Brasileira, que foi coordenada por Sérgio Buarque e agora por Boris Fausto. Os primeiros volumes são A Época Colonial e Brasil Monárquico. Ora, começa pela superestrutura... Por que não colocar “Brasil escravista”, que seria como dizer que as relações de produção determinam tudo o mais? Mas não querem entrar na infra-estrutura. Por isso, Brasil Monárquico. Então vamos discutir o que o imperador disse: “Eu quero já”, e por aí vai. Assim vamos discutir como a monarquia se comportava em relação à escravidão, mas não como os escravos se comportavam em relação à escravidão. É uma história de cabeça para baixo. (MOURA, 1995, p. 53-54).

Um dos principais pontos levantados por Moura nesta entrevista é a crítica à historiografia brasileira. Ela não teria gestado nenhuma nova matriz, solidificando-se em meio à “geração de 30”. Sobremaneira, a ausência de produções historiográficas que partam da base material, da infra-estrutura do Brasil, segundo o autor, seria evidente até o momento, só havia produções celestes, que não baixavam até a mundanidade das relações de produção. Uma história “de cabeça para baixo”.

---

<sup>14</sup> MOURA, Soraya. Clóvis Moura: uma biografia. Jeferson Garcia. Fundação Dinarco Reis, 29 de outubro de 2021. Disponível em: [https://fdinarcoreis.org.br/2021/11/04/clovis-moura-uma-biografia/?fbclid=IwAR1MC2HiY9YKblDgTePBTg7\\_1uMTV1OGudt6E4Qe6-OJn9zTwxMde4-Qi3I](https://fdinarcoreis.org.br/2021/11/04/clovis-moura-uma-biografia/?fbclid=IwAR1MC2HiY9YKblDgTePBTg7_1uMTV1OGudt6E4Qe6-OJn9zTwxMde4-Qi3I) (Acesso em: 04/11/2021).

Uma outra obra que não teve continuadores e nem foi considerada como matriz para a produção teórica no Brasil havia sido publicada em 1978, as semelhanças críticas com as passagens da entrevista de Moura nos revelam a mesma marginalização pela qual passaram ao longo de suas produções, sobretudo com relação a academia brasileira. Em *O Escravismo Colonial*, há uma tentativa de produzir uma interpretação do modo de produção na colônia sob o ponto de vista do escravo, a partir da constatação de que, em geral, as produções nas Ciências Sociais e da historiografia no Brasil eram feitas sob o prisma das relações sociais em sentido lato e nunca das relações sociais de produção. Esse movimento é denominado pelo próprio autor do livro de “desobstrução metodológica” (GORENDER, 2016). No fim do livro, fala sobre a confusão que muitos historiadores fizeram entre classes sociais, castas e estamentos, sobretudo por apreensões teóricas weberianas. Colocando um adendo na crítica estabelecida por Moura, afirma que: “Em vez da escravidão como relação de produção, o que atrai a atenção é a escravidão como relação social no sentido lato”. (GORENDER, 2016, p. 567). Assim, mesmo aquela historiografia que se deteve a estudar a “infra-estrutura” da colônia, foi atraída não pela escravidão como relação de produção, mas como relação social em sentido amplo.

Jacob Gorender até então não havia escrito trabalhos sobre o período colonial no Brasil e era adepto, assim como a maior parte dos militantes do PCB, de teses similares às da Internacional, que advogavam certos resquícios feudais ou semif feudais nos países que ainda eram colônia ou semicolônia. É com o lançamento, em 1966, do livro *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, que o autor passa a compreender a dimensão dos debates sobre a caracterização do modo de produção e da formação social do Brasil colônia para as táticas e estratégias de qualquer partido que se pretendia revolucionário no século XX. O livro conserva a importância de ser a principal crítica às análises do PCB antes da Golpe de 64. A declaração do autor é reveladora:

Não obstante as críticas de que possa ser alvo, não se coloca em causa a excepcional contribuição de Caio Prado Júnior à ciência social brasileira. Caio teve a coragem de enfrentar problemas e de demolir dogmas. A ele devo a instigação para os estudos históricos. Como tantos outros, acreditei que o Brasil possuía um passado feudal. Era a tese oficial do meu partido e de historiadores, que eu respeito, como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. Mas *A Revolução Brasileira* me pôs em estado de perplexidade. Naquele ano de 1966, eu comparecia a reuniões clandestinas, nas quais estudantes, intelectuais e operários me falavam do livro de Caio Prado Júnior. Diante das questões por ele levantadas, reconheci minha ignorância no terreno da história do Brasil e aceitei o desafio de estudá-la. (GORENDER, 1989, p. 267).

A militância política e a vida no PCB nem sempre foram justas com Caio Prado Júnior, mas sua inquietação, firmeza e convicções foram permeando a juventude e mesmo a velhguarda do Partido e fomentando transformações teóricas que se cumpriram, no Partido, apenas

nas décadas posteriores ao fim da Ditadura Militar (1964-1985). Gorender é quem leva a maiores consequências as formulações de Caio, não apenas ao negar o feudalismo como modo de produção no Brasil colônia, mas por alterar a lista de sucessão canonizada pelo estalinismo<sup>15</sup>(com o qual ele próprio havia corroborado), adicionando a ela um modo de produção historicamente novo: o modo de produção escravista colonial. O Brasil colônia deixava de ser denominado a partir da relação de estatuto jurídico, para ser denominado a partir da relação de produção dominante que o constituía.

As semelhanças entre os estudos de Gorender sobre o modo de produção escravista colonial são identificados numa fase mais madura da produção de Clóvis Moura em que o autor fazia uma distinção evidente entre o escravismo como relação social de produção ou um modo de produção específico (FARIAS, 2020, p. 88). Por mais que em *Dialética Radical do Brasil Negro*, Clóvis Moura use o conceito de modo de produção escravista, acreditamos que também as aproximações com Jacob Gorender devem ser feitas com algumas mediações, sobretudo, considerando que há uma diferença marcada por Moura ao não utilizar o termo “colonial”, mas apenas modo de produção escravista (SILVA, 2017, p. 24).

Mas, voltando à entrevista do ano de 1995, fio condutor de nossa introdução, podemos ver como Moura retoma rapidamente a contradição dos senhores de engenho em serem “liberais” e escravistas ao mesmo tempo, nos anos finais da escravidão, ao longo da segunda metade do século XIX (MOURA, 1995, p. 55). Mas, encaminhando para a finalização da entrevista, a crítica geral a respeito da historiografia brasileira é novamente mencionada pelo autor, sendo mais uma vez contundente:

A prática dos senhores de escravos, que era quem fazia a política da época. Então, por isso não temos uma história escrita pelos que foram os seus agentes históricos. Não temos uma história que conte como o povo brasileiro criou a história trabalhando. Criando o trabalho, querendo o trabalho. Como ele lutou para melhorar o trabalho, para se libertar praticamente de tipos cada vez mais abusivos de trabalho. Ninguém fez a história do trabalho no Brasil. Temos a história das ideologias, a história das religiões... Mas não como o trabalhador se organizou, se compôs. Como ele lutou contra os níveis de exploração sucessivos que apareceram. (MOURA, 1995, p. 55).

Segundo Moura “ninguém fez a história do trabalho no Brasil”, apenas a história das religiões, ideologias, etc. Mas na verdade, o campo de produção sobre História Social do Trabalho já havia se consolidado na universidade brasileira, como dissemos, historiadores da UNICAMP desde a década de 1980 já produziam pesquisas não apenas sobre trabalho

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre a cristalização da lista de sucessão, cf. HOBBSAWM, Eric. Introducción a las Formas que preceden a la producción capitalista. In: LINRA, Alvaro Garcia (org.). Escritos sobre la Comunidad Ancestral. 2ª ed. Bolivia: Fondo Editorial y Archivo Histórico de la Asamblea Plurinacional, 2015, p. 9-99.

assalariado, como também a respeito do trabalho escravo. As afirmações de Moura, dessa forma, não parecem dizer apenas o que literalmente foi transcrito pela Revista Princípios, mas parecem também revelar seu posicionamento contrário a essa escola e insinuar que, ao fim e ao cabo, ela não se detinha tanto assim na “infra-estrutura”.

Em meio a essa seara, nossa hipótese de pesquisa reconstitui as críticas feitas por Moura. Colocadas de outra maneira, partimos da premissa formulada através da verificação das relações entre Caio Prado, Jacob Gorender e Clóvis Moura, que suas obras constituem, mais do que histórias do trabalho no Brasil, narrativas de história do Brasil a partir do trabalho. Em vista da grande quantidade de livros publicados pelos autores ao longo de suas trajetórias políticas e intelectuais, optamos por selecionar aqueles que sintetizam seus pensamentos, conformam as principais teses, caso este, de *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Júnior, publicado em 1942, *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender, publicado em 1978 e *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura, publicado em 1994. Contrariando Moura, nosso pressuposto, em outras palavras, é de que existe uma “visão dialética da história” do qual ele mesmo faz parte, tendo sido inaugurada por Caio Prado Júnior e mediada por Jacob Gorender. Não temos a pretensão de responder as questões provocadas acima, mas de tentar compreender à luz do contextualismo linguístico de Skinner (2005), qual a disposição e função da categoria trabalho em *Formação do Brasil Contemporâneo*, *O Escravismo Colonial* e *Dialética Radical do Brasil Negro*.

Após termos selecionados os textos fizemos uma leitura imanente em que pudemos verificar e confirmar diálogos e intersecções gerais. Já inspirados pela leitura de Skinner (2005) que atesta a necessidade de compreender o contexto de debates, contexto intelectual ou linguístico em que as obras e autores se inserem, além de compreendermos o que queriam dizer com o que escrevem, qual a intencionalidade de cada texto. Para fins expositivos, dividimos em três diferentes formas as intersecções encontradas: I) citação direta entre si, que ocorre das seguintes maneiras: a) Gorender cita Caio Prado (1942), b) Moura cita Caio Prado (1933), c) Moura cita Gorender (1976), d) Gorender cita Moura (1959); II) autores citados em comum; e, II) os debates em comum. As formas tipo I e tipo II são encontradas diretamente nos textos, isto é, são diálogos encontrados nos livros através de citações e referências; e a forma tipo III é encontrada também de modo interno, mas possibilita mais facilmente chegarmos ao contexto de debates em que as obras se inserem e outras intersecções. Segue abaixo a sistematização geral a qual chegamos:

I) Citação direta entre si, que ocorre das seguintes formas:

a) GORENDER cita de Caio Prado Jr. os livros *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1956);

b) GORENDER cita Moura, respectivamente o livro *Rebeliões da Senzala* (1959);

c) MOURA cita de Caio Prado, o livro *História Econômica do Brasil* (1956) e o artigo (da revista *Fundamentos*) *Métodos Sociológicos* (1949);

d) MOURA cita de Gorender, os livros *Correntes Sociológicas do Brasil* (1958), *A Burguesia Brasileira* (1981).

II) Autores citados em comum e que se concatenam nos debates em comum: a) Cronistas e viajantes, além de historiadores do IHGB no caso de F.B.C, O.E.C. e D.R.B.N.; b) Monografias acadêmicas produzidas em universidades brasileiras e do exterior no caso de O.E.C. e D.R.B.N.

III) Intersecções promovidas pelos debates em comum:

A) O método de análise: os três se esforçam por promover análises da sociedade brasileira colonial a partir do materialismo histórico e dialético e se encontram em meio aos debates do século XX no campo do marxismo militante dos partidos e organizações comunistas, mas também, vão sendo introduzidos em maior ou menor grau nas universidades brasileiras.

B) A discussão sobre a caracterização da formação social brasileira ou dos modos de produção, seu caráter feudal/semifeudal, capitalista ou pré-capitalista: Nessa intersecção, Caio Prado Jr. desempenha papel fundamental para ruptura com a tese sobre um passado feudal no Brasil e seus consequentes resquícios no século XX, mas fortalece uma compreensão em favor da colônia como produto do capitalismo, uma leitura circulacionista da gênese desse modo de produção, da qual se embeberam amplas vertentes. A produção da Universidade de São Paulo, majoritariamente a Escola Paulista de sociologia, expressa por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, além de historiadores como Emília Viotti da Costa que continuam a tese sobre a natureza capitalista da colonização. Temos a keynesiana, expressa pela CEPAL, através de Celso Furtado. Uma corrente que, embora tenha conexões com as teses pradeanas, desembocou na conclusão do modo de produção escravista ou modo de produção escravista colonial, na qual se encaixam Gorender, Moura e Ciro Flamarion Cardoso.

C) O debate sobre a natureza da Revolução Brasileira, derivada da caracterização da formação social do Brasil contemporâneo: A defesa de teses contrárias as dominantes no PCB, sobretudo, que contrapunham a estratégia Nacional-Democrática após a década de 1960.

D) A centralidade da categoria trabalho: Refere-se a análise das relações de produção internas no país para explicar sua inserção em uma dinâmica maior (totalidade), o que aqui

estamos chamando de centralidade da categoria trabalho ou de narrativas “a partir do trabalho” tomando-a como hipótese.

Essa esquematização nos serve apenas como fonte de apreensão e exposição, as ideias e teorias são perpassadas de autores para autores em uma mesma época ou de épocas diferentes com menos rigidez que os esquemas posteriormente desenvolvidos expõem. Esse esforço de sistematização, contudo, não se deu por preciosismo acadêmico, ou com o intuito de apenas repetir, colocando no papel de forma diferente, aquilo que em essência já foi dito outras vezes. Trata-se de apoiado no esforço de esquematização refletir sobre a escrita da história, sobre a produção de história dos países de passado colonial e mais especificamente sobre a produção de história do Brasil.

Em um segundo momento da pesquisa, nos deparamos com a problemática de tomar os textos selecionados como narrativas de história do Brasil, dada grande discussão na Teoria da História a respeito do estatuto da narrativa para a escrita da história. Sobretudo pela ascensão de correntes que descaracterizaram a História, atribuindo-lhe maior proximidade com a Literatura ao mesmo tempo em que lhe subtraíam o caráter científico. Essas correntes ganharam maior expressão após o Giro Linguístico da década de 1960 e 1970, nomeadamente, no narrativismo de Hayden White. A principal característica dessa corrente é a localização da narrativa como lugar de sentido de uma obra de história, a partir de tópicos comuns à literatura. Cada texto histórico sobre o mesmo tema ou objeto se diferenciaria na medida em que o historiador opta por narrá-lo como um romance ou como uma comédia (WHITE, 1992). As proposições problemáticas não se limitam ao exposto e influenciam em grande medida as produções históricas na academia brasileira até hoje.

Encontramos os posicionamentos dos autores sobre a questão da narrativa na escrita da história. No caso de Moura está situado no ápice das discussões sobre a Abolição da Escravidão pouco após o centenário. Em seu livro *As injustiças de Clio*, o autor faz uma intransigente defesa do caráter científico da História:

Por isto, já houve quem afirmasse que a “história é a política passada e a política é a história do presente” (Seely). Essa frase pode explicar muita coisa que ficará incompreensível se tomarmos a história como simples disciplina acadêmica, acima do próprio dever do seu objeto, material para uso contemplativo. Porque a história não existe apenas para registrar, narrar ou explicar os fatos passados. Ela está inserida no quadro das ciências sociais, marca e delimita objetivos para o homem, generaliza os fatos, aponta as tendências do futuro, baseada no passado. Daí não poder ser compreendida corretamente se for tomada como simples narrativa sem conexão com a práxis e sem interligação com os grupos sociais que formam a dinâmica da história, pois ela é uma ferramenta de conhecimento integrada nessa dinâmica. (MOURA, p. 15-16).



O próprio Moura se posiciona contrário, por exemplo, ao irracionalismo e ao ceticismo que atribui caos ao mundo, sem que este tenha um sentido e leis organizadoras ou dinâmicas. Contrariamente aos narrativistas, entende que a história não pode ser relegada a mera narrativa, pois configura uma ciência no seio das lutas de classes já que seu objeto é o ser humano no tempo e este só pode se humanizar pela história. A história produzida na academia que desconsidera a relação orgânica da História com o seu objeto, tende a ser contemplativa e a mistificar e a se distanciar do conhecimento do real concreto (MOURA, 1990, p. 16).

Algo parecido pode ser visto em *O Escravismo Colonial*, em que Gorender, não à toa, despende trinta páginas de Reflexões Metodológicas. A polêmica abriria uma fenda tão grande na produção teórica brasileira, pois brigava com inúmeras escolas do pensamento social já consolidadas, requerendo do autor maior esforço teórico e metodológico. Podemos perceber o caso, se comparamos o livro com as demais produções da época. O fato é que Gorender (2016, p. 66) faz uma crítica ao historicismo, lembrando o perigo de tomar os fatos como singulares, mas em contrapartida afirma que as produções que derivaram dessa corrente, voltadas não apenas para o fato singular, mas para o particular apenas, contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas nos vários campos da história, conformando assim, um avanço qualitativo. Para o autor, todavia, o que deveria cumprir-se a partir de então era o salto para outro nível da produção histórica: a exposição categorial-sistemática, como forma de superação do historicismo (GORENDER, 2016, p. 66).

Partindo de Engels, o autor menciona, simplificando a questão, que se faz uma distinção ilustrativa do modo histórico e do modo lógico – presentes no *método dialético* –, nos quais se poderia alocar o historicismo primeiro e o categorial-sistemático no segundo. Não existe separação absoluta entre ambos, adverte o autor, mas tendências estruturalistas, em geral, subestimaram o modo histórico em função do lógico, elemento que não pode ser de maneira nenhuma imputado a concepção de Marx: “O histórico, a meu ver, é um modo especial de abordagem que o lógico-sistemático supera, ou seja, *ultrapassa e conserva*. Nos processos de gênese e de transição – sem os quais desaparece a história –, o modo histórico é absolutamente indispensável, sem se dissociar do lógico-sistemático”. (GORENDER, 2016, p. 67).

A questão da narrativa se coloca aqui de maneira diferente, o autor entende que o modo histórico é essencial para a análise dos processos de gênese e transição. Ao longo de todo seu livro se pode perceber uma desenvoltura menos fluida no tempo como a vista em *Formação do Brasil Contemporâneo* ou mesmo em alguns capítulos de *Dialética Radical do Brasil Negro*. Isto significa que não há em *O Escravismo Colonial* a processualidade correspondente ao modo histórico e à narrativa? Pode significar que o autor opõe a narrativa, entendida como modo

histórico, e ciência como faziam os *Annales*, segundo White (2011, p. 448)? Gorender continua a explanação sobre o modo dialético e finaliza da seguinte maneira:

O capital seria outra coisa se sua matéria fosse tratada pelo modo histórico. A obra perderia grande parte de sua eficiência científica, de sua universalidade e flexibilidade de aplicação. A importância especial do modo lógico (ou categorial-sistemático) reside no que Luporini chama de acesso não empírico ao empírico. (GORENDER, 2016, p. 68).

Podemos evidenciar o que o autor traz, em outras palavras, observando o capítulo um de *O Capital*, de Karl Marx. Histórica e cronologicamente seria correto ter iniciado pela *Acumulação Originária*, mas Marx inicia pela *Mercadoria*, isto é, a aparência de todo o fenômeno estudado<sup>16</sup>.

Em um outro momento, Gorender deixa mais explícito sua compreensão acerca da narrativa vista sob um ponto mais amplo do debate. Falando a respeito da crítica feita por João José Reis sobre as teses do “escravo coisa” se municia das proposições patriarcalistas do historiador Eugene Genovese:

(...) a ponto de afirmar que aos escravos de ganho de Salvador, uma vez que podiam marcar o tempo de trabalho segundo critério pessoal, “parece que não lhes convinha trocar a escravidão pura pela escravidão assalariada”. O historiador não apresenta nenhum caso concreto de indivíduo tão amoroso da escravidão que a preferisse à liberdade, mesmo para ser “escravo assalariado”. Já não se trata de história, porém, de ficção. (GORENDER, 2016a, p. 39-40).

O autor aponta a inexistência de dados para a afirmação de Reis, ademais, com o uso das aspas, satiriza o termo escravo assalariado, indicando a incompreensão de Reis no que se refere as relações de produção. Fica evidente a oposição de Gorender, assim como Moura, aos narrativistas ou mesmo àqueles que se opõem a História enquanto ciência quando diz que o que Reis faz já não se trata mais de história e sim de ficção, pois afinal, não se baseando em dados ou fontes, só poderia se tratar de invenção no plano ficcional. Ora, mas o que Gorender faz para contrapor as afirmações de João José Reis? O autor recorre às fontes documentais ao longo de todo o livro, alegando problemas das interpretações dos historiadores da escravidão e da História Social do Trabalho, majoritariamente ligados à UNICAMP. Procura mostrar ausência de documentação e mesmo a má interpretação ou tabulação de dados (GORENDER, 2016a).

Na esteira de Gorender e Moura, podemos situar Caio Prado Júnior que décadas antes, em cartas trocadas com Carlos Nelson Coutinho, dava-nos sua contribuição ao debate a respeito da narrativa, dizendo: “Ora, em que consiste um trabalho de história, senão numa “narrativa”?” (PERICÁS, 2016, p. 304-305).

---

<sup>16</sup> Cf. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

Caio Prado, Jacob Gorender e Clóvis Moura não esgotam os questionamentos sobre a escrita da história do Brasil e o debate sobre a narrativa na escrita da história. Mas são Gorender e Moura que continuam a travar debates na década de 1990. Estavam cercados de intelectuais leitores de Michel Foucault, que foram permeando os estudos nos programas de pós-graduação, marcaram os questionamentos a partir de “novas metodologias” acrescidas pela suposta “crise do marxismo”. (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 19-25). A história do Brasil, seria vista microscopicamente; se por um lado o modelo tradicional vinculado ao Estado Nação era rompido, por outro, não havia perspectivas de uma História comprometida com a totalidade.

Assim, o que ficava ao longo desse segundo momento da pesquisa era a pergunta: Em que medida essas histórias do Brasil a partir do trabalho conformam narrativas e qual o estatuto da narrativa nesses textos? E para responder às duas perguntas formuladas nesses dois momentos procuramos articular os três campos da produção intelectual no Brasil, a historiografia, o pensamento social brasileiro e o marxismo, nos quais as obras estudadas se inserem e com os quais elas dialogam, reorganizando o diálogo geral que questiona a maneira de escrever e narrar a história do Brasil.

## 1.1 PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, MARXISMO E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

*(...) se antes dissemos que o lado liberador da história real de América Latina deste século é inseparável do marxismo, agora podemos dizer também que, sem ele não se pode escrever tampouco a história das ideias de América Latina.*

**De Marx al marxismo en América Latina - Adolfo Sanchez Vásquez**

Após a leitura imanente de *Formação do Brasil Contemporâneo*, *O Escravismo Colonial* e *Dialética Radical do Brasil Negro* e a sistematização, a formulação dos problemas de pesquisa e das hipóteses, iniciamos uma etapa de seleção de bibliografia comentadora dos textos selecionados, invariavelmente nos deparamos com textos que se propunham também em retomar pontos da vida e da militância dos autores. E, por isto, a bibliografia consultada será dividida a partir dos autores e não dos respectivos livros, ademais, ressaltaremos, ao longo do subitem, a pouca bibliografia específica encontrada.

Não faremos sínteses dos textos de comentadores que apenas comentam de passagem ou não tem por finalidade comentar diretamente a obra de um dos autores, exceto momentaneamente, o caso de Francisco Iglésias (2000, p. 200-213) que, embora situe Caio

Prado Júnior entre a produção da historiografia brasileira, não se furta em vinculá-lo também entre a “geração de 1930”. Antes, o autor chega a afirmar que:

O retrato social do fim da Colônia está vivo em suas páginas [livro de Vilhena]: quem deseja saber como era o país então deve recorrer a elas, como fez Caio Prado Júnior para elaborar Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia), de 1942, onde Vilhena é invocado 51 vezes e muito mais vezes usado. (IGLÉSIAS, 2000, p. 45).

A lembrança do uso de fontes em F.B.C. não é despropositado, o autor traça o panorama da produção historiográfica do Brasil e de seus principais historiadores. Dividindo a produção historiográfica em três momentos, podemos ver no último uma menção que contextualiza ainda mais nosso objeto de pesquisa:

Já é grande a bibliografia sobre escravidão. Se antes se pensava mais no abolicionismo e em seu processo político – bem examinado por Paula Beiguelman, em perspectiva moderna –, cuida-se agora mais de aspectos fundamentais, como o escravo como agente de produção, sua organização social, suas lutas (nesse particular importante, desmistificador, assimilem-se textos de Décio Freitas, Clóvis Moura, José Alípio Goulart). Ultrapassa-se o estudo das leis abolicionistas – tônica antes dominante – ou das marcas do africano em nossa cultura, ou mesmo de alguns traços vistos como exotismo e folclore – como dizia Sérgio Buarque de Holanda, via-se o negro como espetáculo –, para chegar às análises vigorosas de vários autores, entre os quais avultam Florestan Fernandes e, sobretudo, pela abrangência da análise, Jacob Gorender, com O escravismo colonial, de 1978, em um dos livros mais consistentes da historiografia nativa. (IGLÉSIAS, 2000, p. 232).

O autor inicia a contextualização do terceiro momento da produção historiográfica brasileira que tem início em 1931 retratando como os historiadores interpretaram a nação incipiente e como deram conta do problema teórico e político que foi a colonização em nosso passado, e é aí onde se encontra Caio Prado Júnior como um dos primeiros intérpretes. O desdobramento, não mecânico, foi a produção sobre a escravidão, entendida como principal elemento do Brasil colônia. Jacob Gorender e Clóvis Moura são incluídos nessa ceara e o primeiro é salientado como tendo produzido “um dos livros mais consistentes da historiografia nativa”.

Traremos um breve panorama de cada texto, sem desenvolvê-los em seus pormenores, apenas para indicar em qual contexto de debate os autores o situam Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e Clóvis Moura, isto é, com quais campos do conhecimento contrastam as produções dos autores e os localizam imediatamente como interlocutores. Em função disso, apontaremos genericamente o que há de relevante para a nossa pesquisa em cada texto.

Uma variedade de produções a respeito de Caio Prado Júnior, sua vida e obra, mas sobretudo de seus principais livros pode ser contrastada com um número pequeno de produções acerca da vida e da obra de Clóvis Moura, neste caso, majoritariamente escritas neste século. Jacob Gorender, diferente dos demais, possui uma bibliografia comentadora ainda menor. Ao

longo das últimas décadas do século XX acumulou fortes críticas, mas poucos trabalhos dedicados à sua vida como militante do PCB, como pracinha da FEB na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ou mesmo sobre a amplitude de alguns de seus textos seminais para os estudos sobre o escravismo no Brasil.

Sem pormenorizar, os trabalhos que selecionamos são de vários gêneros, tais como dissertações de mestrado, artigos, livros, biografias e depoimentos. Essa bibliografia será utilizada para contrastar ou endossar nossas análises, além disso para somar ao processo de contextualização dos autores que se inicia a partir dos próprios textos produzidos por eles e passando à localização dos debates de suas respectivas épocas. A ampla maioria dos textos consultados contextualizavam Caio Prado Júnior entre a “geração de 1930”, que pode ser denominada também de “ensaísmo de interpretação histórica” que, extrapolando as décadas de 1930 e 1940, são denominados de “pensamento social brasileiro” como forma de identificar autores de uma gama de ciências humanas que se dedicaram a compreender os problemas do Brasil, do Estado e da Nação. São comuns também os que o alocam na historiografia brasileira e para isto, em geral, se considera a inauguração da interpretação histórica do Brasil a partir do materialismo histórico. E em outros casos, se recupera a vida junto a obra do autor, situando entres os autores marxistas, enfatizando sua opção consciente pela militância no PCB.

O caso de Jacob Gorender temos também os traços gerais observados na bibliografia comentadora de Caio Prado Júnior, com a diferença de que não situam, certamente por uma questão temporal e de estrutura textual, entre a “geração de 1930” e o “ensaísmo”. O que se desdobra de forma quase equivalente, é que Gorender ainda é sinalizado como um dos grandes “intérpretes do Brasil” ou parte do corpus do “pensamento social brasileiro”, sobretudo por seus livros *O Escravismo Colonial* e *A Burguesia Brasileira*. Os debates contra historiadores acadêmicos, encarnados pelo lançamento do livro *A Escravidão Reabilitada*, faz com que parte dos comentadores também o situem e o analisem dentro da historiografia brasileira; o livro é de fato uma continuação e uma defesa de *O Escravismo Colonial* publicado pela primeira vez em 1978. No que se refere ao marxismo, parte da bibliografia comentadora o aloca sobretudo porque foi um dirigente do PCB, além de ter fundado outro partido na década de 1960. Mas, em muitos dos casos, por seus embates sobre história colonial e história da Ditadura Militar (1964-1985) em que a defesa do materialismo histórico e dialético era feita abertamente.

O que se diz de Gorender sobre as generalizações dos comentadores, pode-se dizer também de Moura. O autor não é enquadrado entre a “geração de 30” e o “ensaísmo”, mas figura entre os autores do “pensamento social brasileiro”, é verdade que esse estatuto parece estar sendo reivindicado contemporaneamente, dado as recentes publicações comentadoras de

sua obra. Em relação a historiografia, o autor desde suas primeiras publicações encara debates com a produção acadêmica, mas é sobretudo por seu livro *As injustiças de Clio: o negro na historiografia* brasileira que o contextualizam. O vínculo com o marxismo também é mencionado, sobretudo nos textos que se atém a elementos de sua biografia. Mas diferente dos demais autores, Moura teve um vínculo orgânico com movimentos negros e, em função disto, muitos de seus comentadores o situam como grande contribuidor para o “pensamento negro” ou “práxis negra” no Brasil.

#### 1.1.1 Caio Prado Júnior (1907-1990)

Iumatti (2007) produz, como o título do texto sugere, uma biografia intelectual de Caio Prado Júnior. Nele sobressai o trabalho de consulta em arquivo, o manuseio de cartas, rascunhos escritos pelo autor, depoimentos, documentos oficiais da prisão de Caio Prado em 1937 e fotografias. Isto se dá matizado com uma contextualização da produção intelectual do autor entre os anos 1930 e 1940, suas influências teóricas dos anos passados na França além dos professores que conheceu e assistiu aulas na Universidade de São Paulo na década de 1930. No capítulo 2<sup>17</sup>, temos um esforço que logrou identificar as principais correspondências nacionais e internacionais do autor, as disciplinas com as quais dialogava, as revistas e livros que recorrentemente consultava durante a gestação do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* que é identificada desde pelo menos 1933 com sua viagem à URSS e a escrita de *Evolução Política do Brasil*.

Em um outro texto, uma dissertação de pós-doutoramento, Iumatti (2018) desenvolve de forma pormenorizada uma análise da gênese do principal livro de Caio Prado Júnior de 1933 a 1942, antes principiada. Também a partir de fontes primárias, do acesso ao acervo de CPJ no IEB-USP, podemos dizer que é o principal estudo do processo de construção de *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. A grande qualidade do trabalho reside no aperfeiçoamento da investigação do diálogo com as demais ciências, como é o caso da Antropologia e da Geografia nos processos descritivos ao longo dos capítulos do livro e mesmo na influência teórica que estes campos tiveram em sua formação. Mesmo os Annales são ressaltados como leituras de CPJ. No capítulo 6, Iumatti (2018, p. 389-416) nos dá uma completa análise da estrutura do

---

<sup>17</sup> Cf. Respectivamente o subitem, O significado da obra de Caio Prado Jr. na historiografia. In: IUMATTI, Paulo Teixeira. *História, dialética e diálogo com as ciências: a gênese de Formação do Brasil Contemporâneo: colônia, de Caio Prado Jr.* São Paulo: Intermeios, USP-Programa de Pós-graduação em História Social, 2018, p. 52-69. O autor cita, ainda, dois textos de Fernando Novais que não consultamos: Caio Prado Jr., historiador. Novos estudos Cebrap. São Paulo: Cebrap, n. 2, 1983; e Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, R. (org.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

livro e de como CPJ reorganiza cada capítulo voltando a tese do “sentido da colonização” dialeticamente organizado.

A concepção de cidadania e de desenvolvimento científico, ou melhor dizendo, da ciência no Brasil, orienta o desfecho dos dois trabalhos de Iumatti. A potência dos trabalhos do autor está na percepção dos diálogos de CPJ com outros campos do conhecimento ou outras escolas de pensamento histórico e social. Ainda que o autor deixe evidente que Caio Prado era comunista e possuiu, ao longo de toda vida, vínculo com o PCB, limita-se em atribuir um sentido mais reformista ao autor do que realmente foi.

Em contrapartida, temos a biografia escrita por Luiz Bernardo Pericás (2016) em que o autor indica uma virada de abordagem entre as interpretações sobre Caíto<sup>18</sup>. Em uma magistral síntese, o autor deixa evidente a opção pelo comunismo ao longo de toda a vida do biografado:

O fato é que alguns aspectos da vida e da obra de Caio Prado Júnior foram apresentados sem maior detalhamento por alguns autores, fazendo com que certos comentaristas o retratassem essencialmente como um estudioso da história e da realidade brasileiras que, quiçá, marginalmente, tivesse também um vínculo com a militância política e intelectual dentro do movimento comunista (ainda que, supostamente, esse não fosse o foco ou objetivo de sua atuação). Nesse caso, é possível encontrar trabalhos em que suas relações com o PCB e com os dirigentes e intelectuais do campo socialista internacional são mencionadas de forma marginal, apêndicular, como um traço menor ou secundário de seu itinerário. (PERICÁS, 2016, p. 24).

O autor (2016, p. 24) ainda relembra que muitos dos comentadores situam a produção de Caio junto a de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, sem dimensionar a importância da atividade política em sua produção, reduzindo-o em muitos casos ao âmbito acadêmico. Situa-o entre os grandes introdutores do marxismo não no Brasil ou na América Latina apenas, como em todo o continente Americano (PERICÁS, 2016, p. 11-27).

Partilhamos da percepção do autor e, ainda que nesta pesquisa não tenhamos a intenção de tratar do vínculo orgânico de Caio Prado Jr., ou mesmo de Gorender e Moura com o Partido Comunista, procuraremos ao longo dos debates deixar evidente esse vínculo subentendido pelo recurso do método em suas produções, ou seja, pela interpretação e construção das narrativas históricas ancoradas no materialismo histórico.

Outra biografia de suma importância foi escrita por Lincoln Ferreira Secco (2008), que também ancorado em documentos e um grande trabalho em arquivo traça o panorama intelectual de nosso autor. A grande contribuição reside em dois pontos desenvolvidos do decorrer do livro. O primeiro está em contextualizar Caio Prado na “Era dos Extremos”

---

<sup>18</sup> O autor utiliza como referência o apelido de infância de Caio Prado Júnior, além da sigla CPJ ao longo de todo o trabalho, cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Júnior: uma biografia política. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 25, passim.

possibilitando, por isso, uma melhor compreensão do significado de sua adesão ao comunismo e ao Partido em 1931. E o segundo é quando traz à tona momentos específicos em que Caio esteve marginalizado no Partido por conta de suas teses e divergências. Sem “endeusa-lo” ou transformá-lo em um “santo” que desce a pirâmide social para ser benevolente com os pobres, Secco (2008) situa-o em sua classe social, ponderando que foi rompido, já que a adesão ao comunismo significou uma traição, e o que não pode ser.

A última biografia da qual tomamos conhecimento foi escrita por Maria Célia Wider (2007), que de modo muito mais leve e simples expõe traços de CPJ, sua vida familiar e intelectual. Sem muitas citações e referências a autora vai revelando as facetas deste intelectual militante em um livro de caráter introdutório. Assim como Iglésias, não se furta em situá-lo com a produção da década de trinta já no começo do livro (WIDER, 2007, p. 11).

Um texto que nos chamou atenção pelo tema e pela análise categoria foi o de Rodrigo Cesar, apresentado como dissertação no Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo. Cesar (2019), ancorado na “história dos conceitos” de Koselleck<sup>19</sup>, faz uma análise da relação entre Economia Política e Historiografia na obra histórica de Caio Prado Júnior a partir dos conceitos de “produção” e “circulação, especificamente os livros *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945). Sua apreensão da discussão a respeito do circulacionismo na obra de Caio Prado Júnior considera os aportes de Jacob Gorender, mas munindo-se das afirmações de Lincoln Secco, faz a defesa da tese do “sentido da colonização” e do vínculo orgânico da colônia com o capitalismo comercial, apenas pelo dinamismo estar no “centro” e não na “periferia”. Sua grande façanha está em fazer um estudo detalhado de categoriais pilares do pensamento pradiano, sem esquecer da militância política do autor e tendo atenção em desvendar como suas teses ganharam permeabilidade no “pensamento social brasileiro”. (CESAR, 2019, p. 50-53).

Já incluso no domínio da história das ideias, temos a dissertação de mestrado de Bernardo Ricupero (2000) que, desvincilhando-se das tradições “internalista” e “externalista”, aponta suas insuficiências para a compreensão do *significado* e da originalidade da produção de Caio Prado Júnior em seu contexto. O contexto, neste sentido, é analisado para a melhor compreensão texto e da intenção do autor com a sua escrita através de certa inspiração do contextualismo linguístico de Skinner, mas sobretudo, ancorado nas proposições de Antonio

---

<sup>19</sup> É uma abordagem diferente da tradicional História das Ideias ou História Intelectual de inspiração anglo-saxã, talvez a diferença substantiva seja a abordagem do tempo histórico, cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.



Cândido. O texto é seminal do ponto de vista da compreensão que Caio tem da Colônia e da Nação, elementos chaves ao longo de toda sua produção que pode lhe enquadrar entre a “geração de 1930”, mas que é substrato para Ricupero para trabalhá-lo dentro do pensamento marxista, não apenas brasileiro, como latino-americano. Um entre os grandes méritos da obra do autor é evidenciar como utilizando o materialismo histórico dialético para compreender a realidade brasileira, contribuindo para programa político orientado em função de sua transformação, Caio Prado Júnior exemplifica a universalidade do método de Marx como um verdadeiro intelectual orgânico (RICUPERO, 2000).

Um apontamento interessante que situa mais especificamente a produção de Caio Prado e revelava a perspicácia do autor quando Ricupero (2000, p. 120) separa dois momentos de CPJ ainda da publicação de *Evolução Política do Brasil (1933)*, quando é aproximado da “geração de 30”, pois não possui interlocutores entre os marxistas e, por isso, na época sua produção “quase se dá no vácuo”. Enquanto no período das publicações da revista *Brasiliense*, na década de 1950, com forte assentamento do marxismo e de marxistas no Brasil, define seu principal interlocutor, como o é de toda a América Latina no período: o populismo, expresso também na CEPAL e no ISEB.

Lima (2008), em um artigo, retoma o debate acerca das teses sobre feudalismo e capitalismo a partir das interpretações de Sedi Hirano e Marcos Del Roio. Afirma ser André Gunder Frank quem retoma o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1964 para dar seguimento a tese da gênese da formação social brasileira oriunda do capitalismo:

A partir da obra *A Revolução brasileira* (de 1966), Caio Prado levanta uma série de críticas contra a tese do feudalismo no Brasil e as consequentes orientações do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos anos setenta o pensamento de Caio Prado alcança condição hegemônica dentro da academia. Seguiu-se uma vertente não hegemônica vinculada ao keynesianismo, com nomes como Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Melo. Outra “releitura” de Caio Prado, pela esquerda, formou-se através de José Chasin e Florestan Fernandes, bem como de formulações dos jovens intelectuais sobre a atualidade da revolução socialista na realidade brasileira. (...). Uma outra vertente, que não apostava na gênese capitalista e tampouco na tese feudal, ao longo dos anos 70, explica a formação social brasileira pelo escravismo (Jacob Goerender, Ciro Flamarion e Décio Saes). (LIMA, 2008, p. 71)

O autor faz uma boa divisão das tendências geradas depois da publicação de textos de CPJ, além de explicar as razões para a formação social da colônia não ser equivalente ao feudalismo.

Vania Moreira (2008), também em um artigo, análise a marginalização dos indígenas e dos negros no projeto de nação de Caio Prado Júnior, adverte sobre um raciocínio circular, presente na interpretação do autor sobre a condição indígena, chegando à conclusão de que:

Só com certo constrangimento poderíamos concordar, portanto, com Iglésias, para quem “Caio fala pouco em povo nesse livro [...], enquanto se preocupa tanto com ele no anterior *Evolução*” (1982: 25). Seria mais apropriado afirmar que

nesse livro Caio Prado Júnior escreveu muito pouco sobre o povo como categoria política. No entanto, como categoria social o povo está plenamente representado em *Formação do Brasil Contemporâneo*. (MOREIRA, 2008, p. 76-77).

A autora, se insere nas recentes tradições culturalistas<sup>20</sup> que observam as movimentações dos povos dominados frente a colonização apenas a partir de uma “resistência” simbólica e que vê a organização de modos de produção anteriores, relegando a cultura apenas o debate dos símbolos. Assim, afirma que Caio Prado fica preso ao conceito de “aculturação”. Importante observar que, para a autora, a noção pradeana de cultura é extremamente naturalizada, pois surge como um sistema fechado, homogêneo e estático. Não por acaso, portanto, a relação entre indígenas, negros e brancos é interpretada não como um processo histórico de construção e de mudança cultural, mas como um momento de desorganização, desagregação e até mesmo corrupção da “cultura superior” do povoador branco. (MOREIRA, 2008, p. 78). Três pontos teriam sido deixados de lado pela análise do autor: 1) que os grupos dominados podem se inventar, reinventar e selecionar elementos a partir dos materiais culturais dominantes; 2) a cultura dominante, metropolitana pode ser moldada pelos materiais culturais dos grupos étnicos ou subalternos; 3) refere-se a cultura no singular ao invés de no plural. E conclui: “A obra de Caio Prado Júnior é, no entanto, peça chave no sentido de consolidar o argumento da mestiçagem como o *modus operandi* fundamental de inclusão do índio na sociedade brasileira e como o principal processo de formação de um novo sujeito social: o povo brasileiro.” (MOREIRA, 2008, p. 79).

Não consideramos corretas as apreensões da autora em sua totalidade, e acreditamos que boa parte dessas críticas já foram melhor trabalhadas nos textos de Iumatti (2007) e (2018), com maior localização do problema da cultura, do eurocentrismo e do racismo, sobretudo assimilado de Oliveira Viana por Caio Prado Júnior. Secco (2008, p. 174) se contrapõe mais enfaticamente a essas críticas. Não estamos em condições teóricas de desenvolver este debate, e não esperamos que com os aportes de nossa pesquisa possamos trazer luz muitas pistas sobre o que nos parece relacional: a importância que CPJ dá à Nação, a teoria da cultura da qual está imbuído e sua compreensão da posição de indígenas e negros no processo de colonização.

Por fim, fizemos a leitura da coletânea *História e Ideal*, lançado em 1989, um ano antes da morte de Caíto quando já manifestava vários sintomas de Alzheimer. A coletânea foi

---

<sup>20</sup> Cabe mencionar como tem ficado corrente entre muitas organizações e movimentos sociais a crítica de Lélia Gonzalez, feita a partir da linguagem, a Caio Prado Júnior. A autora traz contribuições importantes, mas descontextualiza o autor e não se atém ao conjunto do seu texto criticado (*Formação do Brasil Contemporâneo*), cf. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

organizada por Maria Angela D’Incao, com textos de Florestan Fernandes, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Danda Prado, Jacob Gorender entre outros, e contribui para aproximação de temas trabalhados por Caio, tais como a caracterização da formação social do Brasil colônia e a natureza da Revolução Brasileira, além da Questão Agrária e as relações com a Geografia. Os artigos publicados nessa coletânea aparecerão em maior e menor quantidade auxiliando ou contrapondo nossas análises.

### 1.1.2 Jacob Gorender (1923-2013)

O caso de Jacob Gorender é sintomático de como a academia brasileira pode ser cruel e relegar ao ostracismo quem ousa questionar as teses canônicas. Se Caio Prado Júnior sofreu com a marginalização no Partido, Gorender por outro lado chegou a ocupar o comitê central na década de 1950, mas não logrou alcançar igual prestígio na universidade.

Não chegamos a biografias de Gorender, mas podemos apontar para um artigo e uma dissertação de mestrado que perpassam a vida e as trajetórias política e intelectual deste que foi militante do Partido Comunista Brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário que pracinha na Segunda Guerra Mundial, travando lutas na Itália contra o nazifascismo, preso político durante a Ditadura Militar, professor e jornalista já na passagem do século XX para o XXI.

Um destes é o artigo de Lucileide Cardoso (2013) que desvenda a trajetória de Gorender de 1940 até 1980. A autora nos dá um importante panorama da atuação política JG, que se filiou no PCB em 1941 (dez anos depois da filiação de CPJ) recrutado por Mário Alves e em seguida, no ano de 1943 foi para a Europa lutar na Guerra pela FEB. O principal desenvolvimento do artigo está na investigação da repressão das ditaduras do Estado Novo 1937-45 e da Ditadura Militar nas décadas de 1960 e 1970 e como Gorender, já organizado politicamente, se movimentou frente a elas. Um número grande de informações é trazido ao leitor a partir de documentos como cartas e depoimentos, a relação de JG com o PCB, com Luís Carlos Prestes e a própria defesa escrita pelo militante contra o tribunal da Ditadura no ano de 1970 intitulado “Subsídios para as Razões Finais” é invocada para subsidiar a análise. O autor denuncia a tortura sofrida nos anos em que passou na prisão em entrevistas e escritos seguintes que também são analisados de forma concisa (CARDOSO, 2013, p. 314-318). Cabe lembrar, o livro *O Escravismo Colonial* teria sido iniciado pelo autor quando ainda estava preso no Presídio Tiradentes (por onde passou CPJ, tendo ficado presos também no mesmo período, em celas diferentes). Em 1967 teria sido expulso do PCB, em 1968 entrara para o PCBR e em seguida preso.

Outro texto que podemos situar como produtor de um panorama da atividade de política e intelectual de Gorender foi escrito por Quadros (2015), uma dissertação de mestrado, que biograficamente refaz os passos do militante comunista até o ano de 1970 em que foi preso. A qualidade do trabalho está em recuperar as polêmicas e rupturas teóricas que desmembram o PCB até a fundação do PCBR em 1968, recuperando também todo o clima que antevia o Golpe de 1964. Em contrapartida, não analisa a produção teórica de JG ao longo das décadas de 1940, 50 e 60, e tendo como marco temporal o ano de 1970 não chega a desenvolver análises sobre a escrita do principal livro do autor, publicado apenas em 1978.

Carlos Alberto Cordovano (2004), em sua dissertação apresentada ao Departamento de Economia da UNICAMP, elabora a mais completa síntese dos debates marxistas de interpretação da colônia, situando não apenas Gorender, como também Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. O grande mérito do autor está em perceber o pano de fundo que orienta o debate da interpretação da formação social e do modo de produção na colônia como próprio do debate da *transição* na Europa, do feudalismo ao capitalismo e como este se consubstancia no debate sobre a Revolução Brasileira. Ao expor sobre as percepções de Ciro Cardoso, podemos mencionar, relembra o desdobramento da tese do “sentido da colonização” e como ela se conecta com as proposições de Fernando Novais e a ideia de sistema econômico mundial de Immanuel Wallerstein (CORDOVANO, 2004, p. 142).

Nesse meandro temos a tese de Antonio Carlos Mazzeo (1997) que configura uma das melhores críticas já elaboradas ao conceito de modo de produção escravista colonial, não apenas nas formulações de Gorender, como também de Ciro Cardoso e Décio Saes. A tese foi defendida no ano de 1986, e retoma de maneira evidente o pensamento de Caio Prado Júnior para explicar as origens da autocracia burguesa no Brasil. A disposição do pensamento de CPJ parece figurar como nodal ao raciocínio dialético, assim como em Formação do Brasil Contemporâneo, o sentido da colonização também aparece como tese articuladora da proposição de Mazzeo (1997)<sup>21</sup>. O autor faz a defesa intransigente do nascimento da colônia em meio ao capitalismo comercial, sem ter passado por escravismo ou feudalismo. Para isso, retoma as discussões sobre a existência de feudalismo em Portugal e os debates entre os marxistas britânicos sobre a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa. Seu grande

---

<sup>21</sup> O autor inicia a introdução com uma citação de Caio Prado Júnior (p. 13) que em nossa edição não se pode verificar qual é a obra citada, pois na referência não consta. Termina o primeiro capítulo com citação direta do livro Evolução Política do Brasil (p. 56). Termina o segundo capítulo citando novamente o livro de CPJ (p. 88). Termina também o terceiro capítulo com citação direta do mesmo livro do autor (p. 107). No último capítulo, uma nova citação direta de CPJ também aparece (p. 131), embora duas páginas antes do encerramento do livro que termina na página 133. Cf. MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 2ª edição revista – São Paulo: Cortez, 1997.

intuito, entretanto, é compreender a natureza da burguesia e do Estado no Brasil. A tese tem natureza teórica, é discutida em alto nível de abstração das categorias, não figurando no plano da análise de fontes documentais.

Não podemos deixar de mencionar que o excesso de menções a CPJ na tese de Mazzeo militante do PCB (em período de reconstrução pós Ditadura) pode ser interpretada como a tentativa de recapitular teses que haviam sido marginalizadas na própria organização ao longo das décadas passadas. E que está situada em um contexto de assimilação de Caio Prado Júnior e suas teses pelas universidades paulistas. Sem embargo, o valor da tese de Mazzeo reside na capacidade de síntese dos grandes debates que permeiam a discussão, sua coesão interna e consistência lógica e de método fazem-na pedra no sapato para a defesa da tese de Gorender.

Outro militante do PCB que coloca se posiciona no debate é Carlos Nelson Coutinho. O autor afirma:

Sem entrar aqui nos detalhes da ampla polêmica acerca da natureza desse modo de produção pré-capitalista da era colonial, assumo como hipótese a de que se tratava de um modo de produção escravista (de resto, o adjetivo colonial não me parece caracterizar o modo de produção no sentido de atribuir-lhe novas leis, mas indica precisamente o seu vínculo de subordinação formal ao capital internacional: uma subordinação que certamente sobredetermina essas leis, que são porém as leis gerais de todo o modo de produção escravista com dominância mercantil). É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômico-social. (COUTINHO, 2013, p. 34-35)

Em nota de rodapé, faz a crítica da concepção de capitalismo durante a fase colonial do Brasil, se distanciando das proposições de Caio Prado Júnior e adeptos. Podemos estabelecer paralelos entre a percepção de Coutinho e de Moura, ainda que este último se vincule muito mais a defesa da transição feudal-capitalista de Caio Prado Júnior, que Coutinho critica. Isto se dá na medida em que ambos questionam suposta particularidade das leis dinâmicas internas do escravismo colonial com relação ao escravismo antigo. Tanto em Coutinho como em Moura essa aproximação fica mais evidente, veremos mais propriamente no capítulo 2.

Coutinho estabelece discussão com Mazzeo (1997) também no que diz respeito a definição da via ao capitalismo no Brasil. Essa discussão demonstra a amplitude do debate sobre a caracterização do modo de produção e da formação social do Brasil colônia para questões da compreensão do capitalismo e da formulação de tática e estratégia dos partidos revolucionários:

Um dos principais defensores da tese do ‘capitalismo colonial brasileiro’ é Caio Prado Jr. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, fala em ‘capitalismo incompleto’ (...) A consequência mais problemática da definição do modo de produção colonial como capitalista é que assim se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização; com isso, perde-se a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria ‘via prussiana’, que denota precisamente um processo no qual a transição

para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infraestrutura quanto no Estado. (COUTINHO, 2013, p. 34)

Em suma, podemos dizer que Coutinho faz a defesa da tese de modo de produção escravista no período colonial da história do Brasil, todavia, sem atribuir ao estatuto colonial a modificação de leis internas desse modo de produção, mas apenas a indicação do seu essencial vínculo com o capital mercantil. Não sabemos se o autor modifica sua posição em anos seguintes, dada que a defesa da tese do “modo de produção escravista” pode parecer precoce já que o artigo foi publicado em 1979, e o texto de Jacob Gorender mencionado – *O escravismo colonial* – só tivera a primeira publicação um ano antes.

Temos ainda, uma boa quantidade de artigos a respeito desse principal debate no qual se meteu Gorender. A título de exemplo o de Andrés Ferrari e Pedro Cezar Dutra (2011) também realizam análise sobre o tema da escravidão no Brasil colônia, assim como Mazzeo (1997) com críticas contundentes ao conceito de modo de produção escravista colonial e com a afirmação das teses de CPJ. E o de Vinicius Lima (2013) que análise a formação do Estado no burguês no Brasil observando sobretudo o direito, sobressai, por isto, as discussões sobre autonomia relativa da superestrutura, algo parecido com o que faz Mazzeo (1997), com a diferença que faz a defesa da tese do escravismo colonial (LIMA, 2013, p. 487).

Acerca de um debate mais contemporâneo, temos o artigo de João Carlos Furlani e Nicodemo Sena (2019) que retomam o debate entre Gorender e Sidney Chalhoub. Os autores trazem um panorama da carga de debates entre Gorender e os historiadores da UNICAMP, e entendem que as produções de Chalhoub sobre a colônia e a escravidão tem nitidamente a opção pela cultura, esquecendo-se das relações de produção. Os autores incorrem no erro de tentar aproximar as duas proposições diferentes afirmando que os termos “marxista” e “culturalista” pouco teriam a dizer sobre as suas produções e que, em termos gerais, ambos conseguiam observar a capacidade de mobilização e resistência dos escravizados (FURLANI; SENA, 2019, p. 104-105).

Soma-se a este artigo o de Fontella e Farinatti (2008) em que as proposições de Gilberto Freyre são dissociadas das dos historiadores da UNICAMP e contrastadas com as de Gorender. Os autores defendem as teses dos historiadores da UNICAMP, denominando-a de historiografia do “escravo real” em oposição. A historiografia sobre o escravizado teria passado da centralidade na acomodação com Freyre, a negação com Gorender e a adaptação com a UNICAMP (FONTELLA; FARINATTI, 2008, p. 137-138).

Mário José Maestri tem sido nos últimos anos um dos principais comentadores da obra de Jacob Gorender e defensor da tese do escravismo colonial. Em seus textos, Maestri (2014),

(2005) e (2016) defende praticamente a mesma tese, com abordagens e contextualizações diferentes. A tese é a de que em *O Escravismo Colonial*, Gorender produz uma “revolução copernicana” nas ciências sociais brasileiras, pois passa analisar e escrever pela primeira vez a história do Brasil a partir das relações de produção e da perspectiva do escravizado.

Em David Maciel (2020) encontramos o texto que melhor dissecou as teses de Jacob Gorender sobre o Brasil. A questão agrária, a Revolução de 30, o surgimento da burguesia brasileira, o escravismo colonial são alguns dos principais temas trabalhados pelo autor que analisa grande parte da obra de JG. Como título não nos deixa mentir, Maciel (2020) procura enquadrar Gorender entre os intérpretes do Brasil, afirma:

Como fruto dos estudos sobre a história brasileira termina *O Escravismo Colonial* em 1976, clássico da historiografia publicado em 1978 e que o coloca no restrito grupo dos grandes intérpretes da história do Brasil, como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e Gilberto Freyre. Intelectuais que descreveram a trajetória histórica da sociedade brasileira em suas linhas de desenvolvimento fundamentais e buscaram interpretá-las de modo coerente e teoricamente justificado e que já não mais existem devido à segmentação do conhecimento científico, ao produtivismo imperante na academia e ao empobrecimento do debate político no país. (MACIEL, 2020, p. 109).

Evidentemente, não o aloca diretamente entre a “geração de 30”, ainda que Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda apareçam como referências, mas situa-o entre alguns dos principais teóricos que se esforçaram para compreender o Brasil. Os textos de Maciel (2020) e Maestri (2005), (2014) e (2016) figuram entre os mais importantes comentadores e propagadores da tese do modo de produção escravista colonial.

Por último, um trabalho que nos chamou atenção foi o de Roberto Adolfo (2016) no qual o autor apresenta uma pequena tipologia das fontes utilizadas por Gorender. Aponta que: “(...) o conteúdo de tais fontes é apreendido de forma literal, isto é, Gorender não tem como preocupação interpretar as fontes, ele não interroga as falas que constituem tal fonte, ao contrário, tenta compreender a causa do fato que se expressa na fonte.” (ADOLFO, 2016, p. 8).

Adolfo (2016) firma que Gorender toma o relato como verdade ao invés de interpretar a fonte, simplesmente para fortalecer a compreensão delimitada anteriormente pelo complexo teórico que delimita; isto se vê na lei da rigidez da mão de obra escrava, quando o autor usa um relato sobre a dureza do trabalho como subsídios para aferir certo aumento da intensidade do trabalho. Além disso, afirma: “(...) o conteúdo dessas fontes é pobre no que diz respeito ao fornecimento de dados para uma análise cujo objetivo era o de compreender a perspectiva escrava. (ADOLFO, 2016, p. 8). A conclusão é, na contramão do que afirma Maestri (2016) que a obra de Gorender fala mais sobre a dinâmica do modo de produção do que empiricamente sobre a perspectiva do escravo, como o fazem os historiadores dos anos 1980 da UNICAMP,

sobretudo, pela ampliação das fontes primárias; entre elas os inquéritos nos quais as falas dos escravos permitiam perceber a violência, a ação, fazendo com que os historiadores se aproximem mais da compreensão dos escravos acerca do processo.

### 1.1.3 Clóvis Moura (1925-2003)

Não há biografia *stricto sensu* produzida sobre Clóvis Moura, o trabalho que mais se aproxima a isso foi produzido como dissertação de mestrado por Fábio Nogueira de Oliveira (2009). Um trabalho de folego que versa sobre toda a trajetória intelectual e militante de Moura, buscando compreender a constituição do negro como central em seus estudos, a ponto de contribuir para a formação da “sociologia da práxis negra”. Um levantamento de documentação, além da análise das divergências políticas com o PCB e sua adesão ao PCdoB em 1962, bem como a apreensão de seu trabalho como escritor e editor em revistas e jornais dentro e fora do Partido fazem desse trabalho o mais completo até hoje produzido sobre o intelectual e militante. Em um artigo, Oliveira (2011) desenvolve parte das teses que havia iniciado com a dissertação, já com um melhor desenvolvimento da periodização histórica da produção sobre o negro<sup>22</sup>.

Alguns anos antes, talvez a dissertação que iniciou a recuperação da produção e da trajetória de Moura, havia sido publicada. Mesquita (2002) escreve um ano antes da morte de Moura, e contribui para contextualização do autor em meio aos “intérpretes do Brasil”, logo na primeira página da apresentação afirma:

Moura é mais um mapeador do Brasil, que utiliza da ferramenta – análise marxista, para interpretá-lo, seguindo as pegadas deixadas por Caio Prado Júnior, mas que no andar por inúmeras veredas, deixa as suas (...) dialoga com os percussores do pensamento social, e neste profícuo diálogo revisa suas proposições, corrige suas teses, endossando ou não, enfim, colabora autenticamente para a análise do que seja o Brasil. (MESQUITA, 2002, p. 1).

A tese defendida na UNICAMP, está na esteira da produção paulista que vincula Moura a Caio Prado Júnior. Mesquita (2002) chamada de “autores maiores” Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Florestan Fernandes, ao se referenciar aos teóricos com os quais Moura estabelece diálogos. A principal discussão estabelecida em seu texto é a grande crítica que Moura produz à historiografia brasileira, neste sentido, o livro *Dialética Radical do Brasil Negro* ganha destaque, sobretudo nos capítulos II e III nos quais a autora trata especificamente do Escravismo Tardio, demonstrando a importância,

---

<sup>22</sup> Neste artigo, Fábio Oliveira cita dois textos que não conseguimos consultar, são: Konrad, Diorge Alceno. Na senzala a resistência, no quilombo a liberdade: a obra de Clóvis Moura; e Maestri, Mário. Clóvis Moura: uma visão revolucionária precoce sobre o Brasil. In: Maestri, Mário. Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, 2004. CD-ROM. Mário Maestri situa-se como comentador tanto da obra de Gorender como de Moura.



a originalidade e a crítica empreendida pelo autor ao longo de sua vida frente à historiografia acadêmica brasileira. Em síntese, a autora reconhece certa proximidade de Moura com as teses de Gorender e Ciro Cardoso, mas entende que Moura situa a escravidão como produto do capital mercantil (MESQUITA, 2002, p. 34 passim). Acreditamos ser o principal ponto a desvendar que a autora não trabalhou bem.

Soma-se a esta dissertação um artigo publicado pela autora, iniciando também a interpretação desenvolvida por Oliveira (2009) sobre a “práxis negra”. Mesquita (2003) analisa especificamente a produção teórica de Moura sobre o negro no Brasil, situando-o mais uma vez entre os grandes “intérpretes do Brasil”. A relação com Caio Prado Júnior não é apenas mencionada a partir da economia política, mas também é lembrado que Moura transferiu-se para São Paulo em 1949 e atuou na Frente Cultural do PCB que reunia também CPJ (MESQUITA, 2003, p. 560). O ponto máximo da tese é quando a autora diz:

O fato é que seu primeiro livro, *Rebeliões da senzala* foi, eufemisticamente, pouco acolhido pelos intelectuais brasileiros, pertencentes ou não ao Partido Comunista, que resistiram à sua tese. Talvez por suas acepções estarem em desajuste com o stalinismo pregado pelo PCB, sua ligação com o Partido nunca foi de aceitação das teorias divulgadas pela Internacional Comunista, daí sua aproximação das análises de Brasil feitas por Caio Prado. (MESQUITA, 2003, p. 561).

A partir da autora vamos tendo cada vez mais subsídios que justificam a relação entre os autores. Mesquita (2003) sublinha a compreensão dos escravizados como atores políticos e a capacidade de Moura compreender as múltiplas facetas de suas resistências, além da análise e na localização de forma extensiva, em seus textos, do negro na produção acadêmica do Brasil, elemento esse central para a compreensão da “práxis negra”.

Outra dissertação de folego foi escrita por José de Andrade (2019) em que situa Moura entre o pensamento antirracista, procurando entender como a produção do autor contribui para a identidade negra como estratégia de luta, ainda que o próprio autor se coloque como crítico ao campo dos “estudos raciais”. Uma das contribuições do autor é desmistificar a relação dura entre raça e classe, mostrando como estão completamente intrincadas no caso do Brasil. Mais uma vez o conceito de “práxis negra” é analisado como o movimento transitivo da produção de Moura em que o negro toma centralidade (ANDRADE, 2019, p. 64-77).

Há, ainda, uma série de artigos produzidos desde a consolidação do Fundo Clóvis Moura no CEDEM-UNESP<sup>23</sup>, como é o caso dos artigos produzidos por Malatian (2018) no qual analisa a atividade jornalística de Moura durante os anos 1951-52 com a Revista Flama para a Frente Cultural do PCB em Araraquara. O texto traz informações mais específicas da

---

<sup>23</sup> Para maiores informações há: Guia do Acervo – Cedem / Organizado por Sandra Moraes. – São Paulo: Cedem /UNESP, 2018. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/> (acesso em 17/10/2021).

atuação de Moura e uma análise do significado da Frente Cultural do PCB: “Paralelamente, atuou até 1955 como secretário de redação da revista Fundamentos, fundada por Monteiro Lobato e publicada trimestralmente pelo PCB em São Paulo de 1948 a 1955, sob a direção de Armênio Guedes, Villanova Artigas e Caio Prado Júnior.” (MALATIAN, 2018, p. 6).

Ressalta-se um artigo de Cléber Vieira (2018) em que o autor também trabalha com a questão da produção periódica de Moura, analisado suas críticas à historiografia e a compreensão do negro na sociedade de classes a partir dos jornais da “imprensa negra” em São Paulo na década de 1970.

Em outro artigo, Malatian (2019) analisa os primeiros estudos de Moura, quando este ainda vivia na Bahia no vale do Rio São Francisco, nas décadas de 1940 e 1950. O cerne de seu artigo é a compreensão das referências utilizadas pelo autor para a produção de seus primeiros esboços de um amplo projeto de pesquisa. Por meio de cartas trocadas entre Moura e Arthur Ramos, a autora vai localizando as preocupações, inquietações que movem Moura e os consequentes direcionamentos em suas pesquisas. A antropologia cultural, bem como um referencial teórico em certa medida eclético é absorvido por Moura em suas interlocuções com Arthur Ramos, suas leituras de Edison Carneiro e críticas a Nina Rodrigues, segundo Malatian (2019) foram os principais autores lidos e estudados pelo autor em seus primeiros anos de pesquisa. As obras *O negro brasileiro* (1934) e *A aculturação negra no Brasil* (1942) são indicadas como de suma importância para Moura, sobretudo em dois pontos: a crítica que Ramos faz a Nina Rodrigues sobre a passividade do negro, indicando como sujeito das revoltas e rebeliões; e, retomando Palmares no qual via a “mais perfeita organização de defesa do período da escravidão”. O grande mérito de Malatian (2019, p. 132) é captar como Moura se relaciona com a Antropologia cultural e como a utilizou em pesquisas sem abdicar do marxismo tido como referência o livro *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior.

Temos especificamente uma dissertação de doutorado de Ana Paula da Silva (2017), apresentada ao Departamento de Serviço Social da UFRJ<sup>24</sup>, que melhor sistematiza a produção de Moura, analisando os referenciais marxistas e dos próprios Marx e Engels citadas pelo autor ao longo de seus principais trabalhos. Além disso, concatena a produção sobre racismo, a militância antirracista e toda a economia política sobre o escravismo no conjunto da obra do autor, utilizando também o conceito de “práxis negra”. A autora faz uma distinção entre o conceito de modo de produção escravista de Moura para modo de produção escravista colonial

---

<sup>24</sup> Fábio Nogueira de Oliveira participou da banca de Ana Paula da Silva e a autora foi orientada por um membro do PCB. Estes são alguns dos elementos que mostram a maior articulação dos pesquisadores que estudam a vida e a obra de Clóvis Moura contemporaneamente.

de Gorender ressaltando o atributo “colonial” como o principal marcador da diferença (SILVA, 2017, p. 24). Muitas categorias são analisadas pela autora no conjunto da obra do autor, mais nomeadamente, temos uma análise do livro *Dialética Radical do Brasil Negro* na qual entende o livro como a síntese do pensamento do autor (SILVA, 2017, p. 188-209).

Márcio Farias (2020), em um ensaio crítico, traz à tona o conjunto da produção de Moura situando-o como um dos grandes “intérpretes do Brasil” e em meio ao “pensamento social brasileiro” perpassando disciplinas como a Historiografia, Sociologia, Antropologia e Economia, mas também no marxismo como desenvolvimento teórico (FARIAS, 2020, p. 50). Aponta uma mudança na postura de Moura com a caracterização do modo de produção e da formação social do Brasil colônia, partindo de uma base pradiana e sofrendo possíveis influências posteriores de Gorender, além de mencionar uma possível confusão entre essas duas categorias (FARIAS, 2020, p. 88). A principal conclusão de Farias (2020, p. 74-80) é que Moura contrapõe com primor as vertentes conservadoras que pensam a escravidão no Brasil: as eugenistas e as culturalistas. Além disso, Moura teria antecipado a percepção de agência do escravizado, atribuída como inovação por muitos estudiosos à historiografia dos anos 1980 de inspiração thompsoniana, sobretudo da UNICAMP.

Se até agora a tendência entre os comentadores da obra de Moura é localizá-lo sob forte inspiração na produção pradiana (disso não discordamos), essa tese é muito mais enfática em *Escravidão e Capitalismo na Obra de Clóvis Moura*, de Gabriel dos Santos Rocha. Rocha (2021, p. 16-21) chega a traçar o paralelo nítido entre “o sentido da colonização” e a concepção que Moura possui sobre a escravidão. O trabalho de Rocha, contudo, não traça paralelos ancorados em fontes primárias, mas apenas aproxima as percepções de ambos autores. O Escravismo Tardio, por exemplo é conectado (como tese) ao Capitalismo Dependente aos moldes de Florestan Fernandes (ROCHA, 2021, p. 23-26).

Ao que nos parece, embora seja nítida a relação entre Caio Prado Júnior e Moura, muitos dos comentadores subestimam a apreensão que Moura teve dos trabalhos de Jacob Gorender, não se dirigindo para uma análise que possa mensurar ou localizar os livros em que o conceito de modo de produção escravista fica mais nítido para Moura. As associações da interpretação de Moura sobre a colônia e a função do escravismo são feitas diretamente com a concepção de Caio Prado Júnior e ao que nos parece também é uma associação de as devidas mediações, pois ao que tudo indica a percepção de Moura em relação ao desenvolvimento do capitalismo não é a mesma que a de Prado Júnior.

Em suma, podemos dizer que não encontramos análises sobre o trabalho nas narrativas históricas do Brasil de Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e de Clóvis Moura acerca do Brasil

colônia, muito menos bibliografia específica sobre o trabalho nas obras *Formação do Brasil, O Escravismo Colônia e Dialética Radical*. Verificamos ausência de análises que olhassem para as obras dos três autores de forma conjunta, que se detivessem nos diálogos que os autores estabeleceram entre si e com interlocutores comuns, ou mesmo que pudessem compreendê-las em um recorte mais geral de debates, como o da escrita da história do Brasil. Análises sobre a caracterização da formação social tendem a utilizar Caio Prado e Jacob Gorender, trabalhos sobre história colonial tendem a considerar a importância de Caio Prado para o tema e textos sobre a questão racial no Brasil, possuem preponderância quando se trata de Clóvis Moura.

Encontramos mais facilmente artigos e teses sobre vida e obra de Caio Prado Júnior e mesmo trabalhos sobre seu livro principal, *Formação do Brasil contemporâneo (1942)*, são mais frequentes se comparados às produções teóricas a respeito de Jacob Gorender e Clóvis Moura. Há ainda, uma diferença qualitativa, que se percebe na riqueza de detalhes, no uso de fontes, na pormenorização e análise de um texto ou no conjunto da obra que se caracterizam a fortuna crítica de Caio Prado Júnior e não encontramos nos nossos dois últimos autores. A obra de Moura desperta quantitativa e qualitativamente mais trabalhos do que a de Gorender despertou. Podemos dizer que em função das releituras contemporâneas e reedições feitas na academia ou nos movimentos sociais. A obra de Jacob Gorender é a que desperta mais críticas entre todos. Fica evidente contrastando a produção dos autores com a suas biografias políticas que Caio Prado e suas teses ficaram marginalizadas no PCB durante a maior parte de sua atividade com militante, tendo sido assimilado pela academia brasileira, sobretudo com a CEPAL e a USP, enquanto Moura e suas teses, também marginalizados no Partido, estão tendo uma reabilitação contemporânea fruto do engajamento de intelectuais negros destoantes das teses dominantes no movimento negro liberal. Sua obra tem sido majoritariamente associada à de Caio Prado Júnior, enquanto suas leituras de Ciro Flamarion Cardoso e mesmo de Jacob Gorender são menos exploradas. Por outro lado, podemos aferir que com Jacob Gorender sucedeu o movimento inverso ao de Caio e Moura, de grande prestígio no Partido, tendo sido membro do Comitê Central na década de 1950, passa a marginalizado produzindo na academia contra acadêmicos que também o marginalizaram junto com sua principal tese.

Nossa pesquisa, portanto, se identifica com boa parte da bibliografia consultada na medida em que elas se atêm aos debates principais travados pelos autores. Porém, tem o adendo da pretensão de situá-los em um debate mais propriamente candente da historiografia, travado por Moura e Gorender, que se inclina para a questão da narrativa. Mas, se tratando de um estudo de História das Ideias, se vincula com aquela parte da bibliografia que situa, contextualiza e de alguma forma tenta iluminar os nexos internos de cada um dos textos e teses. Talvez a principal

característica nova seja a abordagem qualitativa que escolhemos ao selecionar um texto de cada autor e analisá-los comparativamente como três momentos distintos do marxismo e do pensamento social brasileiro.



## 2 A CATEGORIA TRABALHO EM FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, O ESCRAVISMO COLONIAL E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO

*Neste estilo popular  
 Nos meus singelos versinhos,  
 O leitor vai encontrar  
 Em vez de rosas espinhos  
 Na minha penosa lida  
 Conheço do mar da vida  
 As temerosas tormentas  
 Eu sou o poeta da roça  
 Tenho mão calosa e grossa  
 Do cabo das ferramentas*

**Emigração e as consequências - Patativa do Assaré**

### 2.1 PREÂMBULO: TRABALHO CONCEITO OU TRABALHO CATEGORIA?

Em meio a pesquisa, pude observar uma diferença no uso do materialismo histórico entre os autores. Caio Prado utiliza trabalho escravo e trabalho servil indistintamente, essa indistinção, entre outras, demonstra como sua apropriação do termo “trabalho” é genérica, não está arregimentada em uma categoria explicativa da realidade. No caso de Gorender e Moura, por outro lado, trabalho ocupa uma forma mais definida em um sistema de categorias, isto é, as próprias categorias marxianas que se articulam: relações de produção, forças produtivas, modo de produção, formação social. Nos surge a necessidade de explicar essa diferença de apreensão e uso do método, talvez definindo o que é uma categoria e o que é um conceito.

Para isso, no livro *Trabalho, Indivíduo e História: o conceito de trabalho em Lukács* de Antonino Infranca afirma que:

Inicialmente, é preciso definir o trabalho lukacsiano como um conceito/categoria, uma vez que Lukács, partindo da definição de trabalho – ou seja, de seu conceito, por assim dizer, aristotélico –, com frequência acaba por organizar, analisar e reconstruir relações teóricas de alta complexidade, empregando o trabalho tal como uma categoria kantiana (INFRANCA, 2014, p. 11-12).

Por meio dessa frase podemos entender que existe uma diferença entre “conceito trabalho” e “categoria trabalho” na formulação teórica de Lukács, segundo o autor. As duas formas que trabalho assume, servem para diferentes elaborações acerca da realidade concreta. O autor segue, explicando o conceito de trabalho em Lukács:

Trata-se de um conceito, mas que serve também para descrever a essência necessária do ser humano e sua capacidade de viver em comunidade. Mais especificamente, o trabalho representa ainda o verdadeiro e próprio fundamento de uma comunidade humana, uma vez que viabiliza o estabelecimento de relações (em alemão, *Gemeinschaft*, que coincide com a categoria kantiana de relação recíproca)

entre seres humanos – relações práticas, sociais, axiológica e linguísticas (INFRANCA, 2014, p. 12).

Ao que parece, trabalho enquanto conceito define a genericidade humana, sua essência, fundamento. Sendo assim, viabiliza o estabelecimento de “relações”, assumindo a forma de “categoria”. O exemplo que demos em nossa pesquisa é o de que para Caio Prado, trabalho aparece como atividade mais básica e primária, enquanto para Gorender e Moura, aparece como atividade básica fundamental e primária, mas alça valor teórico quando se cristaliza na categoria “relação de produção”. Infranca conclui definindo o que é o trabalho:

Assim, o trabalho é uma possibilidade concreta que permitiu a um animal geneticamente predisposto passar para o estágio da humanidade. A genericidade *em-si* do homem pode passar à sua genericidade *para-si* através do trabalho; desse modo, o trabalho representa também um meio de expressão, de realização, da essência necessária do homem – sua humanidade. O trabalho revela-se, portanto, uma estrutura necessária do ser social, que permite o estabelecimento de vínculos permanentes entre os seres sociais. No fundo, o trabalho é princípio/fundamento, substância, meio de exteriorização necessária, na medida em que realiza a universalidade do gênero humano. Para Lukács, enfim, o trabalho constitui um complexo de complexos, um conjunto de momentos categoriais mantidos unidos por uma série de relações recíprocas (INFRANCA, 2014, p. 12).

Mais uma vez, a forma categorial que trabalho assume (conjunto de momentos categoriais), parece ser as relações sociais de produção. Podemos ainda, partindo dessa definição, tentar compreender a argumentação de Caio Prado sobre a quase “ausência de superestrutura” no Brasil colônia. Segundo ele, o trabalho escravo, sendo uma relação brutal, forçada e compulsória impediria que se constituísse uma superestrutura complexa. O que parece interessante observar, é que o movimento de análise parece o mesmo que o apontado por Infranca; o trabalho como relação primitiva, que possibilita o estabelecimento de relações recíprocas. Prado veria no trabalho escravo a brutalidade que lhe impedia de constituir o segundo movimento do trabalho, seu momento de “genericidade *para-si*” ainda que “trabalho conceito” base fundamental das comunidades seja percebido, ele não adquire (por ser escravo) a capacidade de humanização. Continuamos com as definições feitas por Infranca:

Vale notar que, no conceito de trabalho em Lukács, prevalece o preceito marxiano segundo o qual “a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco”, um princípio que exprime, de resto, toda uma metodologia da pesquisa, que foi por mim empregada na análise do desenvolvimento do conceito de trabalho no pensamento de Lukács. Certamente, o momento categorial fundamental para a compreensão do complexo de complexos que caracteriza o trabalho é o valor. O valor representa o resultado do processo laboral e, por conseguinte, o momento em torno do qual relações sociais podem se estabelecer. Além disso, o valor constitui o fenômeno por de trás do qual se oculta o objeto, implicando imediatamente uma relação com o sujeito e, em especial, com a necessidade do sujeito, a qual pode e deve ser satisfeita pelo objeto. O valor é também o elemento que conduz à socialização, ao passar da condição de valor de uso para valor de troca. Acima de tudo, o valor, enquanto resultado do processo produtivo, abarca em si todos os momentos precedentes (INFRANCA, 2014, p. 12).



Novamente o autor diferencia as formas conceitual e categorial do trabalho em Lukács, e nisto, podemos observar um duplo movimento: 1) o conceito que estabelece parâmetros metodológicos de pesquisa, do percurso de uma história universal a partir do surgimento de comunidades humanas, pois o próprio conceito de trabalho assume caráter universal; e 2) a categoria que sintetiza as relações sociais no processo produtivo dos produtos com valores de uso e troca.

Por outro lado, Octávio Ianni faz uma definição da construção da categoria que nos suscita entendimento dúbio, se a utilizamos para tentar compreender o problema observado nas formulações de Prado, Gorender e Moura:

A construção da categoria é, a meu ver, um desfecho, é a síntese da proposta de Marx, isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado (IANNI, p. 397).

Por essa definição, poderíamos entender que não há significativa diferença entre um conceito e uma categoria se o método para a construção dos dois for a dialética. Mas seguimos com novas informações:

Não está em questão construir um conceito ou uma definição. Está em questão construir uma reflexão, “um conceito, uma definição”, vamos dizer assim, entre aspas, mas, nos quais a realidade apareça com o máximo da sua vivacidade, da sua integridade (IANNI, p. 397).

Aqui, o autor deixa transparecer que o “conceito” e/ou a “definição” podem ser diferentes da “categoria”, na medida em que ela é a síntese do movimento do fenômeno estudado e que eles são simples caracterizações. No entanto, não podemos bater o martelo nesta distinção. Em sequência, afirma que Hegel compreende o fenômeno concreto da realidade em movimento afirmando que: “(...) o fato, que é destituído de conceito, que não está categorizado, é um fato que está perdido” (IANNI, p. 397). Ora, podemos compreender que não há – segundo Hegel – distinção entre conceito e categoria pois são necessários para compreensão de um fato. Para finalizar, Ianni define o que é uma categoria:

(...) a categoria é a explicação dialética, ela apanha o movimento real. A vida no real. E, em apanhando a vida no real ela percorre esses vários momentos lógicos da reflexão. Ela implica nesses vários momentos lógicos da reflexão, a historicidade do real que é inegável para as Ciências Sociais. Não é só o pensamento de Marx que reconhece que a realidade social é histórica, a historicidade do real é resgatada, é desvendada na reflexão sobre o real. Essa historicidade (...) essa historicidade não é aquela que está nas façanhas dos governos, dos homens providenciais, dos líderes, das grandes figuras, ou dos partidos ou da cronologia. Essa historicidade, ela está mais fundo do que parece (IANNI, p. 407).

Se por um lado, sua definição fica um tanto nebulosa para o objeto de estudo que temos, é possível notar por outro, a semelhança com que compreende a construção da “categoria”, o próprio método científico e a dialética como descrito nas Reflexões Metodológicas de *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender. A prova mais cabal disso, deriva na estrutura do texto de Gorender, a forma categorial-sistemática em contraposição ao historicismo, podemos observar também na afirmação de Ianni: “A historicidade do social não é da cronologia, ela é das categorias” (IANNI, p. 407).

Para Ianni então, ambas, conceito e categoria, podem ser entendidas como o desfecho de um pensamento dialético. Expressam o movimento, a dialética ou os “vários momentos lógicos da reflexão”. Apenas a definição, a conclusão do processo, sem a apreensão dos vários momentos da dialética que levaram ao conceito, seria insuficiente. Nesse sentido, seria fundamental, num pensamento marxista, que a categoria ou conceito traduza o movimento dialético do qual ela é desfecho, revele esse movimento (que é o movimento do real). Assim, podemos indagar, em qual dos autores analisados (Gorender, Moura, Prado) aparece mais claramente essa relação entre o movimento dialético e a categoria trabalho? Como, em cada um deles, o conceito traduz o movimento dialético do real (que é a história, muito além da mera cronologia)?

## 2.2 TRABALHO CONCEITO E TRABALHO CATEGORIA

*Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...*

**Úrsula - Maria Firmina dos Reis**

As principais teses<sup>25</sup> contidas nos livros apresentam, em si mesmas, narrativas de história do Brasil a partir do trabalho. Os autores, ao utilizarem o materialismo histórico [dialético], isto é, possuindo cada um, uma concepção materialista da história expressa em um conjunto de princípios concatenados *a priori* para orientação de suas análises, ressaltam em suas narrativas, a produção material da vida por meio do trabalho. São referidas as técnicas de

---

<sup>25</sup> As teses principais dos livros se encontram em seus primeiros capítulos, são eles: *Sentido da Colonização; Escravismo colonial – modo de produção historicamente novo e Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio.*

trabalho, os instrumentos de trabalho, as condições do meio, se são ou não propícias para a atividade produtiva na terra e os regimes e processos de trabalho em cada região do Brasil colônia. Além disso, também advertem acerca da característica geral da colônia, se predominantemente urbana ou rural, e por conseguinte, a sua correspondência com aspectos jurídico-políticos e culturais, como a formação de leis, a religiosidade e a organização da família. Embora utilizem o conceito/categoria trabalho e o mencionem ao longo dos textos, vemos que este toma diferentes sentidos em suas narrativas de história do Brasil, levando os autores a diferentes interpretações e conclusões.

Podemos ler em (GORENDER, 2016) e (MOURA, 2014) que trabalho assume o sentido de “relação social de produção” ou simplesmente “relação de produção” escravista, assalariada, livre, entre outras<sup>26</sup>, enquanto em (PRADO JÚNIOR, 2011) apresenta-se com maior frequência como “trabalho escravo”, “trabalho”, “escravidão”, “trabalho assalariado”, “trabalho livre”, embora, assim como os demais autores, apareça como “relação social de produção”<sup>27</sup>. Neste último caso, pode ser mais facilmente entendido como uma simples força ou potência dos seres humanos em interação com a natureza, assumindo um sentido mais genérico de atividade produtiva, de acordo com cada tempo histórico, como por exemplo a caça, a coleta, a pesca, a agricultura ou a mineração. Vemos, desde aqui, a outra parte da hipótese contida no sentido que trabalho assume como conceito, por isso de modo mais genérico e como categoria, de modo mais limitado e articulado.

O sentido categorial que trabalho pode assumir lhe confere conexões com um conjunto de outras categorias: as forças produtivas ou forças sociais de produção, em um primeiro momento. Visto sob este prisma, possibilita a análise de uma dada forma de organização social, sua dinâmica interna de produção, bem como de reprodução de determinadas relações sociais. Articuladas pela categoria de modo de produção e formação social são utilizadas para entender as particularidades da forma de organização social analisada e a sua relação com as demais formas sociais existentes. Dessa forma, trabalho enquanto conceito, está mais presente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, ademais está em *Dialética Radical do Brasil Negro* e *O Escravismo Colonial*, conservado e superado. No livro de Caio Prado trabalho aparece sobretudo como conceito que permite ao autor distinguir as características da relação dos seres

---

<sup>26</sup> GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*, 2016. Aparecem as categorias de relação de produção p. 52-64, escravidão p. 89-92, trabalho escravo p. 98-108, trabalho livre p. 241-244; MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*, 2014: relação de produção 73-76, escravidão p. 196-205, trabalho escravo p. 62-70, trabalho livre 103-108.

<sup>27</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, 2011: relação de produção p. 362-364, escravidão p. 285-315.

humanos com o mundo material (concreto) a eles externo, como por exemplo a capacidade de transformação e produção ou não de excedente. Por outro lado, para Gorender e Moura a noção de trabalho não apenas permite essa distinção, mas em sua forma categorial de relação de produção, ganha uma dimensão articulada à explicação da história que orienta o estudo do particular e do universal, que vai desde a formação da sociedade até a gênese e desenvolvimento do capitalismo.

### 2.2.1 Trabalho, Modo de Produção e Formação Social em *O Escravismo Colonial*

Em suas *Reflexões Metodológicas* do livro *O Escravismo Colonial* [1978], Jacob Gorender produz uma ampla revisão bibliográfica da produção sociológica e historiográfica acerca da escravidão e do período colonial no Brasil. O autor analisa as tradições interpretativas da história colonial. A primeira tradição, tende a explicar o período colonial como uma formação social feudal com escravidão doméstica, como o faz Nestor Duarte; a segunda tradição explica a colônia como regime de produção e de propriedade feudais, mas escravista no que concerne ao trabalho, cujo mais importante teórico é Alberto Passos Guimarães; e a terceira, focando na esfera da circulação, define a formação social do Brasil como capitalista colonial, em função da produção mercantil, e é representada por Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Alice Cannabrava, Fernando Novais e demais autores que se ancoram em estudos feitos por Caio Prado Júnior.

Essas três tradições são sistematizadas em duas vertentes principais de interpretação histórica da colônia no capítulo XV *Dualismo, integracionismo e outras interpretações da história*. Segundo Gorender, dualismo consistiu em uma compreensão da coexistência de relações sociais modernas e arcaicas, isto é, que relações típicas do escravismo e do capitalismo ou então do escravismo e do feudalismo foram vigentes ao mesmo tempo e nas mesmas proporções como relações que organizavam a colônia. Enquanto o integracionismo, expressaria o processo em que elementos de uma sociedade são integrados a elementos de uma sociedade dominante, assim, elementos externos a uma sociedade determinariam as suas relações sociais internas, como por exemplo, a formação do capitalismo colonial e capitalismo comercial. Dessa forma, por um lado, se encontrariam José Carlos Mariátegui, N.W. Sodré, Ignácio Rangel, entre outros; e por outro lado, se encontrariam Sérgio Bagú, Rodolfo Stavenhagen e Gunder Frank. Como veremos mais adiante Caio Prado Júnior pode ser alocado neste último grupo, aos integracionistas.

Essas três tradições interpretativas teriam dado maior relevância para fatores externos na compreensão das características do Brasil, porém é na terceira tradição que podemos

visualizar com mais facilidade esse enfoque, “de fora para dentro”. A tradição na qual Gorender aloca Caio Prado teria compreendido a história colonial de forma circulacionista, isto é, a partir das relações comerciais, do comércio mundial, da esfera da circulação de mercadorias chegando à conclusão de se tratar a colônia de um capitalismo mercantil. O raciocínio era o de que na economia colonial, com sua produção voltada para fora e agroexportadora, constituíam-se relações sociais derivadas da expansão do mercado mundial e de suas demandas por produtos, sobretudo, por produtos agrícolas. O autor, no entanto, pondera a importância de Caio Prado Júnior, e de seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* para a tradição em que se encontra, salientando que representava na década de 1940 um salto qualitativo na interpretação da história econômica do Brasil, feita até então por autores como Roberto Simonsen, especialmente por ter descoberto que ser agroexportadora era uma característica imanente da economia colonial (GORENDER, 2016, p. 51).

Para além da revisão bibliográfica que permite Gorender contextualizar e situar sua perspectiva crítica em meio à produção teórica sobre o tema da escravidão no período colonial, suas *Reflexões Metodológicas* indicam, ademais, a intencionalidade (aos moldes de SKINNER, 2005) de sua narrativa. O autor define as categorias de “modo de produção” e “formação social”, afirma que estabelecerá as suas conexões para produzir uma teoria geral do “modo de produção como totalidade orgânica” em sua dinâmica interna de produção, sem com isso, desconectá-lo dos processos históricos mundiais. Explica que seu objetivo é produzir um estudo da realidade colonial brasileira visto “de dentro para fora” e para tanto, define as categorias que utilizará, situa-se nos debates sobre o tema, faz a crítica da produção anterior e após sintetizá-la e apontar o problema metodológico que a conferiu erros, propõe um recurso para solucionar a interpretação do período: o enfoque nas relações de produção, por conseguinte, no escravo e no trabalho escravo; denominando-o como movimento de “desobstrução metodológica” (GORENDER, 2016, pp. 54-55).

Percebemos, de forma geral, a concepção de história que tem o autor formando-se, sendo apropriada desde o materialismo histórico [dialético] pelas categorias descritas. Não obstante, vemos o elemento da luta de classes como eixo de dinâmica e de transformação do modo de produção: elemento também apropriado pelos demais autores que analisamos neste estudo. Em sua concepção materialista da história, e nos processos que se desenrolam, percebemos a continuidade como acumulação e a descontinuidade como transformação; a mudança a partir da contradição é enfatizada em detrimento da permanência moldada na harmonia:

A sociedade humana se antagoniza consigo mesma pela divisão em classes e se pluraliza na história pela multiplicidade de formações sociais coexistentes e sucessivas. Pela própria atribuição ontológica dos seres humanos – seres práticos conscientes que espiritualizam sua materialidade –, as formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social. A categoria de formação social seria dispensável se a concepção marxista de sociedade humana se prendesse unicamente ao modo de produção (...) Na categoria de formação social se conjugam sistema e história, justamente o que não se consegue com a categoria de ‘sociedade global’, instrumentalizada como postulado formalista pela sociologia acadêmica (GORENDER, 2016, p. 57).

Ao definir as categorias e o método de análise e exposição (materialismo histórico e o categorial-sistemático), no subitem *Modo de produção e história*<sup>28</sup> afasta-se de Joseph Stálin, considerando-o mecanicista por empreender a unilinearidade na sucessão dos modos de produção, enquanto, no subitem *Epistemologia das Ciências Sociais* considera que Louis Althusser<sup>29</sup> retira o caráter histórico, processual e humano de suas análises ao empreender o método inerente à teoria estruturalista da história.

Esse enfoque deliberado nas relações de produção possibilita a construção da tese central do livro: nem feudal, nem capitalista, um modo de produção historicamente novo se estabelece no período colonial do Brasil. Ao negar as concepções anteriores sobre feudalismo e capitalismo, as integracionistas e dualistas, o autor afirma que o modo de produção capitalista não engendrou uma repetição do escravismo da Antiguidade, não sendo portanto a sucessão do comunismo primitivo e também não sendo a síntese da formação social existente na Europa, com a formação social que existia entre os indígenas espalhados pelo território, mas sim um modo de produzir e reproduzir a vida historicamente novo, que é gestado pelo desenvolvimento do capitalismo e que simultaneamente permite sua gestação, que é condicionado pelo mercado mundial, mas no qual internamente predominam as relações escravistas de produção (GORENDER, 2016, p. 84)

Gorender se ancora em um trecho dos *Grundrisse*<sup>30</sup> no item sobre as *Formações que precedem a formação capitalista*, em que Marx formula três possibilidades históricas para o encontro de formações sociais diferentes. Porém, afirma que de maneira implícita Marx deixa uma quarta e nova possibilidade além das três possibilidades diretamente formuladas. As três primeiras, são: 1, o modo de produção dominante submete totalmente o modo de produção

<sup>28</sup> Gorender publica um ensaio chamado “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica” no livro organizado por José Roberto do Amaral Lapa: *Modos de produção e realidade brasileira* (1980), o ensaio, no entanto, é de 1978, ano da primeira publicação de *O Escravismo Colonial*.

<sup>29</sup> Embora se distancie do estruturalismo de Louis Althusser, sua argumentação central, a “desobstrução metodológica” pode ser relacionada com a argumentação do autor sobre o “primado das relações sociais de produção” no livro *Sobre a reprodução* (1999).

<sup>30</sup> A edição citada por Gorender é a versão argentina: MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.

dominado ao seu modo de produção; 2, permite a existência do modo de produção dominado, cobrando-lhe tributo; ou 3, nasce um novo modo de produção que sintetize os diferentes. Agregada a quarta possibilidade, que seria: a criação de um modo de produção que se adapte à relação de produção escravista (trabalho escravo), como ocorre na América do Sul (GORENDER, 2016, p. 85), fica patente para o autor tratar-se de um novo modo de produção e não a síntese das duas formações sociais (e também dois modos de produção) que se encontraram na invasão (possibilidade 3) ou a subjugação da formação social indígena pela formação social europeia como um transplante de formação social (possibilidade 1) e muito menos a subjugação para a cobrança de tributos, como ocorrera em grande parte da América Hispânica (possibilidade 2). Para Gorender, estabeleceram-se novas relações sociais de produção, sob novas forças produtivas, um modo de produção novo na história da humanidade, que quebra o mecanicismo dogmático de sucessão dos modos de produção amplamente difundido até então.

Gorender estabelece, na particularidade do fenômeno, isto é, no modo de produção e na formação social do Brasil os elementos fundantes para o entendimento da totalidade. Observa a dinâmica da gênese do capitalismo em nível mundial que configura o escravismo como um modo de produção colonial, mas se além à dinâmica interna de produção que se dá sob o escravismo. Se o externo engendra o interno, o interno, por meio do escravismo possibilita o desenvolvimento do externo, por meio da acumulação.

A concepção da história assumida por Gorender compreende o método materialista histórico, a análise das contradições e antagonismos como propulsor das transformações sociais, junto à delimitação de categorias como “modo de produção”, “formação social” e “relações de produção”. Essa concepção dá a sustentação necessária para a narrativa de história do Brasil a partir da categoria trabalho na especificidade que a compõe enquanto um novo modo de produção na história. Nesse caso em específico, o trabalho, sob a condição teórica de “relações de produção”, cuja função se dá em um sistema organicamente estruturado, assume posição para a caracterização do modo de produção como um modo de produção historicamente novo. Em outros termos, o regime de trabalho escravo explica a dinâmica da organização social e da vida na colônia, mas também explica a movimentação e as transformações dessa sociedade, pelo caráter antagônico que engendra. O modo de produção escravista colonial, composto pelo trabalho escravo, como sua relação de produção dominante em meio à plantagem e à monocultura promovem:

Esse entrelaçamento contraditório entre classe, casta e estamento, característico das sociedades com certo grau avantajado de escravismo, encobre a categoria de classe, ainda mesmo nas sociedades em que a escravidão dominou a base

produtiva. Em vez de escravidão como relação de produção, o que atrai a atenção é a escravidão como relação social no sentido lato. (...) Ora, considerada a escravidão como relação social no sentido lato, não se pode deixar de reconhecer a ocorrência de discrepâncias entre classe e status. A mais impressionante é a do escravo escravista, do escravo dono de escravos. Nele nos deparamos com um indivíduo que conserva o status de escravo, mas também já pertence à classe dos escravistas. Do que, apesar de muito raros, tivemos exemplos no Brasil e em outras regiões do continente americano, no qual a relação classe/status não foi tão complexa e móvel quanto no mundo antigo. Mas, se a escravidão for encarada como relação de produção, o que sobressai, no escravismo antigo e no moderno, é a polarização antagônica entre a classe dos escravistas e a classe dos escravos (GORENDER, 2016, p. 367-368).

A plantagem, como se refere Gorender ao que se consolidou chamar na historiografia de *plantation*, seria uma base mais sólida para o emprego do trabalho escravo que nela encontraria sua forma ideal de propriedade: o latifúndio. O trabalho escravo é, no sistema de plantagem, a única relação de produção economicamente rentável. E a partir de então, permearia toda a vida social, política e cultural marcando a formação social brasileira:

Foi ela a forma de organização dominante no escravismo colonial. Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, até mesmo as não escravistas, giraram em torno da economia de plantagem (GORENDER, 2016, p. 119-120).

Ao compreender a categoria trabalho como relação social de produção, o autor permite o entendimento de dois processos distintos que subsidiam a narrativa histórica: a dinâmica estrutural e a dinâmica processual. Na dinâmica estrutural, a categoria trabalho está alocada a um modo de produção, base material de uma superestrutura e uma formação social. Neste caso, trata-se do modo de produção escravista colonial e da formação social escravista colonial por ele condicionada. Os fundamentos desse modo de produção, historicamente novo segundo o autor, é exposto por meio do método categorial-sistemático. As categorias são definidas e situadas em um complexo sistema de relações que formam uma totalidade orgânica entre produção e reprodução da vida em sociedade (GORENDER, 2016, p. 64-76). Esse modo de produção é constituído historicamente por processos políticos, econômicos e sociais rigorosamente determinados, segundo o autor; e que, analisado com o enfoque em suas relações sociais de produção, permite uma visão interna da produção da vida material na colônia. Por outro lado, na dinâmica processual, a categoria trabalho enquanto relação de produção permite a visualização das contradições de classe, mola propulsora das transformações ocorridas na colônia e em seu modo de produção. O trabalho em sua forma de categoria relação de produção se articula com a categoria de modo de produção para o entendimento da formação social do Brasil colônia.



### 2.2.2 Trabalho, Modo de Produção e Formação Social em *Dialética Radical do Brasil Negro*

O mesmo ocorre em *Dialética Radical do Brasil Negro* [1994], em que Clóvis Moura, em sua narrativa, se direciona para a compreensão minuciosa dos períodos e dinâmicas e transformações no interior do modo de produção escravista colonial. A luta de classes, sob a égide da contradição senhor e escravo, servirá ainda como elemento dinamizador desse modo de produção, e nele residirá como uma das características essenciais. Podemos visualizar o materialismo histórico como traço comum na narrativa de Moura e Gorender, mas também, como método que dá sentido à categoria trabalho no decorrer de suas narrativas de história do Brasil. A direção que toma na análise de Moura, por exemplo, segue:

Assim, como o fundamental para se caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretabalho e da exploração econômica e extraeconômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (MOURA, 2014, p. 74).

Moura, bem como Gorender, faz uma apropriação categorial do trabalho, sendo assim utiliza relações sociais de produção, modo de produção e formação social, além de estrutura e superestrutura. Vemos, no entanto, que sua análise se diferencia da empreendida por Gorender, sobretudo no método. Gorender utiliza o método categorial-sistemático, preocupado com os fundamentos do modo de produção, com a estrutura. Seu texto narra a história do Brasil, desde o nível da economia política, expondo a anatomia do modo de produção escravista colonial, com enfoque nas leis tendenciais, nas categorias e suas relações, na plantagem escravista como célula da formação social da colônia. Enquanto Moura se atém na dinâmica interna, para as transformações do modo de produção escravista colonial ao longo dos séculos, compreendendo suas implicações na coesão social, no controle social, na violência e na organização e resistência dos escravizados.

Em *Dialética Radical do Brasil Negro* [1994], no capítulo *Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*, Moura argumenta o uso de uma periodização que estabelece diferenças fundamentais do escravismo. O *escravismo pleno* (1550-1850) e *escravismo tardio* (1850-1888) tem o intuito de delimitar a desenvoltura do modo de produção, situando-o no tempo. Observa-se, desde já, uma preponderância não da superestrutura jurídico-política, como se vê na historiografia clássica (Brasil colônia, Brasil Império, Brasil República, dentro dessa Primeira e Segunda República seguidas de Estado Novo etc.), senão uma narrativa de história do Brasil demarcada pelas mudanças ocorridas nas relações de produção, base do modo de

produção e da formação social. A periodização leva em conta o modo de produção escravista, sua capacidade de manutenção/reprodução, bem como a dinâmica interna de luta de classes expressa em duas fases distintas de uma mesma relação de produção: o trabalho escravo no modo de produção escravista. Essa tese percorrerá toda a narrativa. A divisão temporal e estrutural proposta pelo autor, é seguida de uma concisa justificativa, que se desdobra nos subitens sucessores, nos quais demonstra-se as diferenças e alterações por fatores externo e interno, regionais e tangenciais que vão tornando-se perceptíveis, sobretudo, pela modernização tecnológica possibilitando a demarcação do “nascimento, apogeu, decadência e decomposição do modo de produção escravista no Brasil” (MOURA, 2014, p. 45).

O *escravismo pleno*, segundo Moura, é o primeiro período do modo de produção escravista no Brasil. Seus limites compreendem o início da transferência de estruturas jurídicas e acúmulos de organização do regime de trabalho escravo da metrópole até o auge minerador de metais preciosos e o surgimento da vida urbana, e, em decorrência, a estratificação do trabalho em artesãos, carpinteiros, sapateiros e escultores etc. O autor destaca um subitem na primeira seção *O Escravismo Pleno* (do primeiro capítulo *Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*) para descrever seus *Rasgos fundamentais do escravismo pleno*: 1, monopólio comercial da Metrópole; 2, produção de gêneros para a exportação com pouca relevância da produção de subsistência; 3, tráfico internacional de escravos com tráfico triangular como mecanismo de acumulação da Metrópole; 4, impossibilidade de acumulação interna em grandes níveis; 5, latifúndio escravista como principal forma de propriedade; 6, legislação repressora; e 7, revolta e rebelião individuais ativas e radicais dos escravizados contra a escravidão (MOURA, 2014, p. 82-83). Dessa forma, o escravismo pleno:

(...) caracteriza-se pelo fato de as relações de produção escravistas dominarem quase totalmente a dinâmica social, econômica e política. Nessa fase, o número de escravos em regiões como a Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, em alguns momentos, é maior do que a de homens livres. Por outro lado, como reflexo imane de dessa realidade, as lutas entre senhores e escravos são um *normal* e se manifestam numa sequência de módulos de resistência ao cativo que vão de intermitência nacional da quilombagem, às fugas, a suicídios, crimes individuais contra os senhores, feitores e prepostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos, como também pela existência e prática de uma legislação terrorista que vai dos açoites à pena de morte imposta em contrapartida pelos senhores. (MOURA, 2014, p. 80)

A resistência era feita pela negação do trabalho escravo ou da condição de escravidão. Argumentação também presente em *O Escravismo Colonial*, quando Gorender sustenta que o primeiro ato humano do sujeito escravizado é crime<sup>31</sup>. O impasse causado pela oposição

---

<sup>31</sup> GORENDER, 2016, P. 92-98. No item “Coisa e pessoa” explica que há uma contradição inerente à condição escrava, discutida ao longo do pensamento ocidental: ser propriedade e ao mesmo tempo conservar a

construída entre humano-escravo, imposta pela condição da escravidão se resolvia apenas com o crime. É no plano jurídico que o escravizado tinha sua humanidade reconhecida. Nele, sendo o escravo condenado, tinha inevitavelmente sua humanidade atestada pelo julgamento. No plano simbólico/psicológico, na medida em que se desfaz da pressão e exigência sociais do seu silêncio, da sua confirmação passiva, da sua docilidade infantil, dando basta, impondo limites e demonstrando consciência da injustiça, da dor e dos maus tratos é que sua humanidade é afirmada. Com o assassinato de seus senhores, no roubo de bens indispensáveis para subsistência, em furtos de ouro e de prata, em suma, com o crime, liberta-se. O *escravismo pleno* alcançava, então, a eficiência na economia voltada para o mercado externo, na produtividade e no controle das revoltas.

Por outro lado, o *escravismo tardio* seria uma fase de transição entre o *pleno* e o capitalismo dependente. É a fase de gestação dos mecanismos de endividamento, de criação do exército de reserva, da transição do trabalho escravo para o trabalho livre como relação de produção dominante, isto é, o engendramento de relações capitalistas em meio ao *escravismo colonial*:

Uma das características mais importantes dessa segunda parte do *escravismo brasileiro*, que denominamos de *tardio*, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. Com a particularidade de que essas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês (MOURA, 2014, p. 86).

Observamos que Moura define como segunda fase do *escravismo*, o momento em que relações capitalistas adentram o modo de produção. A base escravista, porém, permanece como fator de coesão da sociedade. O autor elenca cinco medidas centrais para a decomposição do *escravismo*: a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei de Terras (1850), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigrantista da virada do século XIX para o XX. Ademais, elenca os rasgos elementares do *escravismo tardio*: 1, Relações de produção escravistas diversificadas; 2, Parcelas de trabalhadores livres; 3, Concomitância de relações capitalistas, subordinadas ao capital monopolista, com permanência, no entanto, de relações escravistas; 4, Subordinação ao capital inglês; 5, Urbanização e modernização sem mudança nas relações de produção fundamentais; 6, Tráfico interno e não mais internacional;

---

subjetividade, aptidões físicas e intelectuais. Neste sentido, Gorender não entende o escravo como coisa, pois é agente subjetivo e não capital fixo do processo produtivo escravista. Sua rebeldia encare o custo de produção para o senhor de engenho.

7, Trabalhador importado desequilibrando a oferta de força de trabalho; 8, Empresas de trabalho escravo; 9, Empresas de trabalho livre; 10, Empresas de trabalho livre e escravo; 11, Influência do capital monopolista estrangeiro; 12, Legislação protetora do escravo, substituindo a repressora do *capitalismo pleno*; 13, Luta dos escravos conjunta com outros segmentos sociais, resistência passiva e não mais a ativa da primeira fase (MOURA, 2014, p.123-124).

Vale lembrar aqui, que a resistência dos escravizados ao modo de produção escravista nesse período é feita principalmente direcionada pelo movimento abolicionista, portanto, que possui uma dinâmica distinta da resistência no escravismo pleno. Se é verdade que há, nesse momento, um projeto político melhor representado pela abolição do trabalho escravo de modo geral, é também verdade que posterior à difusão de relações de produção capitalistas em sua forma dominante, a resistência dos sujeitos escravizados não se extinguiu. Entretanto, são desse período as principais características da formação social do Brasil ao longo do século XX com a qual terão que lidar os movimentos negros.

Vemos ainda que a ordem inversa do materialismo ocorre, embora a superestrutura jurídica não tenha alterado na mesma proporção a base econômica, pela qual foi condicionada. No texto de Moura, assim como no de Gorender, a base econômica não determina a superestrutura, mas sim a condiciona, isso significa que as condições reflexivas individuais e movimentações das classes dão à superestrutura uma autonomia relativa. Por isso, as divisões feitas entre base e superestrutura figuram como recurso de exposição de suas teses. O exemplo principal é o de que, quando houve modificações políticas ou jurídicas, portanto, no nível do estado no Brasil, as modificações não tiveram correspondente no plano do trabalho escravo, relação de produção no interior do modo de produção escravista colonial e por conseguinte da base econômica, transformação proporcional - pelo contrário, ocorreu o seu fortalecimento. A chegada da família Real portuguesa (1808) e a Independência (1822) não modificaram o modo de produção no Brasil; não alteraram, por conseguinte, a estrutura produtiva baseada no trabalho escravo, mas sim, dinamizaram e diversificaram as matérias até então produzidas (MOURA, 2014, p.78). Assim sendo, trabalho é compreendido por Moura, como o é para Gorender, ancorado na concepção materialista da história: como uma relação social de produção. É trabalho ontológico, relação primordial que metaboliza seres humanos e a natureza, que constitui o ser social. É, contudo, diferente da atividade transformadora da natureza que fazem os animais, pois possui teleologia ao constituir a atividade que concretiza o que foi idealizado previamente.

### 2.2.3 Trabalho, Modo de Produção e Formação Social em *Formação do Brasil Contemporâneo*

Em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], Caio Prado Júnior não cita Marx ou autores marxistas que estudaram o método materialista histórico [dialético] e formularam teses a respeito da concepção materialista da história. Seus diálogos mais diretos são com Gilberto Freyre e Oliveira Viana, enquanto estabelece diálogos não tão imediatos com a produção do IHGB.

A categoria trabalho aparece, sobretudo, como atividade material que organiza a vida social da colônia. Em um primeiro momento, Prado Júnior afirma ser a escravidão a base da organização social brasileira, que se queda permeada de características do trabalho escravo, e em um segundo momento utiliza a palavra escravidão e a palavra escravo, indicando o raciocínio desprovido da perspectiva da escravidão como uma condição, e que, portanto, pode ser modificada. O texto é contraditório na medida em que, por um lado, salienta a violência, caráter incivilizado da escravidão e seu papel prejudicial para as culturas que foram escravizadas ao mesmo tempo que inferioriza as culturas e civilizações indígenas e africanas.

O autor explica a formação do Brasil colônia como sendo permeada pela escravidão, enquanto relação de produção dominante e como sua base material mais ou menos estável. Caio Prado indica essa relação como capaz de explicar a marginalização de indivíduos, a exclusão do processo produtivo e de possuir na colônia a centralidade de: “(...) elemento que definirá, e na base do qual se formarão aquelas relações, é o trabalho, tomado aqui no sentido amplo e mais geral de atividade que proporciona ao indivíduo seus meios de subsistência.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 368). Como os autores Gorender e Moura, o sentido mais genérico de trabalho aparecerá nas formulações de Caio Prado Júnior. Ao definir trabalho em seu sentido mais básico, o de atividade produtiva para subsistência, Caio Prado ao mesmo tempo transporta ao conceito a carga ontológica vista em Gorender e Moura e caracteriza também a formação social do Brasil. Ou seja, ao denominar o trabalho em sua forma genérica, e, portanto, básica e rústica, Caio Prado indica que a sociedade no Brasil colônia se apropria apenas rústica e basicamente da natureza, produz apenas para a subsistência. Sua atividade produtiva, o trabalho, é rudimentar.

A principal tese do livro é apresentada no primeiro capítulo, chamado *Sentido da Colonização*, e consiste no argumento de que o direcionamento da colonização se dá como um capítulo da história do comércio europeu. O empreendimento colonial teria inicialmente partido da extração de madeira na costa, para as feitorias e por último estabelecido na agricultura e na mineração. O episódio da história do comércio europeu legará à colônia uma base econômica

instável, que organizará também de forma instável sua vida social. A agricultura será a mais sólida de todas as bases anteriores, e, no entanto, manterá o que o autor chama de sentido da colonização, o direcionamento da produção de poucos gêneros agrícolas para o mercado externo. Caio Prado analisa a formação do Brasil e no que concerne à forma geral da explicação se imbuí da concepção materialista da história, embora os pormenores sejam compreendidos por outros recursos, como por meio da cultura da colonização, dos fatores geográficos e climáticos do território, bem como da mentalidade da época. Segundo o autor:

Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se agravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 29).

Conclui o autor que, o “sentido da colonização” engendrado pela “empresa colonial” é o sentido de uma economia voltada para fora, produtora e exportadora de alguns gêneros agrícolas, sem consolidação de bases estáveis que possam suprir as necessidades internas de sua população. Salienta que a instabilidade das bases da economia na colônia é patente na alternância de ciclos de vulto dos gêneros agrícolas ou minerais. Estes ciclos econômicos inferem na dinâmica de povoamento da colônia, com concentração populacional em locais com vulto econômico e com o rápido enxugamento quando há o seu declínio. Esse declínio econômico produz a dispersão para locais onde um novo ciclo inicia.

Neste aspecto, Gorender, em *O Escravismo Colonial* critica o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, embora reconheça as suas contribuições, ponderando-as. Empreendendo uma inversão radical no enfoque dado até então para os estudos da história do Brasil, sua preocupação se concentra na relação de produção vigente dentro da colônia, aquela que orienta a organização da vida material no país e que se relaciona reciprocamente com as forças produtivas. Caio Prado, no entanto, possui uma enfática visão do comércio externo, que para ele, seria a melhor forma de compreender a estrutura de um país. No capítulo XIII *Dinâmica econômico-social e historiografia*, Gorender argumenta que a concepção de “empresa comercial” restringe Caio Prado Júnior a um economicismo, que por sua vez, o impede de perceber a originalidade da formação social do Brasil colônia em sua totalidade, isso em decorrência do autor afirmar o “caráter primário das relações de produção e a ausência quase completa de superestrutura” , ademais de, na medida em que refuta o feudalismo não

associando-o ao patriarcalismo presente na vida colonial, que surgia segundo o autor a partir do regime econômico<sup>32</sup>, apenas como um “fenômeno superestrutural”, ou “epifenômeno cultural”. (GORENDER, 2016, p. 310-311).

Todavia, a categoria trabalho segue em *Formação do Brasil Contemporâneo* o mesmo sentido basilar que adquire em *O Escravismo Colonial* e *Dialética Radical do Brasil Negro*. Porém sob a forma de escravidão, permeia a vida social da colônia, como sua base:

Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas (...) Porque a escravidão brasileira tem características próprios; aliás, os mais salientes, tem-nos em comum com todas as colônias dos trópicos americanos, nossas semelhantes; e são tais características, talvez mais ainda que outros comuns à escravidão em geral, que modelaram a sociedade brasileira (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 285).

Pela frase acima de Prado Júnior, vemos que o tratamento dado ao conceito de trabalho tem como princípio teórico ser a “atividade que garante a subsistência” e que quando toma formas articuladas que demandam maior abstração, o autor não o arregimenta em uma categoria explícita e bem defina, mas pelo contrário utiliza escravidão ou trabalho servil como se fossem sinônimos. Vida material e vida social em Caio Prado são utilizadas com a função categorial que modo de produção e formação social possuem em Gorender e Moura, no entanto, com menor apreensão sistemática, dado o uso diverso do conceito de trabalho em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. Uma das implicações de não utilizar trabalho como categoria e sim como conceito (aparecendo de diversas formas) é de que sua articulação com demais categorias fica truncada.

### 2.3 TRABALHO ESCRAVO NA COLÔNIA: SURGIMENTO OU RESSURGIMENTO?

Nesse item tentaremos analisar como cada autor retrata o trabalho escravo na colônia, suas múltiplas características e a importância que adquire na interpretação do Brasil, bem como sua relevância em cada uma das narrativas históricas. Em um primeiro momento analisaremos como os autores compreendem o surgimento do trabalho escravo na colônia. Em um segundo momento, analisaremos as categorias que os autores utilizam para referirem-se ao trabalho escravo, quais as diferenças que tomam quando alcançam sentido de relação social (lato) e quando alcançam o sentido de relação de produção. Em um terceiro momento, seguiremos para análise da importância que os autores atribuem ao trabalho escravo na colônia, na produção e

---

<sup>32</sup> Gorender salienta esta tese ser o aspecto peculiar das formulações de Caio Prado Júnior.

reprodução da vida material e da vida social, e por fim, concluiremos com a análise dos rumos que a categoria “trabalho” enseja nas narrativas históricas.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a gênese do trabalho escravo na colônia é entendida como necessidade de força de trabalho do senhor de engenho em seu empreendimento, cuja impossibilidade de ser composta pela “mão de obra” europeia e apenas de forma limitada pela indígena, o induz ao maior interesse econômico na mão de obra escrava do africano (PRADO, 2011, p. 26)<sup>33</sup>.

São utilizados argumentos de vários tipos pelo autor, desde os de ordem cultural-religiosa ou mesmo climático-geográfica, mas é a formação e o desenvolvimento do comércio europeu, bem como a racionalidade do empreendimento colonial e do colonizador os argumentos centrais, apontados ao longo de todo o livro como indicadores da gênese da escravidão na colônia. O que podemos ver, além disto, é que o conceito/categoria de trabalho, assumindo a forma de trabalho escravo, é também utilizado para explicar o sentido da colonização do Brasil, tese central que perpassa toda a argumentação posterior, acerca de seu povoamento, vida social, raças e administração. O trabalho escravo será o principal regime de trabalho na colônia e por isso, será por vias dele que as mercadorias, dirigidas ao mercado europeu, serão produzidas.

Com efeito, esse primeiro debate em que Prado contextualiza a gênese do “trabalho escravo” ou mesmo da “escravidão” na colônia remete à história europeia e suas experiências coloniais do século XV, todavia insere-se nos debates que levantam questionamentos sobre as estruturas produtivas e os regimes de trabalho ao longo de sua história. Um passado mais longínquo é invocado para servir de comparação com a relação de produção que se estabelece no tráfico Atlântico. O autor acerca desse debate, afirma:

Em vez de brotar, como a escravidão no mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo. (PRADO, 2011, p. 287)

Mediante este trecho, podemos observar a escravidão moderna em sua concepção. A maneira, segundo o autor, como emerge da racionalidade exploratória advinda do comércio europeu, difere da escravidão do mundo antigo, característica imanente das sociedades grega ou romana. A discussão sobre a origem da “escravidão” nas colônias ficou marcada nos debates teóricos e partidários durante o século XX, o debate caracterizado, como vimos acima, por Gorender como dualistas/integracionistas. Duas proposições principais se desprendem

---

<sup>33</sup> Caio Prado ao longo do texto utilizará o termo “mão de obra”.



indicando os rumos das análises da época, na primeira vertente a escravidão do século XVI seria uma reabilitação da escravidão antiga, isso aconteceria causando atraso nas formações sociais das colônias, esse retrocesso seria acompanhado nos centros da economia com um avanço econômico e industrial no século XVIII e XIX, feudalismo e modo de produção antigo seriam utilizados como referências para entender o fenômeno moderno; enquanto na segunda vertente, a escravidão teria ressurgido pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, substancialmente distinta da escravidão da Antiguidade, uma relação social nova conectada à dinâmica do modo de produção em nascimento, o modo de produção capitalista. Nas duas vertentes a escravidão aparece como um fator arcaico, ultrapassado, que ressurgiu de um passado longínquo, fomentada por uma dinâmica moderna.

Caio Prado Júnior é partidário da segunda proposição apenas na medida em que esta compreende a escravidão moderna como movimento exógeno, conectada a dinâmica produtiva que lhe insere na colônia e ao sentido que lhe é atribuído desde fora. Mesmo no aspecto moral, para o autor, a escravidão moderna é diferente da antiga. Enquanto a antiga possuía elementos civilizatórios a moderna não passava de exigência física bruta dos escravizados. Como assinalado na seção anterior, integracionistas e dualistas se dividem nas explicações da colônia, a “origem” ou a “natureza” da escravidão será o cerne dessas discussões. Gorender é, entre os autores estudados, quem sistematiza os debates no Brasil e na América Latina, ademais, o que se posiciona formulando uma nova concepção para o debate, que em seguida é assimilado por Moura.

Em *Formação do Brasil contemporâneo* a concepção do processo colonial nas Américas, segundo o autor, é o desenvolvimento de um capítulo da história do comércio europeu. A intenção de povoar não existia inicialmente, o intuito era o comércio, e por isso, os portugueses conformaram feitorias na costa do Brasil, destinadas à extração, e posteriormente, à produção de gêneros tropicais (2014, p. 20-21). Entretanto, se constituirão duas áreas de colonização, com diferenças significativas no desenvolver do fenômeno, cuja compreensão perpassa o uso do conceito/categoria trabalho. A divisão entre colonização de clima temperado e colonização nos trópicos, amplamente difundida na historiografia brasileira dos anos posteriores, funcionará como argumento em sua exposição.

Cabe ressaltar, isto posto, que para o autor a colonização toma outros rumos, sobretudo nas áreas temperadas. Teria ocorrido nelas, de forma mais intensa, a colonização de povoamento. Devido a conflitos religiosos intereuropeus, especialmente os da Inglaterra, ademais, devido a sua própria situação econômica, em meio ao processo de cercamentos no século XVIII, cujo deslocamento forçado impeliu enormes contingentes de camponeses para

as cidades. Essa população sobrando, marginalizada nas periferias de Londres, Manchester, Liverpool, etc., quedava-se à mercê da sorte e das leis, que eram modificadas pelas autoridades para destiná-los ao Novo Mundo, sedento de força de trabalho e colonizadores. Em busca de trabalho, de terras ou de paz religiosa, os marginalizados na Europa eram forçados para a colônia, de modo que, em muitas ocasiões, empregou-se a força de trabalho de populações brancas nessas regiões temperadas.

Os fatores geográficos e culturais como o clima e a maior permeabilidade cultural dos portugueses são utilizados para explicar as características da colonização nos trópicos, em especial, a do Brasil. O argumento de que as raças brancas não se adaptavam ao clima tropical, é relativizado, pelo autor, como sendo “meia verdade”, ao qual adiciona o argumento de um processo de seleção que permitiu a colonização em zona temperada. Segundo ele, o *yankee*<sup>34</sup> seria adaptado às atividades necessárias para a abertura da colonização dos Estados Unidos. A argumentação nos demonstra que, a partir das condições do meio e do decorrer das gerações, a natureza selecionaria os mais aptos, transformando-os para o trabalho no clima quente dos trópicos (PRADO, 2014, p.25).

A área tropical se diferenciaria da área temperada, porque reuniria atributos naturais que proporcionariam gêneros que não existiam na Europa, cujo valor comercial, portanto, tornava-se alentado (PRADO, 2014, p. 25). Os colonizadores ibéricos estariam mais adaptados às mesclas culturais, experimentadas no continente com os mouros. Ao contrário da Inglaterra, não havia população sobrando em Portugal e Espanha, principais colonizadores dessa área, fazendo com que, em geral, não se “ensaiasse o trabalhador branco no Brasil” (PRADO, 2014, p. 27). Nela, os colonizadores brancos só se dirigiam de forma espontânea, quando reuniam condições para ser dirigentes dos empreendimentos (PRADO, 2011, p. 26).

Resulta dessa concepção, como podemos observar entre as proposições do livro de Caio Prado, o processo colonial entendido como um empreendimento dotado de uma racionalidade exploratória dos recursos naturais, com objetivo de ganhos imediatos, o senhor de engenho (europeu branco) não apto às condições do meio, não virá para a colônia para trabalhar, mas sim para coordenar o trabalho e dirigir uma “vasta empresa comercial”, utilizando o trabalho escravo de “raças inferiores” que domina (PRADO, 2011, p. 28; aqui podemos observar os termos que o autor utiliza para se referir aos indígenas e africanos). É nesse sentido que a escravidão se torna um recurso viável para a exploração do território.

---

<sup>34</sup> Típico colonizador da costa leste dos EUA.

A área tropical conformaria uma nova sociedade, uma sociedade diferente daquela já consolidada na Europa, enquanto na área temperada, teria ocorrido a configuração de uma sociedade à semelhança da Europa. Embora o clima, as condições do meio, as diferenças culturais sejam utilizadas como argumento para explicar a diferença entre as colonizações, que resulta em uma colonização de povoamento e uma colonização de exploração, o trabalho, ao longo da argumentação notabiliza-se como eixo ao qual desembocam as colonizações. Na área temperada o colono europeu estaria disposto, por uma série de questões já elencadas, ao trabalho no Novo Mundo, resultando em povoamento e estabelecimento; enquanto o colono europeu deslocado para a área tropical, não pré-disposto ao trabalho, com espírito aventureiro e comerciante, munia sua empresa comercial do trabalho escravo de outras raças, não estabelecendo-se logo de início – em argumentação similar à de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936).

Em contrapartida, em *O Escravismo Colonial*, Jacob Gorender percebe a continuidade no Brasil, da tecnologia e do consumo da cana-de-açúcar desenvolvidos inicialmente nas ilhas atlânticas como a Madeira, Canárias, São Tomé e Cabo Verde. Embora trazida pelo processo de difusão, contém complexidades distintas nas relações de produção e forças produtivas conectadas ao mercado em expansão, apontando para uma particularidade histórica a ser esmiuçada:

A explicação da gênese do escravismo colonial não se consegue na justaposição abstrata e a-histórica entre os fatores de produção, porém somente na dialética entre forças produtivas e relações de produção, tal qual se apresentava no condicionamento recíproco de múltiplos aspectos da situação histórica existente. A força produtiva encarnada na plantagem adequava-se ao trabalho escravo e a ela se associou não só na América, mas antes na própria Europa. Sucede, contudo, que a América oferecia imenso fundo de terras fertilíssimas inapropriadas, o que deu à plantagem canavieira do continente americano viabilidade muitíssimo maior do que nas ilhas mediterrâneas e atlânticas. Mas esta mesma viabilidade só se compreende por ser o continente americano um continente *colonizado*. De outra maneira, ficaria inexplicado o escravismo *colonial* (GORENDER, 2016, p. 178).

O que primeiro observamos é que trabalho escravo toma proporção, na proposição de Gorender, de conjunto da organização social ao ser referida pelo termo “escravismo colonial”. Diferente da maneira como é utilizado por Caio Prado o conceito de “escravidão” que, embora em alguns momentos ganhe a expressão do conjunto da vida material e social, nesse debate específico sobre sua gênese na colônia, restringe-se ao regime de trabalho forçado. Isso se revela na maneira como Caio Prado atribui a racionalidade econômica do europeu empresário comercial ao utilizar o trabalho escravo por viabilidade econômica, enquanto Gorender sinaliza, sem desconsiderar os processos históricos de implementação e teste do trabalho escravo em outros territórios, a dinâmica dos modos de produção e as possibilidades de regimes de trabalho,

isto é, de relações de produção em articulação dialética com as forças produtivas constituídas naquele momento histórico específico.

Posto isso, podemos verificar que o autor assinala a dialética entre a “plantagem”<sup>35</sup> e o “trabalho escravo” como um dos argumentos para a compreensão do uso de trabalho escravo na colônia. A plantagem seria a grande lavoura ou o grande latifúndio associado a monocultura, de modo geral, de alguns poucos gêneros agrícolas destinados ao abastecimento do mercado europeu. No capítulo VI: *Aspectos do estabelecimento da plantagem escravista no Brasil*, Gorender argumenta sobre uma gênese da escravidão moderna no Brasil condicionada por processos não lineares de tentativas, erros e acertos, que apenas em última instância, foram determinados por condições objetivas de instalação da plantagem escravista respondendo aos interesses de classe (GORENDER, 2016, p. 174). A monocultura da cana-de-açúcar em territórios das ilhas mediterrâneas e também das colônias atlânticas de Portugal, as técnicas utilizadas para a produção e o consumo foram assumindo caráter da plantagem escravista no Brasil. Ao contrário da posição secundária e periférica que teve nas ilhas, o “(...) escravismo, ao se prender à colonização do Brasil, adquiriu a natureza de modo de produção *dominante*, em escala imensamente superior, servindo de base a uma formação social historicamente nova” (GORENDER, 2016, p. 176).

Segundo o autor, são insuficientes as explicações sobre continuidade da escravidão antiga (escravidão patriarcal) com a escravidão moderna, as explicações que a colocam como anômala na Modernidade e orgânica na Antiguidade e as que atribuem ao capitalismo sua origem. Ademais, rejeita como unilateral as explicações que vinculam o surgimento do escravismo à abundância ou escassez de fatores de produção, por exemplo a terra. Nesta última, realiza uma comparação entre a colonização nas ilhas mediterrâneas e atlânticas, nos Estados Unidos e no Brasil. Nas primeiras a plantagem escravista teria se imposto mesmo com a escassez de terras, enquanto no segundo, a abundância de terras teria permitido dois tipos de colonização e vida social: o escravismo sob a forma da plantagem no Sul e as unidades de produção familiar em pequenas propriedades no Norte e Oeste. No Brasil, entretanto, a grande propriedade fundiária não determinou a plantagem escravista:

(...) mas o contrário, conquanto no caso do Brasil também seja inegável a escassez de mão de obra assalariada, porém o emprego do trabalho teve como pressuposto as características da forma plantagem. Era preciso que houvesse uma

---

<sup>35</sup>No capítulo III A forma plantagem de organização da produção escravista, no subitem “Traços característicos principais da plantagem escravista” Gorender elenca 4 características principais da plantagem: Especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; trabalho por equipes sob o comando unificado; conjugação estreita e indispensável, no mesmo estabelecimento, do cultivo agrícola e de um beneficiamento complexo do produto; divisão do trabalho quantitativa e qualitativa (GORENDER, 2016, p. 119-125).

força produtiva à qual o trabalho escravo se adaptasse em condições de rentabilidade econômica para que os escravos fossem requeridos em tão enorme escala durante séculos. (GORENDER, 2016, p. 178)

Não aparecem argumentos geo-deterministas ou climáticos como conjunto de proposições para a interpretação histórica do Brasil, o clima tropical ou o temperado não são utilizados como fatores para distinção entre as colonizações.<sup>36</sup>As categorias são utilizadas em dinâmica relacional, sem que se perca de vista a dimensão histórica. Que, todavia, percebemos na segunda parte de seu livro porquanto a intencionalidade em criticar a concepção de continuidade do feudalismo nas estruturas da colônia faz com que recupere elementos da história de Portugal, como o estabelecimento do Estado-nação português e as navegações da passagem do século XIV para o XV, período da expansão ultramarina.

Primordialmente, a gênese do capitalismo e a acumulação originária de capital, são invocados para distinguir capital de capitalismo, e mercantilismo de capitalismo. Situando o mercado mundial, não no período em que se inicia a expansão ultramarina, mas sim, quando a grande indústria está consolidada no século XVIII e XIX, forma o conjunto teórico explicativo do processo de desenvolvimento da história mundial, que lhe permite observar os processos dinâmicos do modo de produção na colônia e sua relação com o modo de produção em gestação na Europa. Arcabouço teórico propício para a construção de sua tese principal.

No caso de *Dialética Radical do Brasil Negro* ocorrem dois movimentos de aproximação com os autores já discutidos. No que diz respeito ao debate sobre a característica geral da formação social brasileira, isto é, ao modo de produção dominante que lhe dá a tonalidade, Moura se orienta pelas proposições de Gorender. Ademais, criticando Caio Prado, desvincula a compreensão do modo de produção no Brasil colônia da explicação centrada na circulação e no comércio ou no “sentido da colonização” como organizador das leis internas da colônia, ou seja, que dinâmicas do mercado da Europa teriam predominância na organização do modo de produção da colônia<sup>37</sup>. Como podemos notar:

O modo escravista de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro, e se completavam. Daí muitas confusões teóricas ao interpretar-se esse período, quando se procura estender as leis

---

<sup>36</sup> No subitem “Geografia da plantagem escravista e tipologia da colonização” Gorender faz uma crítica aos argumentos geo-deterministas de Caio Prado em seu livro *História Econômica do Brasil*; e a Gilberto Freyre sobre seus argumentos geográficos e raciais para explicar a escravidão e a colonização (GORENDER, 2016, p. 179).

<sup>37</sup> Moura diz, no capítulo “Escravidão Plena”, que “(...) seria ingênuo supor que esse escravismo, por estar ligado ao capitalismo mercantil das nações consumidoras dos seus produtos, tivesse internamente, regulando-o, as leis de mercado daquelas nações.” (2016, p. 66).

econômicas do capitalismo, especialmente do capitalismo mercantil, à estrutura e à dinâmica da sociedade brasileira existente na época (MOURA, 2016, p. 66)

Por esse trecho, podemos observar que Clóvis Moura, tendo escrito depois de Gorender, assume a tese do modo de produção escravista no Brasil colônia, vinculado ao mercado europeu. No entanto, percebemos que, diferente de Gorender, entende como “capitalismo mercantil” o que em *O Escravismo Colonial* é exposto como “capital mercantil”. Essa diferença possibilita a vinculação de Moura com proposições de *Formação do Brasil Contemporâneo*, entre elas, o termo utilizado por Caio Prado para se referir ao empreendimento colonial vindo da Europa. Por outro lado, Moura argumenta, como Gorender, em favor de que as relações de produção internas da colônia orientam a vida material e social, isto é, que o tipo de trabalho empregado na colônia é o elemento basilar para a caracterização do modo de produção e da formação social do Brasil colônia, ao invés do comércio, como podemos confirmar no trecho abaixo:

Mas, as relações de produção escravistas eram, no entanto, o suporte fundamental que configurava as suas bases estruturais e determinava todos os demais níveis do relacionamento social. Em outras palavras: as relações escravistas de produção eram as fundamentais e as que determinavam internamente a sua dinâmica. E essa economia, por outro lado, que já foi chamada de uma “vasta empresa comercial”, somente poderia desenvolver-se e vender a sua produção substantiva se fosse compradora de uma mercadoria indispensável: o escravo. E aqui se conclui a definição de Caio Prado Júnior: era uma empresa comercial cujo modo de produção era o modo de produção escravista. (MOURA, 2016, p. 66)

Moura ratifica a percepção de “empresa colonial” formulada por Caio Prado Júnior. Embora não cite o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor faz menção direta ao conceito por ele defendido para explicar a colonização e a gênese do trabalho escravo na colônia. Com efeito, assume a racionalidade capitalista incipiente na direção do processo colonial ao confirmar que os senhores produzindo para o mercado externo só poderiam ver na mão de obra escrava a rentabilidade econômica não alcançada com a mão de obra indígena. Setores interessados no comércio de escravizados, como eram os traficantes, se beneficiaram com, por volta, de 10 milhões de africanos sendo deslocados pelo Atlântico (MOURA, 2016, p. 67). Embora as insurgências, os suicídios e as fugas pudessem produzir ônus, o trabalho escravo: “(...) e não outro tipo de trabalho, mesmo compulsório e espoliativo, poderia dar resultados compensatórios ao novo tipo de empresa que se estabeleceu no Brasil. Fora disto, o sistema global que regulava as relações metrópole-colônia entraria em crise ou colapso” (MOURA, 2016, p. 67).

Como vemos pelas afirmações de Moura, acima citadas, busca-se a compreensão de uma racionalidade dos atores do processo inerentes ao próprio processo, para compreender a gênese do trabalho escravo na colônia. Isto não é visto apenas em Moura, como também em

Gorender e em Caio Prado. No entanto, se por um lado, Caio Prado atribui essa racionalidade do senhor de escravos e dos traficantes (comércio de escravos) à lógica do capitalismo e do mercado europeu em expansão, Gorender por outro, nega essa racionalidade, mas observa a existência de conexões causais historicamente determinadas que beneficiam aos interesses de uma classe específica. Para o autor, o empreendimento colonial se dá porque as associações rentáveis para a colônia sob a forma plantagem, testada historicamente em outros territórios, alcançava maior produção associada ao latifúndio e ao trabalho escravo. A lógica que se estabelece, segundo Gorender, é antes do conjunto da dinâmica do novo modo de produção que dos indivíduos em suas classes e castas. Moura, posterior aos demais, conserva a percepção de Caio Prado Júnior sobre uma “empresa colonial”, mas se imbui das teses de Gorender acerca do caráter geral do modo de produção que se estabelece na colônia, que por conseguinte, orienta a lógica dessa empresa. Sobre o debate de qual modo de produção gera o trabalho escravo no Brasil, Moura por fim, se posiciona como Gorender em *O Escravismo Colonial*:

Querer dizer que o modo de produção existente aqui era capitalista, porque estava diretamente ligado ao capitalismo europeu na sua fase mercantilista e com ele estabelecia relações mercantis através daquilo que se convencionou chamar de divisão internacional do trabalho, não se sustenta se partirmos da análise das relações de produção que existiam aqui. É que há confusão entre a divisão internacional do trabalho e divisão internacional do comércio (mercado) (MOURA, 2016, p. 74).

E continua:

Acontece que os dois termos não têm o mesmo significado sociológico. A divisão internacional do trabalho seria aquela divisão estabelecida nas diversas áreas onde a mercadoria era produzida através do trabalho escravo (no nível de relações de produção), como o açúcar, fumo, algodão, metais preciosos para o mercado consumidor, e pelas classes senhoriais de cada região produtora. E a divisão internacional do comércio seria a divisão entre si das áreas de mercado comprador pelas nações que dinamizavam, no lado *ativo*, o mercado internacional (MOURA, 2016, p. 74).

Por meio das afirmações de Moura podemos perceber sua crítica à percepção geral de Caio Prado sobre uma história do comércio. Demonstrando sua análise mais associada à que Gorender faz, sob os aspectos internos ligados à relação de produção que se estabelece na colônia, e sobre os aspectos externos, aqueles que condicionam o estabelecimento de um tipo específico de relação de produção na colônia. Moura não utiliza o a categoria de “modo de produção escravista colonial”, mas sim a de “modo de produção escravista” - podemos dizer que isto se deve à complementariedade que o conceito de “empresa colonial” formulado por Caio Prado Júnior dá à tese geral tomada de Gorender e defendida pelo autor.

A crítica de uma história sob o ponto de vista das relações de troca como determinante dos processos sociais e econômicos, feita por Moura, nos suscita questionar se Caio Prado Júnior, diferente dos demais autores, produz uma narrativa de história do Brasil a partir do

comércio e não do trabalho; rompendo com a Intersecção D, que formulamos no item I destes “Resultados de pesquisa”. Consideramos, entretanto, que Caio Prado Júnior, embora assinale a determinação da vida material e da vida social da colônia condicionadas e dinamizadas pelo comércio, como se fosse este a sua base, não deixa de perceber a importância que tem o trabalho escravo em todas as instâncias da vida na colônia. A intersecção D, se faz de forma truncada pois mediada pelo contexto linguístico em que seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* está inserido. São principais as discussões com teóricos do IHGB e positivistas nas variadas ciências sociais, e não com marxistas, marxianos e comunistas, como é o caso de Gorender e Moura, já ancorados sobre ampla tradição de análise da formação social do Brasil a partir do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. Dessa forma, suas discussões empreendidas na tentativa de promover uma análise da história do Brasil através do materialismo histórico, conduzem às inovações teóricas naquele contexto. O trabalho, embora não seja central para perceber o modo de produção interno da colônia, se apresenta como conceito incipiente que permite a análise dos fluxos migratórios, da produção e da indústria, do comércio, das relações entre as classes sociais.

Moura conclui, que o modo de produção se determina pela relação de produção dominante interna de uma dada formação social. No entanto, salienta que o modo de produção escravista se vincula às dinâmicas econômicas da Europa:

Assim, como o fundamental para se caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretrabalho e da exploração econômica e extraeconômica do escravo, foi fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se. (MOURA, 2016, p. 74)

Vemos que Moura utiliza o termo “trabalho escravo” e o articula na categoria de modo de produção escravista, compreendendo a totalidade orgânica de seu funcionamento, isto é a relação dialética como a dinâmica produtiva da Europa em gestação. Dessa forma, trabalho escravo assume a forma de relação de produção, conectada com outras categorias para a analítica. Enquanto Caio Prado utilizando o termo “escravidão” para pensar a origem do trabalho escravo na colônia, embora apareça como um regime de trabalho e possivelmente como uma relação de produção, sob essa ótica denota tanto aspectos produtivos, isto é, da vida material quanto de aspectos da cultura, da vida social, da organização social, da religião ao mencionar a possibilidade ou impossibilidade civilizatória desse regime. A escravidão, por si só, não é um modo de produção, mas para Caio Prado figura como elemento explicativo da vida



material e da vida social. Essa divisão que faz o autor assemelha-se à divisão feita por Moura e Gorender entre modo de produção e formação social ou mesmo entre base e superestrutura.

Por outro lado, Gorender, embora seja o formulador basilar para Moura, com a tese do modo de produção escravista colonial, emprega discussões também em meio aos sociólogos e historiadores da chamada “Escola Paulista de Sociologia”<sup>38</sup>, e por isso, a categoria de escravidão é utilizada, sem, contudo, que se perca a articulação entre as demais categorias: modo de produção e formação social, pois também toma sentido não de relação social ampla, mas de relação de produção.

#### 2.4 CATEGORIAS: CONDIÇÃO DE ESCRAVO, ESCRAVIDÃO, TRABALHO ESCRAVO, TRABALHO SERVIL, ESCRAVO

Como descrito no item acima é Caio Prado Júnior em F.B.C. quem utiliza mais categorias como sinônimos de “trabalho escravo”, por vezes, não fazendo distinção entre “trabalho servil” e escravidão. No entanto, Gorender e Moura sempre que utilizam termos distintos da categoria de “relação de produção” que assume “trabalho escravo”, demarcam o sentido que assumem na estrutura social que estão analisando.

No caso de Gorender isso é feito com a categoria “escravidão” e seus derivativos teóricos como a “condição de escravo”, a sujeição, a servidão e o próprio “escravo” como categoria no capítulo *II – A categoria escravidão*. Neste capítulo, a categoria “escravidão” é entendida em sua dinâmica jurídica e política conectada a dinâmica da produção de mercadorias no modo de produção escravista colonial, isto é, para a sua análise do modo de produção, Gorender compreende tanto a produção de mercadorias, por meio do trabalho escravo (relação de produção) como a dinâmica das leis que legitimam o trabalho escravo (as relações sociais: política e jurídica). O “escravo” se torna uma categoria, pois o autor enfatiza os escravizados como sujeitos transformadores da ordem social, confere-lhes o caráter dinamizador do modo de produção. As demais categorias utilizadas para descrever o trabalho escravo, sempre que tratam dos aspectos jurídicos e políticos, tratam da relação social de produção.

No caso de Moura a “condição de escravo” é pensada no capítulo *I Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*. Todavia, ao longo dos demais capítulos o que mais se apresenta como categoria é “escravidão”, não como forma de compreender a estrutura da produção, o modo de produção, pois para isso, o autor utiliza a categoria “escravismo”, mas sim para se

---

<sup>38</sup> Pesquisadores e pesquisas organizados em torno da linha de interpretação da escravidão na história do Brasil de Florestan Fernandes.

referir ao “trabalho escravo”, a relação de produção. O próprio Gorender adverte para as implicações da compreensão de escravidão em seu sentido lato, ao invés de compreendido como relação de produção. Segundo o autor ser compreendida como forma geral da sociedade implicou a confusão entre castas, estamentos e classes, por vezes, mascarou a luta de classes pois enfatizava questões culturais desprendidas da análise da produção e reprodução da vida<sup>39</sup>. Moura, no entanto, utiliza-a para dialogar com as produções correntes das ciências sociais no Brasil, atribuindo-lhe novo sentido, como o faz Gorender: conservam a dimensão política que legitima a condição de escravizado no sistema de dominação colonial, mas superam essa definição ao indicar a categoria como referente ao processo produtivo. Gorender e Moura demonstram maior atenção à condição de escravo, isto é, à característica que faz de um sujeito, um sujeito escravizado, desprovido do fruto de seu trabalho, da terra, de seu próprio corpo, diferente de Caio Prado Júnior. Este, compreende a condição do escravo em meio ao empreendimento colonial, ou seja, observa o “escravo<sup>40</sup>” e a sua inserção na sociedade brasileira desde a colônia, buscando suas contribuições para a formação da sociedade colonial, para a dinâmica cultural e para coesão da vida social.

As diferentes formas de observar a condição escrava e por isso o escravo, implicam em diferentes resultados na análise da luta de classes na colônia. Também no item acima, salientamos que os três textos compreendem a existência de luta de classes na colônia, mas é aqui, que se distinguem. Na análise dos atores e dos sujeitos históricos, enquanto Gorender e Moura, em suas análises da escravidão como relação social e por isso da escravidão como trabalho escravo no processo produtivo, não renunciam a capacidade dos escravizados de negarem a ordem social vigente, o trabalho escravo e a sujeição produzindo fricções no modo de produção da colônia, Prado Júnior ignora a possibilidade de alteração.

## 2.5 TRABALHO ESCRAVO COMO CARACTERÍSTICA CELULAR DA COLÔNIA

Percebemos que o trabalho escravo aparece, ao longo das principais teses, como recurso primeiro para explicar a colônia, no entanto, que as interpretações possuem diferentes desdobramentos. Um deles, a reflexão sobre a célula da colônia, seria a redução micro de toda

---

<sup>39</sup> GORENDER, 2016, p. 567-568. Sobre as ciências sociais hegemônicas: “Em vez da escravidão como relação de produção, o que atrai a atenção é a escravidão como relação social no sentido lato.”

<sup>40</sup> Há, atualmente, debates sobre o termo correto para se referir à condição da escravidão, duas sobressaem, escravo ou escravizado. Embora, Gorender e Moura utilizem o termo “escravo”, não implica compreenderem como uma condição inalterável. Em contrapartida, Prado também utiliza o termo, mas não indica ao longo de F.B.C. a possibilidade de mudança na condição por meio da luta.

produção e reprodução macro da dinâmica colonial. Nela, Caio Prado e Gorender encontram explicações para as relações da luta de classes; enquanto Gorender, não obstante, assinala a importância da unidade entre o trabalho escravo doméstico e trabalho escravo da lavoura nessa célula. Assim, podemos dizer que a procura por apresentar um olhar reduzido da menor partícula do sistema, a rigor, trata-se de um recurso analítico ademais de expositivo.

Trabalho livre e trabalho doméstico se apresentariam, então, como modalidades componentes da interpretação do trabalho escravo enquanto relação de produção dominante da colônia. Gorender defende a determinação e o domínio do trabalho escravo em relação ao trabalho livre. Havia, portanto uma relação de produção dominante e algumas tantas subsidiárias, entre elas, o trabalho livre. O que acontecia, também com os modos de produção concorrentes entre si, numa mesma formação social:

O escravismo colonial determinou-se pelo trabalho escravo, mas, em algum grau, também precisou recorrer ao trabalho assalariado de tipo pré-capitalista, inserido no modo de produção escravista colonial como relação de produção subsidiária. O mesmo e único processo de produção pode realizar-se com a intervenção de mais de uma relação de produção. A relação de produção subsidiária é aquela que não constitui o modo de produção, porém tem caráter complementar junto a outra relação de produção essencial para o modo de produção que a engloba. (GORENDER, 2016, p. 316)

Para Caio Prado Júnior: A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume e explica. (PRADO, 2014, p. 241). Passando à citação a seguir:

E em tal terreno, um logo ocorre que, com a escravidão que lhe constitui a base essencial, domina o cenário da vida na colônia: é o “clã patriarcal” – emprego uma expressão já consagrada –, unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que participam das atividades dele ou se lhe agregam; desde o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela de humanidade, até o último escravo e agregado que entra para sua clientela. Unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 304)

A formulação do conceito de *clã patriarcal* nos faz retomar dois debates, o primeiro, sobre a escravidão doméstica, seu caráter produtivo ou improdutivo, seu caráter dominante ou subordinado, e em segundo, os espaços de conciliação ou de conflito e formação da família colonial. É um debate especialmente feito com Gilberto Freyre, ao qual todos os historiadores seguintes, de uma forma ou de outra, se remetem:

No Brasil, em regra, o plantador dispunha de vastas extensões incultas, sem perspectiva de aproveitamento econômico imediato. Daí servirem para fixar, na periferia do latifúndio ou em suas faixas menos férteis alguma gente livre despossuída, que já formava contingente numeroso ao começar o século XIX. Originaram-se dessa maneira os *apegados*. (...) Essas famílias miseráveis, que recebiam pequeno trato de

terra, não tinham significação para a economia da plantagem, mas integravam a clientela do dono da terra. (GORENDER, 2016, p. 305)

Essa “família estendida” se configura na família patriarcal para Gorender sem nenhum atenuante do escravismo colonial. Para o autor ela não dá o tom geral do modo de produção, que é marcado pelo conflito e pela violência constantes:

Escravos de trabalho e da casa-grande, assalariados livres, rendeiros, agregados, capangas, vizinhos fracos, membros da família senhorial, estavam todos entrelaçados, sob variadas formas, numa trama de dependências hierarquizadas, de relações simétricas e assimétricas, de reciprocidade cujo nó central era a figura do senhor de engenhos ou fazendeiro. (GORENDER, 2016, p. 305)

Nem, por um lado, o patriarcalismo de Gilberto Freyre, que via na escravidão brasileira traços de harmonia e amenização da ordem social, desdobrando-se em um escravismo mais ameno, nem por outro, como no caso de Caio Prado, a associação da plantagem escravista com uma empresa comercial: “(...) na plantagem o empreendimento produtivo propriamente dito não existia separado, mas claramente vinculado à economia doméstica. A plantagem escravista era, por isso, uma forma social mercantil-doméstica” (GORENDER, 2016, p. 303).

Já o trabalho livre é entendido como marginal pelo caráter dominante do trabalho escravo, será feito onde a monocultura e a grande lavoura não forem as forças produtivas estabelecidas. Algumas atividades como a Pecuária, Artes e ofícios ou mesmo Produções Extrativas empregarão trabalho assalariado, mas no conjunto econômico da colônia serão ínfimos, e em alguns casos apenas subsidiários à Grande Lavoura. O autor afirma que o vínculo social, isto é, a organização da vida entre os grupos se dá em seu âmbito mais simples, as relações de trabalho e produção, em outras palavras, o modo de produção como base econômica. A escravidão será, portanto, base das relações sociais e políticas da colônia, distinguindo-se do trabalho livre:

A organização do primeiro, à sua sólida e acabada estruturação e coesão, corresponderá a dispersão e incoerência do outro (...) de um lado, o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o ‘clã’ patriarcal de que aquele laço forma a textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada; chegando apenas, em parcelas pequenas, a se agregar a ela, e adquirindo assim os únicos visos de organização que apresentam. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 363)

Aqui Gorender relaciona o trabalho livre dos jornaleiros à desagregação do sistema escravista nos fins do século XIX; este, no entanto, marginal no maior período e auge do escravismo colonial:

Desde os princípios do século XIX, já se empregavam no Brasil jornaleiros livres como complemento eventual à mão de obra servil nas plantagens (...) o salário do jornaleiro livre era regulado pelo curso do trabalho escravo, e não o contrário. Em regra, a diária de um jornaleiro equivalia ao aluguel mais alimentação de um escravo ou se situava pouco acima. Considerando a inexistência de grande massa de homens

livres já educados para o trabalho braçal regular em roca de salário, o escravo oferecia a vantagem da garantia de continuidade. Por outro lado, o aumento da demanda de jornaleiros implicaria imediatamente a elevação dos salários, tornando ainda mais vantajoso o trabalho escravo. (GORENDER, p. 242)

Moura explicita a existência de trabalhadores livres no *escravismo pleno*, como os jornaleiros, a partir do trabalho escravo enquanto relação dominante que vai perdendo e abrindo espaço, em função do projeto dos cafeicultores paulistas sobretudo:

A Tarifa Alves Branco entra já como uma medida protecionista à indústria nascente. Em outras palavras: entra como um componente capitalista no bojo de relações econômicas e sociais que caracterizavam esse período. Esse protecionismo, por um lado, procurava resguardar aquelas forças internas que tinham necessidade da criação de um proletariado livre, o qual estava sendo composto basicamente pelo imigrante. O negro escravo via, assim, antecipadamente barradas as possibilidades de – ao sair das senzalas – encontrar espaços para a sua integração na nova ordem econômica cujas premissas estavam sendo dinamizadas. (MOURA, p. 104)

Em suma, o trabalho escravo organiza a vida na colônia, na qual o trabalho assalariado é marginal e complementar a processos produtivos dominados pelo trabalho escravo.

## 2.6 RESISTÊNCIA AO TRABALHO ESCRAVO: A LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO DA CULTURA

*Detrás da flor me subjugam,  
atam-me os pés e as mãos.  
E um pássaro vem cantar  
para que eu me negue.*

*Mas eu sei que a única haste do tempo  
é o sulco do riso na terra  
– a boca espedaçada que continua falando.*

**Ferreira Gullar**

Ao longo do texto, tentamos demonstrar que os autores utilizam o conceito trabalho para explicar o modo de produção e a formação social da colônia; e que, em alguns trechos dos livros, o conceito toma diferentes formas, inclusive a forma categorial cristalizada na “relação de produção”. No caso de FBC., por um lado, o conceito fica mais confuso e menos articulado a um sistema de categorias analíticas, enquanto em OEC., mesmo com o uso do termo “escravidão”, também utilizado por Caio Prado Jr, o conceito assume caráter de relação de produção – forma categorial – articulada, sobretudo, ao modo de produção escravista colonial. DRBN., por outro lado, revela-se como um exemplo de texto sintetizador, pois articula algumas teses de seus precedentes, como é o caso da própria distinção entre Escravismo Pleno e Escravismo Tardio e a crítica ao conceito de “brecha camponesa” com intencionalidade de

compreender a dinâmica e a amplitude do modo de produção escravista, bem como, de promover sua demarcação histórica para articulá-lo às suas motivações no campo da luta de classes. Dentre eles, OEC é o que menos se atém às dinâmicas da formação social do Brasil colônia<sup>41</sup>, embora elementos da superestrutura sejam discutidos em ambos.

Iniciamos esta pesquisa respondendo afirmativamente à pergunta sobre a existência de uma história do trabalho no Brasil, feita por Moura. Doravante, podemos discorrer sobre o que chamamos de o duplo caráter do trabalho no Brasil, que em outras palavras, pode ser chamado de o duplo caráter da historiografia sobre trabalho no Brasil.

Por um lado, tentamos evidenciar que a preocupação categorial, a articulação feita entre trabalho, modo de produção ou formação social tinha uma finalidade específica: interpretar e caracterizar a formação social e o modo de produção no Brasil colônia. Efeito que se demonstra através de uma historiografia que interpreta as relações sociais de produção, que reconstitui aspectos da produção e da reprodução da vida material; na qual figura a análise da técnica e tecnologia dos engenhos, da força produtiva motora e dominante da produção dos gêneros exportadores (cuja expressão maior é a plantagem), do tipo de regime de trabalho ou dos tipos de regimes de trabalho empregados para a produção, da distribuição da população e dos fluxos migratórios. Em suma, uma análise que parte do modo de produção e reprodução da vida em uma sociedade historicamente determinada, para depois analisar suas múltiplas determinações.

Esse movimento de investigação e exposição, nos leva a perceber que o conceito de trabalho funciona como articulação primordial da história dos seres humanos. em sua relação com a natureza, o princípio *sine qua non* de constituição das sociedades humanas.

Por outro lado, forma-se um outro campo de investigação e exposição da história do Brasil. Uma vez entendida a relação entre seres humanos e a natureza ao redor como a articulação primeira, da produção e da reprodução da vida material e social – sob a mediação do trabalho –, a luta entre contrários é percebida como a extensão do domínio de seu domínio, em que uma classe explora ou é explorada. Assume-se que há uma luta entre grupos de seres humanos, por consequência do desenvolvimento das forças produtivas. O que vemos, doravante, é uma história que compreende as lutas de classes como fator dinamizador das estruturas, dos modos de produção. A esse novo campo não basta a categoria de modo de produção como síntese, surge, então, a categoria de formação social, com a intenção de manter

---

<sup>41</sup> Gorender afirma que para estudar a queda do escravismo colonial teria que fazer a análise da formação social, e essa não é sua intenção no livro, cf. Id. Op. Cit., p. 56-60.

a percepção que se adquiriu ao utilizar a de modo de produção, mas superá-la, entendendo as dinâmicas culturais e sociais de uma dada sociedade historicamente determinada.

Seus textos estão munidos do materialismo histórico que apreenderam do escopo teórico de seus tempos, mas também, da militância política junto ao PCB. Por isso, em suas narrativas percebemos o diálogo estabelecido entre base e superestrutura, infraestrutura e estrutura, vida material e vida social ou mesmo, modo de produção e formação social como articulações gerais das análises, não obstante, como recurso expositivo das narrativas. Não por acaso, possuem historicidade ou elementos típicos das construções das narrativas literárias em seus extensos e rigorosos trabalhos de investigação histórica<sup>42</sup>.

### 2.6.1 O Trabalho Escravo, a Cultura e a “Superestrutura” no Brasil Colônia

A dinâmica entre “base” e “superestrutura”, reconhecida como chave interpretativa do método marxiano, é encontrada nos textos como articulação geral das teses propostas. Entretanto, podemos observar, sua relação não se dá de forma mecânica ou engessada, por meio de conclusões prévias e esquemas *a priori*, senão com o estudo de caso dos fenômenos, entendido pelos autores como passível de minuciosa análise e atenção às múltiplas determinações que o estruturam e o colocam em movimento. Esta dinâmica, articuladora da interpretação, exerce não mais do que papel de método para sucessivas aproximações ao objeto estudado. Além disso, podemos perceber que *trabalho* funciona como ponto nevrálgico para as análises ancoradas no método em questão, cujas perspectivas histórica, categorial e sistemática contribuem para reconstituir as tendências, as dinâmicas internas e externas, o sentido, o nascimento, o apogeu e a crise da sociedade colonial no Brasil. Vemos que os autores retomam o trabalho escravo como ponto de partida sempre quando as vicissitudes do fenômeno em análise ficam embaraçadas, configurando assim, um recurso de sustentação para o desenvolvimento do raciocínio, na investigação e na exposição.

No capítulo “Vida social e política” de F.B.C., Caio Prado não assinala a possibilidade do trabalho escravo como movimento civilizatório, como o subentende na Antiguidade; ao contrário, relata sua configuração simples de relação de produção puramente material. Em um

---

<sup>42</sup> A questão da cultura em cada texto poderia ser melhor analisada dado que FBC tem passagens que geraram controvérsias a respeito de racismo quando trata dos indígenas ou africanos, mesmo que o trabalho escravo e não a cultura seja apresentado como razão dos problemas com essa população. Além disso Moura possui estudos de Antropologia Cultural e Gorender empreende um estudo que capta as leis dinâmicas do escravismo, analisando o escravo não como capital fixo, o que poderia “coisificá-lo” simplesmente, mas como agente subjetivo. Esse debate não poderemos desenvolver pormenorizadamente aqui.

primeiro momento, entende “escravidão” como uma relação social em sentido *lato*, por meio da qual procura entender as determinações sociais, políticas, morais, culturais ensejadas na vida social da Colônia; e, em um segundo momento, para referir-se a *relação social de produção* utiliza “trabalho escravo”, ao qual subentende configurar uma atividade produtiva dos seres humanos em sua relação metabólica com a natureza. Desta apreensão do conceito, resulta que enquanto relação de produção “primitiva” que exige “apenas a força física bruta”, haverá na colônia uma ausência de “superestrutura” (2011, p. 364). A base material, dessa maneira, sendo um elemento puramente físico, de poucos atributos morais e requisitando apenas a força física, não gerará superestrutura orgânica, ainda que funcione como elemento de mínima coesão da vida material e social na Colônia. Como podemos observar, para o autor:

O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constringido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e, pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo. As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 364)

Em síntese, Caio Prado Júnior refere-se ao “trabalho escravo” sempre no sentido de relação básica de atividade física que transforma o meio, enquanto “escravidão” é utilizada para a compreensão dos efeitos do *trabalho escravo* em todas as instâncias da sociedade, isto é, para compreender o *sistema* e os ensejos provocados ao ser empregado trabalho escravo na Colônia. Ao termo “escravidão” corresponderá à descrição de toda a sociedade, produzindo uma confusão já que a escravidão não é, por si só, um modo de produção, mas sim uma das possíveis formas de relação social de produção<sup>43</sup>, efeito esse da compreensão da “escravidão” em sentido geral de relação social.

Podemos observar, ainda a partir da citação acima, que novamente trabalho servil e trabalho escravo são utilizados como sinônimos. Todavia, o mais nítido do trecho, é que Caio Prado afirma que a base material sob a qual se assenta a Colônia – o trabalho escravo, confundido com trabalho servil – não contribui para o estabelecimento de sua cultura. O argumento é sucedido por uma distinção entre o escravo e o negro; segundo o autor o negro pouco contribuirá para a Colônia porque o trabalho escravo lhe impedirá<sup>44</sup>. É mencionada a composição étnica da colônia em três raças, das quais duas foram forçadas e incorporadas violentamente pela colonização. Contudo, sem a mínima coesão dos grupos na vida social e

<sup>43</sup> O próprio Gorender salienta isso, cf. Id. Op. Cit., p. 566-573.

<sup>44</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 2011, p. 365, sempre que se fala no escravo ou no negro se visualiza a sua contribuição ao empreendimento colonial. Duas coisas daí derivam: 1, Caio Prado não nega o empreendimento colonial; 2, inferioriza a cultura africana e indígena.



apenas sob laços e condições rudimentares, as raças se encontram incoerentes em grupos esparsos. Será garantida a mínima união da vida social “resultante direta e imediatamente das relações de trabalho e produção”, da “subordinação do escravo ou semiescravo ao seu senhor” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 362-363). As “relações de família” ou relações sexuais também contribuirão para essa mínima coesão, segundo o autor, e funcionarão como um dos dois elementos de coesão – o econômico e o sexual – os mais primitivos<sup>45</sup>.

Ao estabelecer vínculo direto entre o trabalho – como a base material – e a superestrutura, dirá que a “escravidão” e “as relações que dela derivam” embora sejam a base da sociedade colonial, não organizaram uma superestrutura complexa. A impossibilidade de se constituir em um sistema de economia organizada gerou sujeitos marginalizados, isto é, a margem da escravidão, sem ofício, sem função produtiva na organização material da Colônia (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 365). A própria escravidão em sua incapacidade de gerar nexos das raças, de constituir-se em uma superestrutura complexa, de restringir-se ao trabalho físico bruto é utilizada para explicar os marginais e a marginalização.

Podemos discernir, das formulações do autor, a escravidão entendida como “relação social” em seu amplo sentido – por mais vezes utilizada –, da escravidão sob a égide da categoria “relação de produção” –, usada em menor grau pois, em geral, para isso utiliza “trabalho escravo” ou “trabalho servil”. Entende que a escravidão compõe a base (ou seja, a infraestrutura) da Colônia, de modo a colocar uma relação de produção como a principal característica de vida material da colônia. No entanto, por utilizar o conceito escravidão em sentido amplo de relação social, entende que esta ademais, permeia a vida social na colônia incidindo-lhe seus males morais e sua brutalidade. O que desde aqui deriva na compreensão de como o sujeito “escravizado” se insere na dinâmica colonial. O autor entende o movimento geral da colonização interessado nas “contribuições” que cada raça traz à constituição do Brasil. Se mostra parcimonioso com o projeto da colonização, ainda que, produza críticas a seu caráter exploratório.

O autor aponta a escravidão, como temos analisado, sob a perspectiva da relação de trabalho, como a relação de produção mais básica e bruta, ao mesmo tempo que entende como o sistema de produção da Colônia. Ao passo que a distinção entre trabalho escravo (força física bruta) e escravidão (sistema de produção na Colônia) permite pensar as contribuições culturais de cada um a reprodução da vida na Colônia – resultando em que: o trabalho escravo não contribui culturalmente, mas a escravidão impregna a Colônia de desvios morais e éticos – faz

---

<sup>45</sup> Id. Op. Cit., p. 368.

também, com que sua percepção deixe de lado o trabalho como relação de produção que indica a característica geral do modo de produção na Colônia.

Em DRBN., no subitem *Brasil Reino e Brasil Independente: o escravismo consolida-se* vemos um trato diferente acerca da base material e da superestrutura. A categoria superestrutura não aparece como chave para análise, ainda que o autor também analise suas dinâmicas. Em suas próprias palavras “O processo de desenvolvimento interno desse período irá acontecer superestruturalmente, preservando-se a forma fundamental de trabalho que continua a produzir todo o valor dessa economia” (MOURA, 2014, p. 76-77). O que podemos ver, pelo trecho abaixo, é que as mudanças ocorridas na superestrutura não alteraram a base do modo de produção escravista, na passagem do *Escravidismo Pleno* para o *Tardio*, derivando, dessa forma, na ausência de transformações correspondentes entre essas instâncias:

Em 1830, já na fase denominada de economia mercantil escravista, com o Estado Nacional como mecanismo regulador e controlador do sistema, o Brasil conseguiu colocar-se como o maior produtor mundial do café, isto bem demonstra como o modo de produção escravista não sofreu nenhuma crise nesse período. Pelo contrário, os seus mecanismos de defesa ficaram mais próximos. A própria lei que surgiu nesse ano (por injunções da política internacional), proibindo o tráfico, nunca foi cumprida, prova da força que possuíam internamente os produtores de café e a classe senhorial das outras áreas que usavam o trabalho escravo como mão de obra adequada a esse tipo de economia. (MOURA, 2014, p. 80)

As mudanças de ordem jurídica e política, condensadas na organização do Estado Nacional, são executadas de modo a conservar a base sob a qual este se assenta. O escravismo é ampliado, dado aumento da produção de café, embora sua forma política tenha sofrido alterações. Não obstante, podemos perceber que para Moura, no decorrer do século XIX, sobretudo da Abertura dos Portos (1808), o escravismo no Brasil se torna uma economia mercantil. Podemos perceber nisso uma das diferenças com o conceito de “Modo de Produção Escravista Colonial” defendido por Gorender, cuja compreensão do caráter mercantil da economia se conecta a sua gênese e não ao seu declínio, por isso o caráter colonial<sup>46</sup>.

Esse distanciamento da tese original de Gorender evidencia a aproximação de Moura com formulações de Caio Prado. Para tanto, o autor se inspira no livro “História Econômica do Brasil” [1942]<sup>47</sup> em que Caio Prado demarca o período de 1808 (chegada da Família Real portuguesa) até 1850 (Lei Eusébio de Queiróz) como a “Era do liberalismo”, e o período que

---

<sup>46</sup> A compreensão de “modo de produção escravista” para Moura, em *Dialética Radical do Brasil Negro*, torna-se de difícil compreensão, pois, ainda que rejeite o termo “colonial” do modo de produção escravista colonial defendido por Gorender, o autor faz a defesa de um modo específico, diferente de Caio Prado Júnior que imputa à colônia o desenvolvimento de relações de produção vinculadas ao capitalismo.

<sup>47</sup> A Era do Liberalismo (1808-1850) p. 123-154; O Império Escravocrata e a Aurora Burguesa (1850-1889), p. 157-204, cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 17ª edição – São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

se estende de 1850 até 1889 (Proclamação da República), de “O Império escravocrata e a aurora burguesa”. Sem, contudo, salientar que o primeiro período teria sido de continuidade do escravismo como sua base material. Continuidade percebida e assinalada por Moura com o termo *liberalismo escravista*<sup>48</sup>. A periodização do Escravismo Tardio (1850-1889) pode ser entendida como a tentativa de evidenciar na tese original de Caio Prado Júnior, o trabalho escravo como basilar, ademais, em outros termos, podemos aferir a tentativa de Moura de inserir o trabalho como ponto de demarcação de periodicidade ao narrar a História do Brasil, trazer a demarcação da superestrutura para a estrutura.

Se por um lado, DRBN se conecta à percepção de economia política da escravidão que organiza o livro *História Econômica do Brasil* especificamente e às proposições de Caio Prado Júnior de modo mais geral, na medida em que também visualiza a acumulação originária (ou primitiva) como processo que se vincula ao escravismo nas colônias e como decorrentes da expansão comercial da Europa e, além disso, que resulta no direcionamento da produção de mercadorias do Brasil para o mercado internacional, por outro lado, o século XIX é salientado como período do escravismo mercantil e o também se vincula à formulações de OEC, na medida em que entende todo o período como um modo de produção específico, em função da dominância da relação de produção escravista.<sup>49</sup>

O modo de produção escravista é analisado nos dois primeiros capítulos como base material da organização da vida social na colônia para, em seguida, o autor analisar a dinâmica

---

<sup>48</sup> MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2ª edição – São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Anita Garibaldi, 2014, pp. 76-80.

<sup>49</sup> A compreensão de Moura sobre o modo de produção escravista fica ainda mais complicada se levarmos em consideração sua última publicação, de quase dez anos depois de DRBN, publicada postumamente. Nela o autor define Escravidão Moderna da seguinte maneira: “Modo de produção que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva de capital. Embora com diferenças tangenciais, o escravismo moderno, também chamado de escravismo colonial, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como instrumentum vocale, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso a redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. (...) No entanto a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar nas suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis. Por isso mesmo, muitos estudiosos denominam o escravismo moderno de escravismo colonial. Como conceito para delimitar geográfica e historicamente esse novo escravismo, existente na periferia das metrópoles colonizadoras, o termo é válido, mas não quando se deseja impô-lo como um modo de produção escravista com leis econômicas específicas e próprias. No Brasil, o modo de produção escravista durou quase quatrocentos anos, influenciou poderosamente no ethos da nação e até hoje há vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu.” (MOURA, 2003, p. 149-150). Podemos ver uma aproximação maior com Caio Prado Júnior e um certo distanciamento em relação a Gorender. O problema para Moura talvez seja o uso da categoria “modo de produção”, já que não entende uma especificidade do escravismo moderno em relação ao antigo. Ana Paulo Procópio Silva aponta ainda essa mesma semelhança de Caio Prado Júnior e Moura, no livro *Rebeliões da Senzala* de 1959 (SILVA, 2017, p. 25). As percepções de Coutinho (2013, p. 34-35) apontadas no capítulo 1 também aqui se relacionam.

cultural marcada, por um lado pelo racismo, e por outro, pela cultura de resistência. Sua análise está mesclada entre a colônia e o Brasil contemporâneo, o que parece importante evidenciar é que a análise da base material é feita olhando para o passado escravista para subsidiar a análise da cultura no Brasil contemporâneo. Em meio ao movimento, que vai do modo de produção para a formação social, podemos retirar trechos em que a superestrutura é analisada. No capítulo “O Escravismo Tardio” logo no início, o autor afirma:

Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização sem mudança* queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro lado, as relações entre homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental a sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se *modernizou*. (MOURA, 2014, p. 85)

Este raciocínio fica mais evidente ao logo do subitem “A tecnologia nova serve à estrutura arcaica”. Como no trecho acima citado, podemos perceber que a mudança da “infraestrutura” acarretada pela tecnologia, não solidifica o mesmo efeito na “estrutura”, gerando um descompasso entre as instâncias. A base material ou infraestrutura conformada pelas “relações entre homens no processo de trabalho”, ou em outro termo, pelas relações sociais de produção, fica inerte se comparada à modernização que a estrutura – nesse caso como sinônimo de superestrutura – assimila.

Enquanto FBC e DRBN possuem análises da superestrutura, atribuindo-lhe diferentes sentidos, OEC embora tenha uma sistematização teórico-metodológica na introdução chamada “Reflexões Metodológicas”<sup>50</sup>, não possui. Jacob Gorender reflete sobre a categoria superestrutura, na medida em que esta lhe propícia a delimitação de seu tema de estudo, justamente afastando-se de sua análise. Podemos observar na citação abaixo, sua compreensão acerca das categorias de formação social e superestrutura:

A sociedade humana se antagoniza consigo mesma pela divisão em classes e se pluraliza na história pela multiplicidade de formações sociais coexistentes e sucessivas. Pela própria atribuição ontológica dos seres humanos – seres práticos e conscientes que espiritualizam sua materialidade -, as formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social. (GORENDER, 2016, p. 57)

---

<sup>50</sup> Jacob Gorender empreende, na abertura de seu livro, uma grande reflexão sobre como escrever um estudo sobre a colonização. Esse esforço de sistematização tem uma intencionalidade que se nota ao longo do livro. Seu texto emprega discussões com a produção historiográfica e sociológica hegemônica sobre a escravidão. O rigor de sistematização da produção sobre o tema, das categorias e conceitos analíticos até então utilizados, dos problemas e dos debates o inserem na briga.

Vemos que para Gorender a superestrutura consiste nas formas de consciência e instituições e se articula com o modo de produção – que é a estrutura – constituindo uma dada formação social. Podemos intuir que ao falar de “formas de consciência”, elementos da cultura ou a cultura propriamente dita se somam a superestrutura; no entanto, não se pode aferir que ela não esteja também na estrutura, já que o modo de produção requer formas de conhecimento e de técnica fundamentais para as forças produtivas.

O autor salienta que seu intuito não é estudar a formação social, ainda que ela seja a categoria que explica o conjunto de modo de produção e superestrutura, mas o seu fundamento, as leis que regem o seu modo de produção. Em meio às formações sociais, podem coexistir diferentes modos de produção, quando só há um, a formação social ganha homogeneidade estrutural, quando são vários, é o dominante que lhe atribui caráter geral. (GORENDER, 2016, p. 59). Mas é a relação social de produção dominante e hegemônica que caracteriza o modo de produção.

Fica patente que os autores não insistem em uma separação rígida entre a base e a superestrutura, tampouco, entre cultura e produção da vida material, isto é, entre os elementos culturais da Colônia e o modo de produção – sua base ou infraestrutura. As categorias infraestrutura, superestrutura, estrutura e base, como são referidas nos textos, servem como fotografias da arquitetura da sociedade colonial, à qual se soma o trabalho escravo como ponto de apoio.

Trabalho escravo para Caio Prado serve para defender a ausência de superestrutura no Brasil colônia, para Gorender, serve como ponto de partida para a apreensão e defesa do caráter inovador do modo de produção na Colônia, e sua conseqüente formação social. Enquanto para Moura, serve para a compreensão das transformações no interior do modo de produção escravista.

Os autores não compreendem a cultura como um fato localizado apenas na superestrutura, a todo momento tentam compreender como uma dinâmica da produção e da reprodução da vida material é vista na produção e reprodução da vida social.

## 2.7 O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO NA NARRATIVA HISTÓRICA DO BRASIL COLÔNIA

*As seis costureirinhas têm olhos diferentes. Corina, com dentes que nunca viram dentista, sorri lindo, satisfeita. É a mulata do atelier. Pensa no amor da baratinha que vai passar a encontrá-la de novo à hora da saída, Otávia trabalha como um*

*autômato. Georgina cobiça uma vida melhor. Uma delas murmura, numa crispção de dedos picados de agulha que amarrotam a fazenda.  
- Depois dizem que não somo escravas!*

**Parque Industrial - Mara Lobo (Pagu)**

O que aqui estamos chamando de duplo caráter do trabalho na narrativa histórica em FBC aparece apenas incipiente, pois, embora o autor construa uma análise da vida material e social da colônia, entendendo suas articulações internas e, como mencionado, condicionadas pelo *sentido da colonização*, ainda que nos pareça insuficiente e unilateral, é uma análise, em outros termos, do modo de produção e da formação social do Brasil colônia. O segundo caráter do trabalho que não se apresenta em FBC é o da resistência à colonização, especialmente a resistência ao trabalho escravo, perspectiva essa que podemos encontrar melhor introduzida em *Evolução Política do Brasil* (1933). A luta de classes em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* é feita entre os portugueses e os filhos de portugueses nascidos no Brasil (em termos de hispano-América, os criollos). O campo de análise é o comércio, e por isso a luta de classes tem como espaço a venda de mercadorias, as taxas tributárias e a possibilidade ou impossibilidade de venda para outros compradores.

Em Gorender a categoria trabalho serve para a ênfase na análise das dinâmicas internas de produção e reprodução da vida na colônia, em detrimento de uma história do comércio. O autor não investiga as manifestações organizativas dos escravizados frente a escravidão, embora deixe evidente que estes, enquanto agentes também subjetivos, o faziam ao longo de toda a história do modo de produção escravista colonial.

Retomando às afirmações feitas por Clóvis Moura na Revista Princípios, podemos dizer embora não se possa interpretar a afirmação de da “a história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita” literalmente, entendemos que as presentes obras estudadas conformam narrativas de história dos Brasil a partir do trabalho ou mesmo que contribuem para uma “visão dialética da história”. O duplo sentido atribuído ao trabalho reside, por um lado uma história dos modos de produção, que leva em consideração a dinâmica da produção e reprodução da vida e a síntese de múltiplas determinações dela decorrente e, por outro, uma história dos mundos do trabalho, que compreende as atividades dos trabalhadores para além do tempo de trabalho produtivo, incluindo a resistência e a luta de classes<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> O primeiro sentido do trabalho na narrativa histórica pode ser identificado com uma produção mais estrutural, atenta às leis dinâmicas do funcionamento de um modo de produção ou formação social, cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho na América Latina Colonial. São Paulo, SP: Editora Ática, 1985. Já o segundo sentido pode ser visualizado em produções mais voltadas a organização dos trabalhadores, em geral se associa essa perspectiva aos marxistas britânicos, cf. HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Essa perspectiva pode ser encontrada em *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Junior de forma incipiente, pois o autor dialoga com autores do período de escrita dos “ensaios de interpretação histórica” imbuídos, ainda que inovadores, de formulações teóricas do IHGB, portanto, desprendidos da tradição do materialismo histórico dialético.

OEC apenas de forma plena no primeiro sentido do trabalho e incipiente no segundo, pois sua análise está concentrada no modo de produção e não na formação social do Brasil colônia, isso indica que a preocupação e a exposição dão-se no sentido de expor as dinâmicas e leis tendenciais do funcionamento do modo de produção e sua articulação com outros modos de produção e não com ênfase nas dinâmicas culturais, políticas e sociais dos conjuntos dos indivíduos divididos em classes no interior do modo de produção. Fenômeno esse, estudado por Moura, em DRBN, cuja base é assumida a partir das formulações de um “modo de produção escravista”, representando o texto mais completo, dentre os três, do duplo caráter do trabalho na narrativa de história do Brasil. Sua preocupação inicial é fundamentar a compreensão do modo de produção escravista, narrando seu início, ascensão, apogeu e queda, para compreender a luta de classes no período da transição, chegando a apreender do movimento da realidade uma generalização da organização dos escravizados: quando o escravismo foi pleno, a luta foi radical, quando o escravismo estava em dissolução, as formas de lutas foram variadas, inclusive com a presença do abolicionismo. O autor não se resume ao período do escravismo na colônia, mas volta ao presente para compreender a racialização no Brasil em seu contexto de escrita. Vai do presente ao passado observando os dois sentidos do trabalho e volta ao presente observando-os.

As teses centrais dos autores se conectam de Caio Prado pra Gorender como negação, e de Gorender para Moura como conservação parcial e superação. Ao longo do caminho, o trabalho é invocado para explicar os processos de transformação social, produção da vida material e social, a organização cultural, em suma, a totalidade orgânica da formação social do Brasil colônia.

Em Caio Prado há uma estrutura condicionada a transformação que se apresenta na narrativa como a economia colonial que tende a ser livre. Em Gorender por outro, há uma exposição, pois sua interpretação histórica não segue uma sucessão de fatos em direção a um sentido determinado pelo autor, mas apresenta uma anatomia da sociedade colonial. Enquanto Moura, eleva a estrutura narrativa para a construção da história do modo de produção escravista e da ação dos trabalhadores frente a esse modo de produção e suas reminiscências. Em nenhum dos casos a estrutura de exposição, isto é, a narrativa histórica perde rigor teórico ou metodológico, como pode se desprender um romance qualquer.





### 3 A NARRATIVA HISTÓRICA E A PESQUISA HISTÓRICA EM FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, O ESCRAVISMO COLONIAL E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO

*Farei meu relatório como se contasse uma história, pois quando criança aprendi, em meu planeta natal, que a Verdade é uma questão de imaginação. O fato mais concreto pode fraquejar ou triunfar no estilo da narrativa: como a joia orgânica singular de nossos mares, cujo brilho aumenta quando determinada mulher a usa e, se usada por outra torna-se opaca e perde o valor. Fatos não são mais sólidos, coerentes, perfeitos e reais do que pérolas. Mas ambos são sensíveis.*

**A mão esquerda da escuridão – Úrsula K. Le Guin**

*É fato que o alto nível literário de uma certa afirmação pode render proteção a ela. Entretanto, também é comum que levante suspeitas. Em tais casos, poderá ser necessário rebaixar deliberadamente o nível. Isso ocorre, por exemplo, quando descrições das más condições são imperceptivelmente escondidas na desprezada forma de uma história de detetive. Tais descrições justificariam uma história de detetive.*

**Cinco dificuldades de escrever sobre a verdade – Bertolt Brecht**

Neste capítulo pretendemos analisar os livros *Formação do Brasil Contemporâneo*, *O Escravismo Colonial* e *Dialética Radical do Brasil Negro* de modo a evidenciar a falha estrutural da proposta narrativista que anula o trabalho de pesquisa e entende a escrita da história como resumida apenas ao processo de escrita e, em decorrência, as diferenças de forma representariam a principal diferença entre estudos sobre o mesmo tema. A fim de nos distanciar de narrativa como esta corrente a compreende. A análise das fontes primárias utilizadas, compartilhadas ou não pelos autores sobre o trabalho na colônia tem por objetivo entender como os historiadores em seus processos de escrita acessam o passado dando-lhe interpretação.

White (2011, p. 482) afirma que “A narrativa é, a um só tempo, um modo de discurso, uma maneira de falar e o produto produzido pela adoção desse modo de discurso”. Para ele, as brigas entre os teóricos que, de um lado compreendem a narrativa como um modo ideologizante que deveria ser expurgado da escrita da história contra, de outro, aqueles que a compreendem como própria para a representação de eventos históricos, ocorre pelo caráter ambíguo do conceito. Há certa dificuldade em diferenciar “uma maneira de falar” e o “modo de representação produzido por sua realização”. (WHITE, 2011, p. 482).

Podemos sintetizar as proposições de White em *Metahistoria* (1992), em uma dureza esquemática mais específica, considerando apenas a questão da narrativa na obra histórica, da seguinte maneira: 1) A narrativa histórica possui uma organização cronológica que identifica a

sua trama; 2) Comédia, tragédia, sátira e romance são os únicos modos possíveis de tramar a narrativa histórica; 3) Formista, organicista, contextualista e mecanicista são os únicos modos de argumentação na obra histórica; 4) Radical, conservador, liberal e anarquista são os únicos modos de implicação ideológica; 6) a narrativa é a forma central da escrita da história; e, por fim, 7) a narrativa é apresentada como o único elemento constitutivo da obra histórica em cuja pesquisa é invisível. Aqui analisaremos apenas o ponto número 7, pois figura como a raiz de todas as demais propostas, e permite aprofundar, ainda que restritamente, as possibilidades de pensar a questão da narrativa na historiografia<sup>52</sup>.

Os marxistas deram diversas respostas sobre o debate geral acerca da cientificidade da História, como vimos com o próprio Moura no capítulo primeiro. Diferente dos *Annales*, que defendem seu caráter científico, mas não possuem uma teoria geral de seu movimento, os marxistas entendem, salvo algumas mediações, que: “Em todo objeto que desenvolve há contradições internas: elementos que desaparecem em posição a outros que se desenvolvem, passado e futuro, lado negativo e lado positivo. A luta dos contrários é o próprio conteúdo do processo de desenvolvimento”. (CARDOSO, 1988, p. 8). Seria contraproducente desenvolver essa perspectiva, pois acabaríamos adentrando a própria concepção que Marx possui sobre a história<sup>53</sup>.

No entanto, para finalizarmos, invocamos uma passagem em que Caio Prado Júnior dá uma aula de método, de História e sobre a narrativa na escrita da história. Se Caio tivesse sido um acadêmico, com toda certeza seria um orientador atencioso. Em uma carta a Carlos Nelson Coutinho, datada de 8 de fevereiro de 1960, diz:

A principal observação que tenho a fazer relativamente a seu trabalho é que você não apanhou ainda inteiramente o que significa a “aplicação” do método marxista. Aplicar um método de interpretação à pesquisa histórica não consiste em partir de premissas teóricas, e deduzir daí a interpretação. O que o marxismo nos oferece é um método de indagação, de procura dos fatos históricos. O historiador tem de sempre escolher os fatos de que irá se ocupar, pois é impossível tratar de todas as ocorrências do passado. Além disso, o historiador precisa destacar os fatos mais importantes e fundamentais. É nisso, nessa escolha, que intervém a diretriz do método.

---

<sup>52</sup> Consultamos um grande número de textos escritos por White, mas optamos por não sintetizá-los em parte pelo tamanho que a redação final teria, em outra parte para não abrir para novos problemas de pesquisa, considerando que o central para nós aqui é a categoria trabalho e nos distanciar da narrativa aos moldes narrativistas. Os respectivos textos são, cf. WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. 1 ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010. Id. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (org. e introdução). *Nova história em perspectiva*, vol. I. São Paulo: Cosac Naify, 2011. Id. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1992. Id. Enredo e verdade na escrita da história. In: MARLERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. Id. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica a cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

<sup>53</sup> Para mais informações sobre a leitura que White possui sobre Marx e o marxismo, cf. MORAIS, Julierme. Hayden White lendo Karl Marx: reflexões acerca da repetição histórica. In: *Revista de Teoria da História*. Ano 5, Número 9, p. 303-337, 2013.

O método permite ao historiador selecionar aqueles fatos de maior interesse, de maior significação. Em seguida, torna possível sintetizar esses fatos, sistematiza-los em conjunto, apontando suas relações.

É isso que o método, e em particular o método marxista, oferece ao historiador. Mas não pode dispensar os fatos, não os supre. A história se faz com os fatos, e é de fatos que o historiador deve partir. E esses fatos, ele não os encontra, nem pode encontrá-los, no método. Tenho a impressão, salvo engano de minha parte, que você não assimilou ainda perfeitamente esse ponto. Tanto que dedica aos “fatos” da Revolução de 1798 uma parte insignificante do seu trabalho. E declara mesmo que não é objeto desse trabalho a “narrativa” dos fatos. Ora, em que consiste um trabalho de história, senão numa “narrativa”? É certo que há muitas maneiras de “narrar” um mesmo acontecimento. Você, como marxista que é, conforme declara, há de narrar a Revolução de 1798 de maneira diferente de um historiador que se guia pelos modelos clássicos. Mas será sempre uma “narrativa”. E é essa narrativa marxista da Rev. De 1798 que você deveria ter feito. E estou certo que o faria, faria muito bem. Em vez disso, você preferiu fazer uma exposição teórica com base nos textos de Marx, sobre generalidades, para “comprimir” a narrativa dos fatos num último e pequeno parágrafo de seu trabalho”.

Permita-me que lhe exponha como julgo que você deveria ter realizado esse trabalho. Os ANAIS da Biblioteca Nacional publicaram os autos da devassa Revolução. Bem enfiado do método marxista (a interligação e sistematização dos fatos essenciais e fundamentais), você leria cuidadosamente esses autos, em que aparece o fato vivo da Revolução, os personagens, em carne e osso, que dela participaram, tanto os revolucionários, como seus algozes. No grande número dos fatos que transparecem nesses autos, você escolheria aqueles que mais se destacam, que definem melhor a situação, e abrem perspectivas para as conclusões que você coloca em primeiro lugar, no seu trabalho, e que aí figuram de maneira inteiramente apriorística, e portanto sem conteúdo científico. Conclusões essas que são a opressão colonial, ligada à opressão e exploração de uma classe por outra. Aí você teria relacionado um acontecimento importante como a revolução de 1798, com todo o conjunto da vida social, econômica e política da colônia. E isso seria uma grande contribuição para o conhecimento da história, não só da Revolução, como do Brasil em geral<sup>54</sup>. (PERICÁS, 2016, p. 304-305).

O autor afirma, em primeiro lugar, a separação entre o método e a pesquisa histórica. Atenta para o que o método não pode significar: o estabelecimento de premissas teóricas e derivações interpretativas. Ora, presume-se que a escrita da história, desde aí, não se restrinja a uma implicação ideológica apriorística que se desdobra no tecer narrativo. Há o movimento de investigação e o método por sua vez é o caminho para a *problematização* e seleção dos fatos. A história-problema, canonizada como atributo dos Annales, já era precedida por aqueles que souberam compreender a potência do materialismo histórico dialético na pesquisa histórica.

Em segundo lugar, CPJ lembra de uma limitação de todas as pesquisas e investigações, limitação humana, por questões de tempo, não apenas do tempo despendido para a investigação, mas o tempo de vida. Finitude da vida é um empecilho natural ao conhecimento de tudo. Entretanto, o que Caio Prado não assevera é que isso descambe em irracionalismo, ou seja, que

---

<sup>54</sup> A carta pode ser encontrada na seção de imagens fotografada por Secco, cf. SECCO, Lincoln Ferreira. Caio Prado Júnior: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008. Mas possui uma transcrição feita por Pericás, cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Júnior: uma biografia política. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 304-305.

essa premissa signifique dizer que não somos capazes de conhecer o mundo, de apreendê-lo e, por conseguinte, de transformá-lo. Não podendo “tratar de todas as ocorrências do passado”, algumas devem ser selecionadas pela relevância. Alguns historiadores, partidários do narrativismo, defendem que não há diferença de importância nos acontecimentos reais, e que a valoração é exclusiva do historiador e de seu processo de seleção dos fatos já dentro da produção da narrativa. A narrativa, dessa forma, mais que forma, seria também conteúdo, já que seleciona e exclui, além de atribuir sentido.

Caio Prado Júnior deixa evidente que existem fatos mais importantes que outros e que o método contribui para que o historiador os selecione, não porque o valor está antes na cabeça do historiador, mas sim porque orienta para apreensão da essência dos fenômenos reconstruindo o concreto real que parece caótico (aparência) em real abstrato já ordenado e sistematizado.

Em terceiro lugar, Caio torna a dizer que não é do método que advém os fatos e a pesquisa história deles deve partir, está presa a eles. Ao colocar aspas na palavra narrativa, insinua o mau uso dela feito por Carlos Nelson. A narrativa não significa apenas “narrar os fatos”, elemento que Coutinho dá pouca importância. Seria reduzir a narrativa à mera descrição, como se os fatos tivessem uma objetividade imanente.

Em quarto lugar, Caio afirma que há maneiras diferentes de narrar a história da Revolução de 1798, por exemplo, de maneira clássica ou marxista. Isso poderia se assemelhar ao narrativismo, cuja a principal defesa é de que só há diferença entre uma e outra obra histórica na maneira como cada uma está narrada. Mas não é o caso do pensamento de Caio, já que ele não afirma que todas as narrativas são iguais e que não possuem diferenças de correspondência com a realidade. E mesmo antes, contrariando o narrativismo, adverte para a seleção dos fatos, a procura e a investigação deles, já que eles não estão dados e só se diferem na tessitura da trama de um historiador clássico e um marxista.

Em quinto lugar, o autor indica as etapas de pesquisa que Carlos Nelson deveria seguir para ter feito um bom trabalho de história. Indicou-lhe um acervo sobre o tema, em seguida, indicou-lhe que conhecesse o assunto e que selecionasse os fatos essenciais e fundamentais. Cabe ressaltar que, diferente da ordem valorativa do bom ou do ruim, do melhor e do pior, um fato fundamental ou essencial é aquele que se não tivesse acontecido toda a trama não teria se desenvolvido, o fenômeno estudado não existiria ou teria sucedido com forma e conteúdo diferentes. Em continuação, CPJ assinala a existência da hipótese, aquilo de que o autor se imbuí antes de ir ao arquivo. E para finalizar, sinaliza a necessidade de fazer a conexão com a totalidade orgânica da sociedade colonial no Brasil. Em outras palavras, não bastaria que Carlos Nelson compreendesse o desenrolar dos fatos, como se estes falassem por si mesmos, mas que

conectasse todo o acontecimento com a dinâmica econômica e social da colônia para entendê-lo num quadro geral por um lado, e para ampliar a contribuição do quadro geral por outro.

Por hora, apresentamos o quadro geral das proposições de White sobre a narrativa na escrita da história e onde se encaixa o narrativismo, além disso trouxemos à luz um exemplo do uso da narrativa sem que ela esteja desvinculada da pesquisa histórica ou que seja entendida como sinônimo de Literatura, isto é, que lhe seja amputado o caráter científico. Em grande medida, podemos dizer que a perspectiva de Caio Prado Júnior corrobora com a problemática e a crítica feita por Moura (trinta anos depois) a respeito da negação da História enquanto ciência em *As injustiças de Clio*. Tentaremos evidenciar os problemas do narrativismo, notadamente em Hayden White, nos próximos subitens.

### 3.1 A ESTRUTURA NARRATIVA E O TRABALHO DE PESQUISA: SELEÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS

*A narração distingue e ordena. A descrição nivela todas as coisas.*

**Narrar ou descrever? - György Lukács**

*Formação do Brasil Contemporâneo* possui uma pequena introdução de cinco páginas, na qual CPJ justifica a importância do começo do século XIX para a compreensão do Brasil do século XX. A organização narrativa do autor evidencia que desde a colonização o país rumava em direção a sua emancipação. Ao menos política, veremos depois. O sentido e a evolução histórica do país são apontados como o caminho inexorável da criação da nacionalidade, isto é, da nação independente. Entretanto, o Brasil para qual o autor olha, nas décadas de 1930-40 possui continuidades com o Brasil colônia, assim, o passado é visto no presente. E este passado colonial longínquo no tempo cronológico, todavia próximo em suas marcas estruturais, impede o desenvolvimento pleno da nação. Dirá o autor:

Nele [o século XIX] se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias –, organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 8).

A nacionalidade tem os seus germes ainda durante o período colonial, em parte porque a sociedade que aqui se estabelece como capítulo do comércio europeu apresenta-se como uma nova forma de organização da vida, uma sociedade com traços característicos e peculiares (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 09). As marcas do passado colonial no Brasil, como as técnicas da agricultura, a precariedade da infraestrutura de locomoção, a arquitetura rústica das cidades, as plantações de gêneros agrícolas etc., não foram modificadas estruturalmente: “E foram estas,

bem como outras considerações da mesma natureza, que me levaram, para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa, àquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 11). Por conta do direcionamento dado pelo “sentido da colonização”, que direciona toda a atividade da colônia para um mercado externo e não interno, isto é, a produção de gêneros agrícolas voltada para fora: “(...) não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 10).

Isso, por si só indica a relação temporal na obra de CPJ. É de suma importância que o presente conduza a análise do passado, para que o trabalho histórico não se torne uma enciclopédia ou um relicário. Podemos observar em F.B.C esse movimento, porém, no desdobramento teórico da obra vemos o passado inundar o presente. Há diferença substancial entre o Brasil de 1940 e o Brasil de 1840, mas CPJ entende que até então o Brasil não se fizera realmente uma nação. Em outras palavras, para tentar ser sintético, Caio Prado retrocede o capitalismo para o período colonial, e transporta o período colonial para o republicano.

Ainda na *Introdução*, o autor faz uma pequena apresentação e contextualização de testemunhos de viajantes cronistas do século XVIII e XIX que lhe serviram de fonte para a pesquisa do livro. Confirma sua percepção a respeito da continuidade entre a colônia e o Brasil do século XX, na medida em que é feita comparativamente com o que ele mesmo vê viajando pelo país e com o que os viajantes estrangeiros relatam (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 10-11). A obra do autor abarca uma variedade de temas, é consistente na medida em que está toda conectada à tese do “sentido da colonização”, mas é passível de diversas interpretações. Nessa passagem específica, o autor vê problema no baixo nível de desenvolvimento técnico e tecnológico na produção de gêneros agrícolas, uma continuidade entre a forma como eram produzidos na colônia e agora no Brasil nação. É justamente essa continuidade, entre outros, que faz com que o autor não entenda o país de fato como uma nação. Essa percepção da ausência de desenvolvimento das forças produtivas, pode suscitar interpretações simplificadas que sugerem o desenvolvimento como resposta, as vezes como o próprio autor respondeu. A nota de rodapé, de referência ao trecho citado (nota número 1), atesta a importância de suas viagens feitas pelo Brasil e a compreensão dos problemas do país como remanescentes do período colonial (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 11).

Como apontado, o século XIX tem destaque na interpretação de Caio Prado. Segundo Odália (1989, p. 112) um traço de “esquema interpretativo histórico romântico” que passou despercebido por José Honório Rodrigues quando fez a análise de F.B.C. Já Maria Odila Dias (1989, p. 381) afirma que essa “mediação de tempo entre o presente do historiador e o passado

colonial é também importante enquanto eixo de sua narrativa”. O autor traz a luz o *Roteiro do Maranhão a Goiás* até então inédito (WIDER, 2007, p. 13). Além de Saint-Hilaire, brigadeiro Cunha Mattos, Eschwege, Mewe como fontes que, em primeiro lugar, atestam que já nos séculos XVIII e XIX se tinha conhecimento dos principais problemas do Brasil, problemas que tornam a ser observados por CPJ no século XX; e em segundo lugar, como fontes contrastadas com as viagens feitas por CPJ pelo Brasil, para a percepção de que em sua essência os problemas permanecem os mesmos, pouco alterados.

O uso das fontes estava condicionado à intenção de entender o Brasil e seus problemas, não apenas por curiosidade, mas como maneira de melhor se aproximar ao real, ancorado em um método que possibilitava sucessivas aproximações, para transformá-lo. Esse primeiro trabalho de seleção de fontes evidencia nada menos que a pesquisa que antecede a escrita do livro. Os fatos históricos, neste caso a respeito da história do Brasil, não estão dados. O autor precisa minerá-los, escavá-los e questionar a cada fragmento encontrado, perguntas que o possibilitem aproximar-se do real concreto, fazendo, em seguida o movimento inverso, organizando o que estava disperso na aparência, voltando novamente ao real.

Assim sendo, no plano da exposição, FBC está dialeticamente estruturado, a introdução e o primeiro capítulo, *O Sentido da Colonização*, articulam todas as descrições das regiões, da produção, do povoamento litorâneo e interior, das vias de comunicação. A cada capítulo seguinte concluído, o autor retoma organicamente a tese inicial da disposição voltada para fora da economia brasileira<sup>55</sup>. Há muitas descrições em FBC, pode-se dizer:

A perspectiva cronológica, mais o foco do autor no conjunto da sociedade brasileira possibilitou a execução de uma obra de interpretação dialética materialista, que fugiu de todo e qualquer esquematismo ou de um economicismo estrutural, mecanicista ou linear no tempo. Sua preocupação em descrever e definir a movimentação das partes (conjunturas regionais) no todo da formação da nacionalidade, no seu vir a ser problemático resultou numa manifestação magistral da tão propugnada história global, que desafia as forças dos historiadores, dedicados a reconstruir totalidades expressivas do passado. (DIAS, 1989, p. 381-382)

Podemos tomar como exemplo quando no capítulo *Vias de Comunicação e Transporte*, o autor recorre a sentido da colonização para explicar como a via marítima conectava toda a costa brasileira sendo sua principal fonte de circulação de mercadorias e de informações internas. Ainda que outras duas vias organizassem a comunicação no interior, como é o caso da via pelo São Francisco e pelo rio Gurgueia, as vias de comunicação estavam suscetíveis ao *boom* ou ao decréscimo da produção de mercadorias exigidas pelo mercado

---

<sup>55</sup> Célia Maria Wider, faz uso da argumentação de Fernando Novais e compreende também a organização dialética do livro, cf. WIDER, Maria Célia. Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 63.

externo. O interior, pouco povoado, e com pouca relevância produtiva ficava relegado a comunicações esparsas, também feitas por vias fluviais. Essas vias, mesmo com o advento da mineração nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ficaram pouco desenvolvidas. (PRADO JÚNIOR, 2011). Portanto, os rios poderiam funcionar como veias por todo o território, mas é pelo fato de a produção não se organizar para atender as necessidades internas, não carecer de mais que umas poucas vias que pudessem conectar as principais vilas produtoras dos gêneros agrícolas que se destinavam ao mercado europeu, que a comunicação por todo o território era dificultosa, com estradas ruins com regiões de difícil acesso.

Tudo isso está articulado em um texto que partindo da principal tese, descreve os fluxos migratórios e o conseqüente assentamento da produção, descreve e analisa a produção, separando suas principais células, chegando à organização social, política, administrativa.

Tudo que se diz a respeito dos movimentos descritivos cronologicamente orientados em F.B.C não pode ser repetido a respeito de O.E.C. Podemos verificar o uso dos relatos de viajantes do século XVIII e XIX, sem, contudo, que se vinculem a observações empíricas de viagens próprias. Por outro lado, Gorender, em nota de rodapé número 6 do capítulo *III A forma plantagem de organização da produção escravista*, indica as fontes e as páginas consultadas para cada gênero agrícola estudado no Brasil colônia, após explicar o processo produtivo de gêneros como o açúcar, fumo, algodão, anil e café, nela constam Antonil, Gayoso, Vihena entre outros (GORENDER, 2016, p. 123):

Esse cuidado em evidenciar as fontes não é sem razão, diferencia-se do cuidado demonstrado por Prado Júnior e mesmo por Moura, como veremos adiante, pois o autor além de estar imerso numa das principais discussões acadêmicas e das organizações comunistas do século XX, se manteve em radical oposição ao que já tinha sido produzido, negando as duas principais interpretações que giravam em torno do feudalismo e do capitalismo como modos de produção ou formações sociais na colônia. Essas sistematizações das referências, visualizadas no texto de Caio e Gorender, ainda que a do segundo seja mais organizada que a do primeiro, indica um trabalho anterior de mapeamento temático e observação do contraste dos tempos históricos, em outras palavras, implica uma pesquisa não descrita que é exposta como apresentação dos resultados. O que no caso de OEC chama-se de método categorial-sistemático (GORENDER, 2016, p. 67).

Ao longo dos anos e reedições do OEC., sobretudo, nos debates com os historiadores da UNICAMP nas décadas de 1990 e 1980, Gorender foi criticado por apreender o conteúdo das fontes de “forma literal”, isto é, confiar demais no relato dos viajantes cronistas (ADOLFO, 2016). Tentaremos demonstrar que essas críticas não se fundamentam com relação a OEC e



tampouco com relação a FBC e DRBN. Os autores possuem rigorosa compreensão da necessidade de cotejar com outros materiais e dados o que foi afirmado pelos depoentes a respeito de sua época.

O método categorial-sistemático utilizado pelo autor derivado de proposições de Marx e Engels. Em suma, o que se propõe é uma historicidade própria das categorias, que como sínteses do real concreto, contêm em si mesmas a historicidade do movimento. Este método serviria para compreendermos a “anatomia” do modo de produção escravista, sem que isso signifique abrir mão da percepção e descrição histórica. Ela, no entanto, fica restrita dada a natureza do objeto de pesquisa do autor. Podemos dizer que motiva pela intenção do autor em compreender o funcionamento interno do modo de produção, e não em produzir um exaustivo estudo sobre a gênese ou a sua dissolução. Isso não significa, contudo, que não haja elementos narrativos em OEC, mas que seria difícil para Hayden White classifica-lo em um de seus esquemas.

As reflexões metodológicas que dão início ao livro, nos mostram os embates travados pelo autor com seus contemporâneos, bem como o quadro teórico e metodológico que o possibilita chegar à proposição da tese de um modo de produção historicamente novo (GORENDER, 2016, p. 49-80). O livro trouxe para a academia brasileira o problema de lidar com a categoria modo de produção, ainda durante a Ditadura Militar e num momento em que os departamentos de História passavam a se revestir de influências pós-modernas e vinha de dominância estruturalista (GEBRAN, 1986, p. 199-200). As *Reflexões Metodológicas* do O.E.C. são o que nos permite melhor situar a obra em seu contexto linguístico. Se comparado com outros textos publicados em fins da década de 1970, podemos aferir que não era comum grandes reflexões anteciparem os estudos objetivos<sup>56</sup>.

Já no primeiro capítulo temos as principais categorias de análise do autor: escravismo colonial, escravidão e a plantagem, sem as quais não se poderia compreender a especificidade do escravismo. Seguido, no segundo capítulo, de seu processo de gênese no Brasil, iniciado pela colonização portuguesa e finalizando no desabrochar de relações capitalistas: os germes para a passagem do trabalho escravo ao assalariado. Todavia, o livro tem aspectos menos históricos na medida em que apresenta uma síntese das estruturas do modo de produção escravista, ou seja, que Gorender expõe as particularidades do escravismo sem se ater a ordens cronológicas. Não faz uma análise detida nos processos e mudanças ao longo do tempo da

---

<sup>56</sup> Para mais informações sobre os textos históricos publicados no período, cf. IGLÉSIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000, p. 183-241.

sociedade escravista, mas sim delimita suas estruturas, as leis que o orientam, as condicionantes para sua existência, ainda que para tal, necessite da alguma historicidade, sobretudo no processo de gênese. É visível também, na medida em que aponta os elementos facilitadores da queda do escravismo colonial: a gênese de um novo modo de produção na colônia<sup>57</sup>.

Em *Dialética Radical do Brasil Negro* tivemos maior dificuldade de mapear as fontes primárias e as fontes secundárias, pois elas foram apresentadas em formas de notas e anexadas no fim de cada capítulo do livro. Este sistema de citações, na medida em que beneficia cada debate desenvolvido no corpo do texto apontando limites e possibilidades das fontes primárias ou da bibliografia secundária consultada, dificulta uma sistematização mais rigorosa que discrimine quais documentos foram consultados e quais autores foram lidos. Além disso, as citações são dispostas no corpo do texto com o uso das aspas, isto é, sem uma separação mais nítida, como geralmente é feito com a diminuição da fonte e o recuo no espaçamento. Outro empecilho, não apenas encontrado em Moura, ainda que em seu livro com maior frequência, são os dados primários citados indiretamente, isto é, retirados de bibliografia secundária e citados em forma de “apud”.

Podemos observar também, que Gorender e Moura não tinham graduações, e por isso não passaram por uma experiência formal e institucional de escrita acadêmica. Por um lado, em O.E.C. vemos um maior cuidado com a sistematização das fontes que vai para além dos critérios de citação da editora, enquanto em DRBN ainda que haja uma grande pesquisa em fontes documentais contrastada sempre com bibliografia secundária, além de alguns estudos de campo, no plano expositivo não fica fácil ao leitor visualizá-la. Acreditamos que é justamente a intencionalidade de Gorender com seu livro que fez com que tivesse maior acuidade, dado a dimensão da polêmica que sua tese tratava e propunha não apenas na comunidade acadêmica, mas nas organizações comunistas ainda inebriadas pelas teses do VI Congresso da Internacional.

No primeiro capítulo, *Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*, o autor apresenta as principais categorias de análise e a tese geral do livro: a periodização do modo de produção escravista no Brasil. Tratando-se de um período de transição, percebemos na narrativa de Moura, certa historicidade, mas também certo direcionamento que conclui do escravismo tardio no capitalismo dependente<sup>58</sup>. Dessa forma, os desdobramentos lógicos e históricos são as lutas

---

<sup>57</sup> Gorender não dá continuidade a análise da dissolução do modo de produção escravista colonial, afirma que para isso teria que fazer análises também da formação social do Brasil. Para uma boa apreensão desse processo, cf. BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial: 1776-1848. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>58</sup> Como vimos em capítulo anterior essa demarcação é inspirada pelo livro História Econômica do Brasil de CPJ. As principais diferenças são: 1) Moura utiliza nomes demarcadores a partir das relações de produção,

e formas de organização e resistências do polo explorado no escravismo em uma situação de escravismo pleno e uma situação de escravismo em dissolução. Em seguida há uma análise da forma de resistência e luta no capitalismo dependente, fase sucessória do escravismo tardio.

A grande diferença entre DRBN e os demais livros estudados está na concretização de um estudo que vai do passado orientado pelo presente e volta ao presente, visualizando as formas remanescentes ou novas de organização dos explorados frente a exploração. Moura se dispõe a compreender a atividade dos escravizados e, posteriormente dos negros no capitalismo. Trazendo para os termos apropriados pelos acadêmicos a partir da leitura de Thompson<sup>59</sup>, que foram retirados da escrita de Marx, porque é nele que aparece pela primeira vez o movimento do fazer-se classe, podemos dizer que Moura logra perceber as leis tendenciais manifestas na longa duração do escravismo e observar a tipologia das resistências e lutas, captando os momentos em que a classe vai de *classe em si* a *classe para si*.

O termo foi amplamente difundido pela obra de Edward Thompson, marxista britânico que foi assimilado pela historiografia acadêmica brasileira. Nos estudos sobre a escravidão, os historiadores com os quais Moura, Gorender e Cardoso travaram embates, se reivindicavam legatários dessas proposições. Neste sentido, esperamos ter contribuído já no capítulo três desta pesquisa, para a compreensão de aspectos gerais da produção moureana. Retomando como o uso da categoria trabalho, no caso do uso que Moura dá ao materialismo histórico dialético, desdobra em esforços de compreensão da organização e resistência dos escravizados. Mescla-se em sua produção aspectos estruturais do modo de produção e aspectos subjetivos da ação humana nas classes sociais. Discordamos das afirmações, em tom crítico, de Lara (2016, p. 61-65), segundo a qual, a senda aberta por Edison Carneiro durante as décadas de 1940 e 1950 foi cada vez mais retirando a importância dos estudos culturais sobre os escravizados, atribuindo,

---

enquanto Caio utiliza a partir da superestrutura ou da política; 2) enquanto para Moura o “Escravidismo tardio” tem início após 1850, no caso de Caio a “Era do liberalismo” tem início em 1808 (abertura dos portos) e 1850 (lei de terras e abolição do tráfico), cf. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 17ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974, p. 123-131.

<sup>59</sup> Em outros textos podemos observar melhor a tentativa de se propor continuador da abordagem proposta por E. Thompson, cf. CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. In: Cad. AEL, v.14, n.26, 2009, pp. 14-46. Em geral a historiografia acadêmica dos historiadores da UNICAMP da década de 1980 tem uma apreensão da luta social como sinônimo de reivindicação de cidadania. Nesse sentido a crítica feita por Gorender sobre o caráter social-democrata do conjunto dessas produções parece correto, podemos ter um melhor exemplo, cf. BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente*. – 4ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 161-190.

de forma militante, importância sobremaneira à resistência dos escravizados, de modo quase romântico associando-os aos militantes do século XX.

Os estudos culturais sempre estiveram na ordem do dia para a produção de Moura, seu grande êxito está em não abandoná-los e manter intransigente e constato a contradição fundamental do escravismo no Brasil, como sendo a manifestação escravizado *versus* senhor. Na qual a quilombagem se mostra a resistência mais radical. Sendo assim, esperamos ter também contribuído para fortalecer a hipótese sugerida por Farias (2020, p. 75) a respeito da antecipação do conceito de *agência* na obra de Moura das décadas de 1950 e 1960, conceito “caro aos historiadores brasileiros da década de 1980 influenciados por Thompson”.

Mas, propriamente sobre o trabalho de pesquisa, podemos verificar um dos principais debates tratados pelo texto já no primeiro capítulo: a brecha camponesa. Debate inserido no contexto do I Centenário da Abolição junto a obra de Gorender (MAESTRI, 2016, p. 34-35; 39-40). Em DRBN a discussão é estabelecida a partir dos estudos sobre o Quilombo dos Palmares e perpassa a compreensão dos papa-méis<sup>60</sup> em Alagoas até chegar aos quilombos de Goiás, o autor tenta entender em que medida a bibliografia sobre o tema é conclusiva a respeito da produção agrícola nos quilombos e em que medida é necessário investigações de campo no momento em que está escrevendo o texto, afim de perceber reminiscências do passado (MOURA, 2014, p. 60).

Em relação a Palmares, o autor ressalta que o grosso da produção bibliográfica a respeito, está baseado na documentação dos repressores. Cabe ressaltar que a abordagem que utiliza a documentação da cultura colonizadora para compreender a cultura que foi colonizada pode ser enquadrada em “leitura a contrapelo” ou “leitura retrospectiva”. Todavia, o autor chama atenção porque ainda há um imenso campo de pesquisa com relação a Palmares por ser feito. Na contramão do que afirma White, que para fazer a aproximação das culturas ágrafas com as culturas que possuem escrita, afirma: “(...) os registros que tornam possível a escrita de uma história de culturas históricas são os mesmos registros que tornam possível a escrita de uma história das chamadas culturas não históricas. (WHITE, 2011, p. 481). Restringir a documentação histórica do quilombo àquilo que ficou legado pelos portugueses e holandeses pode ser insuficiente para a resolução de algumas questões, como é o caso da brecha

---

<sup>60</sup> Papa-méis: “Negros fugidos, de lendária fama na região de Alagoas, onde atuaram e engrossaram substancialmente as fileiras do caudilho Vicente de Paula, um dos chefes da Cabanagem.” (MOURA, 2004, p.302). Acerca da crise de produtividade durante a Cabanagem ver: MELLO, Janaina Cardoso de. Dívida de Sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas – Pernambuco/ 1832 – 1835). In: ANAIS do I Colóquio do LAHES, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a31.pdf>> Acesso em: 06/11/2021.

camponesa. Além de reduzir as possibilidades de fontes em diversas áreas do conhecimento humano, não restritas ao documento escrito.

Já com relação aos papa-méis, menciona a pouca bibliografia sobre o tema, além da ausência de estudos que constatem ou não a correspondência entre a atual população e sua produção camponesa com a Cabanagem do século XIX. O autor chega a afirmar que pesquisas de campo seriam necessárias para tal investigação. Nos dois casos, a investigação de campo é indicada quando as fontes documentais não são o suficiente para a resolução dos problemas propostos. Moura, assim como Caio Prado Júnior, não faz diferença disciplinar entre o que é próprio da historiografia e o que é próprio da etnologia, quando se trata de compreender a realidade concreta.

Ainda que as formas de investigação possam ser diferentes nas abordagens, nos métodos, e nos materiais consultados ou produzidos, o problema diz respeito a uma mesma ciência, como constatamos em *As Injustiças de Clio*. Para Moura, a Ciência Histórica. Diferente da Caio Prado Júnior, Moura produziu DRBN já em um período de fragmentação da Ciência Histórica, disciplinarização e departamentalização nas universidades e nos programas de pós-graduação no Brasil. Mas, seu vínculo com a academia não era suficiente para que fosse embebido da maré neoliberal.

Na respectiva nota de referência da passagem mencionada acima, podemos visualizar o embate das fontes e a percepção do autor acerca da ausência de algumas delas durante o trabalho de pesquisa. O autor relata sua visita à cidade de União dos Palmares e à Serra da Barriga, junto a pesquisadores brasileiros e estrangeiros, no entanto, constataram que não há grupos étnicos descendentes da antiga República de Palmares, além de que a memória a respeito desse importante episódio figurava com certa relevância entre a população por razão do monumento a Zumbi, erguido pelo Ministério da Cultura, e dos resquícios cerâmicos espalhados e encontrados facilmente na região. (MOURA, 2014, p.155).

O trabalho “de campo” é visível no caso de Moura não apenas em *Dialética Radical*, como em grande parte de sua produção. Nos seus primeiros anos de produção teórica, e as pesquisas para a escrita de *Rebeliões da Senzala* se via um vínculo com a Antropologia Cultural e a etnografia. Referências, discussões e cartas foram trocadas com Edison Carneiro e Artur Ramos, além da leitura e crítica de Nina Rodrigues (MALATIAN, 2019, p. 129-131). Diferente das viagens feitas por Caio Prado para observar a “realidade” do interior do Brasil, a pesquisa feita com um grupo de historiadores, antropólogos e arqueólogos tinha um sentido imediato da produção científica. Em parte, pela vinculação com as universidades e institutos de pesquisa aos de maneira não institucional, e em outra parte, pela maneira como seus objetos de pesquisa

foram sendo construídos. Em DRBN., diferente do que ocorre em FBC e OEC, o problema e o objeto da pesquisa se voltam para atividade de resistência dos escravizados frente ao escravismo na colônia.

O autor demonstra ainda sua preocupação com a questão da produção agrícola e da possibilidade de uma “brecha camponesa” no escravismo na nota número 20 de referência da passagem mencionada. Nela o autor retoma a bibliografia secundária, um texto de Stuart Schwartz, em que o autor afirma ser difícil a prática de agricultura nos mocambos e quilombos, a não ser que fossem relativamente estáveis. (MOURA, 214, p. 155). Cabe lembrar que Moura e Gorender se mantiveram contrários a tese de “brecha camponesa” no escravismo brasileiro, contrários a Ciro Flamarion Cardoso (MOURA, 2014, p. 52). O autor havia publicado em 1987, o livro *Escravo ou camponês?*, criticando as formulações de Gorender e fazendo a defesa do caráter estrutural e mercantil da brecha camponesa nas Américas. (MAESTRI, 2016, p. 39-40). Moura, tomando parte na seara, argumenta que o termo camponês corresponde a uma condição juridicamente livre, enquanto os escravizados que tiveram terras para plantar em unidades de produção de valores de uso, não possuíam liberdade, suas condições se mantinham inalteradas. (MOURA, 2014, p. 52).

No fim das contas, tanto Moura como Gorender<sup>61</sup> constroem o principal argumento contrário a partir da análise da racionalidade da economia política do escravismo. A brecha camponesa, como pretendia Cardoso e Tadeus Lipokovski, seria uma concessão de terra feita pelo senhor ao escravizado, para que este pudesse plantar para a própria subsistência, vendo o excedente quando houvesse. Segundo Gorender, esse movimento ocorreu apenas como exceção e por isso não pode ser considerado como o movimento ou processo produtor de uma classe social: o campesinato. Ainda quando ocorreu de forma excepcional, sua função era reduzir os custos que o senhor tinha com alimentação e subsistência dos escravizados. Ter uma terra para plantar não significava ter tempo para tal, o trabalho no eito do senhor não seria reduzido em momentos de alta do gênero agrícola produzido, para que o escravizado pudesse semear a própria roça, plantando mandioca ou feijão para o próprio consumo. Dessa forma, a “jornada de trabalho” no eito se mantinha a mesma e se justava a uma nova jornada caso o escravizado tivesse a possibilidade de plantar para si. Ao fim e ao cabo, para o senhor sairia rentável essa excepcionalidade. (MOURA, 2014, p. 56-57).

---

<sup>61</sup> Em *O Escravismo Colonial*, que foi lançado em 1978, Gorender retrata a questão nas páginas 286-296, no subitem *A economia do escravo*, cf. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Mas para melhor apreensão dos argumentos do autor, cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016a., p. 89-106. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1990, mesmo ano em que Moura publicou *As injustiças de Clio*.

Para visualizarmos melhor as relações entre FBC e OEC no que diz respeito ao contexto dos debates e de produção teórica que se inserem, veja o quadro abaixo<sup>62</sup>:

QUADRO 1 – Sistematização das referências comuns (FONTES PRIMÁRIAS) citadas em O Escravismo Colonial, de Jacob Gorender e Formação do Brasil Contemporâneo: colônia, de Caio Prado Júnior:

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. / PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo.; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.					
		O Escravismo Colonial		Formação do Brasil Contemporâneo: colônia	
Autor	Tipologia	Texto	Data de publicação	Texto	Data de publicação
FONTES PRIMÁRIAS					
ANTONIL, André João	Livro	Cultura e opulência do Brasil	1967	Cultura e opulência do Brasil	1923
AUTOR desconhecido	Artigo para o IHGB	Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí	1900	Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí	s/d
BONIFÁCIO, José.	Livro/Memorial	Escritos Políticos	1964	Memória sobre a pesca das baleias	1790
COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo	Livro  Doc.	Obras econômicas	1966	Alegação jurídica, na qual se mostra que são do padroado da Coroa (...)	1804
COUTO, José Vieira	Artigo em revista do IHGB	Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da Capitania de Minas Gerais	1862	Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da Capitania de Minas Gerais	s/d
COUTY, Louis	Livro	L'esclavage au Brésil	1881	L'esclavage au Brésil	1881

<sup>62</sup> Os quadros apresentados com as referências utilizadas pelos autores foram inspirados na produção de SILVA, Ana Paula Procópio da. *O contrário de "Casa Grande" não é Senzala. É Quilombo! A categoria práxis negras no pensamento social de Clóvis Moura.* -- Rio de Janeiro, Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017, p. 243-267.

	Livro	Rapport sur le maté et les conserves de viande	1880	—	—
	Livro	Étude de biologie industrielle sur le café	1883	—	—
D'ALINCOURT, Luiz	Artigo para o IHGB  Doc. da ABN	Resumo das explorações desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuiabá	1857	Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso (Cuiabá, 1828)	s/d
	Livro: diário de viagem	Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais	1936	—	—
GAYOSO, José de Souza	Livro	Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão	1818	Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão	1818
KOSTER, Henry.	Livro: diário de viagem	Viagens ao Nordeste do Brasil	1942	Voyages pittoresques, scientifiques et historiques em Amérique, Brésil	1846
LUCCOCK, John	Livros	Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)	1942	Notes on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil, taken from 1808 to 1819	1920
MARTIUS, K, e SPIX, J.B.	Livros	Viagem pelo Brasil	1961	Viagem pelo Brasil	1938
	Livros	Através da Bahia	1938	—	—
NABUCO, Joaquim	Livros	O abolicionismo	1949	Um estadista do Império	s/d



		Minha formação	1957	–	–
PINHEIRO, J. C. Fernandes	Artigos para o IHGB	Apreciação do processo de Antônio José da Silva	1862	Paulo Fernandes e apolítica de seu tempo	s/d
SAINT-HILAIRE, Auguste de	Livro: diário de viagem	Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais	1975	Voyage dans les rovinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais	1830
	Livro: diário de viagem	Viagem às nascentes do Rio São Francisco	1975	Voyages aux sources du rio de São Francisco et danss la province de Goyaz	1847
	Livro: diário de viagem	Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo	1938	Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas	1938
	Livro: diário de viagem	Viagem à comarca de Curitiba	1964	Voyage das les provinces de Saint-Paul et de Sainte Catherine	1851
	Livro: diário de viagem	Viagem ao Rio Grande do Sul	1974	Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821	1939
	Livro: diário de viagem	Viagens pelo Distrito de Diamantes e litoral do Brasil	1931	—	—
SALVADOR, Frei Vicente do	Livro	História do Brasil	1931	História do Brasil	1918
SILVA, Antonio Delgado da	Livro	COLEÇÃO da legislação portuguesa	1828	COLEÇÃO da legislação portuguesa	1825 a 1830
VILHENA, Luís dos Santos	Livro	A Bahia do século XVIII (Recopilação...)	1969	(Recopilação ...)	1927

O quadro acima apresenta uma sistematização das referências de cronistas, de políticos, eclesiásticos e mesmo cientistas das mais diversas áreas, que tem seus escritos

utilizados como depoimentos da época da colônia ou do escravismo pelos autores. O critério para a sistematização foi em primeiro lugar a data de escrita do documento utilizado, assim se o escrito era do período do Brasil colônia/escravismo colonial figurou entre fontes primárias; só não foi alocado entre fontes primárias aqueles que evidentemente eram escritos de historiadores ou cientistas sociais da época que eram invocados por Caio e Gorender como intérpretes. Em segundo lugar, deixamos os historiadores, políticos ou demais cientistas na medida em que foram invocados como depoentes da época, isto é, que seus escritos, falas ou cartas foram citados para desvelar um preconceito ou uma marca do contexto e não uma análise sistematizada e publicada, como em geral acontece com os historiadores do IHGB. Este critério foi baseado no critério utilizado em OEC, com o adicional da nossa verificação a respeito do uso que cada autor dá aos referenciados. Nossa limitação reside em termos deixado de fora as cartas régias, os documentos consultados dos ABN, as legislações, os jornais, as revistas, as cartas.

As fontes primárias compartilhadas entre as edições analisadas de *Formação do Brasil Contemporâneo* e *O Escravismo Colonial* são no total de dezessete autores. Nos salta aos olhos a quantidade de análises das obras de viajantes como Saint-Hilaire, Louis Couty (1854-1884) e André João Antonil, em geral, situadas no século XVIII ou XIX. Pelas edições registradas nas referências dos livros de Prado Júnior e Gorender podemos perceber que são coletâneas, compilados ou livros reeditados décadas depois de sua escrita. O caso do cônego J. C. Fernandes Pinheiro é exemplo da dificuldade de enquadrar como fonte primária ou secundária, Gorender o referencia entre os “Documentos e obras da época do escravismo no Brasil”, mas seu uso se assemelha mais ao de fontes secundárias, enquanto Prado como primária (PRADO, 2011, p. 273). Outro caso que pode ilustrar bem é quando os autores citam Joaquim Nabuco, seu texto propriamente dito não seria uma fonte primária, pois trata-se de uma análise histórica e política do abolicionismo, mas seu depoimento sobre a formação é invocado como fonte secundária. A própria temporalidade dificulta a caracterização.

Podemos, ainda, percebermos a análise de alguns documentos produzidos pelo IHGB, em geral datados da segunda metade do século XIX, quando este assume papel central na organização da história do Estado-Nação; cabe lembrar aqui, vinculado ao Segundo Reinado (1840-1889). Já as fontes secundárias compartilhadas entre os dois livros, entretanto, aparecem em menor quantidade se comparadas às fontes primárias. Podemos dizer que isso ocorre por dois principais motivos: 1) que Caio Prado Júnior ao escrever *Formação do Brasil Contemporâneo*, não possuía um grande arsenal de produções secundárias ao alcance, seu interesse era o diálogo com fontes primárias e, sobretudo, com a visualização própria do Brasil

a partir de suas viagens; e 2) Gorender, por escrever a partir da década de 1970, possuía uma série de monografias produzidas sobre a escravidão e sobre a história colonial no interior das universidades brasileiras, seus embates teóricos, portanto se davam já contra outras perspectivas consolidadas sobre a história do Brasil Colônia, entre elas a Escola Paulista de Sociologia, ou mesmo os historiadores que reivindicam Caio Prado Júnior e a Escola do Annales no departamento da Universidade de São Paulo.

Em FBC por exemplo só há referenciada uma mulher, Maria Graham, seu *Diário de uma viagem ao Brasil*, em relação ao total de 212 homens referenciados. Enquanto, por outro lado, em OEC há o total de 542 citados, dos quais 20 são mulheres. Em geral, a produção de mulheres referenciadas se concentra entre fins da década de 1960 até a década de 1980, o caráter monográfico é predominante. No caso de OEC não há mulheres citadas como fonte primária.

O que fica de fontes secundárias em comum nestes casos pode ser alocada no campo de influência do IHGB como é o caso de Oliveira Vianna, também do Ensaísmo de interpretação do Brasil ou “geração de 1930” como é o caso de Gilberto Freyre. Mas que no que concerne ao marxismo, Gorender possui ampla discussão com vertentes consolidadas. Enquanto Caio Prado estabelece quase que nenhum diálogo com correntes interpretativas marxistas, além disso, Prado e a “geração de trinta” se apoiavam majoritariamente em documentação primária, mas não como se pode consultar décadas depois (SECCO, 2008, p.154). Caio Prado Júnior, neste sentido, é exitoso em grande medida por seu pioneirismo em interpretações da formação social do Brasil, ancoradas no materialismo histórico. Seu debate era com a tradição conservadora da historiografia brasileira até pelo menos a década de 1960 (RICUPERO, 2000). A seguir temos o quadro com a disposição das fontes secundárias em comum, veja-se:

QUADRO 2 – Sistematização das referências comuns (FONTES SECUNDÁRIAS) citadas em O Escravismo Colonial, de Jacob Gorender e Formação do Brasil Contemporâneo: colônia, de Caio Prado Júnior:

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. / PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo.; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.					
		O Escravismo Colonial		Formação do Brasil Contemporâneo: colônia	
Autor	Tipologia	Texto	Data de publicação	Texto	Data de publicação
FONTES SECUNDÁRIAS					

ABREU, J. Capistrano de	Livro	Capítulos de história colonial	1954	Capítulos de história colonial (1500-1800)	1928
	Livro	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	1960	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	1930
BRITO, Rodrigues	Livro	Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia	s/d	Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia	1924
ESCHWEGE, W. L. von	Livro	Pluto brasiliensis	1944	Pluto brasiliensis	s/d
FREYRE, Gilberto	Livro	Casa-grande e senzala	1961	Casa-grande e senzala	1933
	Livro	Nordeste	1961	Nordeste	1937
	Livro	Sobrados e mocambos	1968	Sobrados e mocambos	1936
HANDELMANN, Gottfried Heinrich	Livro	História do Brasil	1931	História do Brasil	1931
LISBOA, João Francisco	Livros	Obras escolhidas	1946	Obras	1901
MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão	Livro	A escravidão no Brasil	1866-1867	A escravidão no Brasil	1867
MATTOS, Raymundo José da Cunha	Artigo para o IHGB	Corografia histórica da Província de Goiás	1874	Corografia histórica da Província de Goiás	s/d
SANTOS, Joaquim Felício dos	Livro	Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio	1956	Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio	1924
SOUTHEY, Robert	Livro	História do Brasil	1965	History of Brazil	1810-1819
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de	Livro	História Geral do Brasil	s/d	História Geral do Brasil	s/d
VIANNA, F. J. Oliveira	Livro	Populações meridionais do Brasil	1922	Populações meridionais do Brasil	1922

WÄTJEN, Hermann	Livro	O domínio colonial holandês no Brasil	1938	Das Holändische Kolonialreich in Brassilien	1921
--------------------	-------	------------------------------------------------	------	------------------------------------------------------	------

Se por um lado muitos historiadores que retomam a obra de Caio Prado apontam, entre outras coisas, “o extenso levantamento de textos coloniais que Caio trouxera à luz em suas obras, como o inédito *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*” (WIDER, 2007, p. 13). Por outro, há também uma inserção nos debates com seus contemporâneos, como analisamos e demonstramos acima.

Chegando a primeira etapa de conclusão, tentamos ao longo do presente subitem, demonstrar as sistematizações das fontes primárias que os autores fizeram, seja para cada gênero agrícola, para cada região ou para cada período. Que houve também um trabalho de investigação, de seleção e crítica das fontes e, por vezes, ponderou-se a necessidade de mais pesquisas, com outras formas de investigação, em razão da ausência de informações necessárias para a constatações ou resoluções de problemas de pesquisa iniciais.

Tentamos demonstrar, com isto, que o trabalho de pesquisa existe e que não pode ser invisibilizado pelo texto que o apresenta. Se por um lado, tratando-se de temas similares, os autores chegaram a fontes similares, por outro, também vimos que tratando de temas similares, chegaram também em fontes diferentes. Isto atesta, nada mais que a construção geral e particular de cada objeto de investigação e de que os fatos históricos sobre um mesmo tema ou fenômeno não estão dados, precisam ser construídos, encontrados e questionados ao longo do trabalho de investigação.

As formas de narrar ou de expor as teses são diferentes em cada texto, mas não são a razão das diferentes conclusões, nem podem ser confundidas com a própria diferença entre uma e outra interpretação, como faz White. Reduzir as diferenças entre textos que tocam no mesmo tema, a uma diferença narrativa, significa relegar a secundo ou terceiro plano o trabalho de investigação e pesquisa dos autores.

Por fim, e justamente por isto, tentamos ainda evidenciar como os historiadores possuem um certo número de possibilidades para narrar seus objetos, mas que esse número não é infinito, pelo contrário, vai sendo condicionado também pelo trabalho de pesquisa e o acesso as fontes e documentos. Os historiadores não tem a sua disposição um arsenal de formas, das quais lançam mão a seu bel prazer sem nenhuma correspondência com os vestígios encontrados, cotejados e sistematizados. Forma e conteúdo não possuem uma separação rigorosa, ao contrário, o conteúdo vai condicionando as possibilidades de forma.

### 3.2 FONTES PARA O FUNCIONAMENTO DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR

*Só o equilíbrio entre a evidência e o lirismo nos permite aceder ao mesmo tempo à emoção e à clareza.*

*O mito de Sísifo - Albert Camus*

Parte da historiografia da escravidão no Brasil se concentrou em analisar os engenhos de açúcar. Este é talvez o gênero agrícola mais estudado, cuja produção e o processo de beneficiamento temos mais conhecimento. A quantidade de trabalhos historiográficos a respeito não é sem razão. A cana-de-açúcar é o gênero agrícola vinculado originalmente na Europa com o latifúndio e o trabalho escravo. A experimentação desse cultivo foi feita pelos portugueses já no Mediterrâneo, ultrapassando o estreito de Gibraltar, sendo disseminado próximo a costa africana no Atlântico, o que viria ser a primeira cultura no Brasil. Os Açores, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Madeira são as ilhas de experiência inicial da produção açucareira pelo Reino de Portugal, com grande participação dos italianos (genoveses) na expansão deste cultivo (SCHUWARTZ, 1988, p. 21-39).

Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e Clóvis Moura perceberam a relevância deste gênero para o mercado internacional ao qual se destinava. Em FBC, no capítulo intitulado *Grande Lavoura*, podemos observar um trecho sugestivo de comparação entre fontes acerca do funcionamento dos engenhos no Brasil. O contraste e a comparação são de dois testemunhos da época, os de João André Antonil (1649-1716) e de Luiz dos Santos Vilhena (não se sabe ao certo as datas, mas viveu no Brasil no século XVIII). (PRADO JÚNIOR, 2011, p.143). Cabe lembrar aqui que o livro *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil e *A Bahia no século XVIII (Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas)*, de Vilhena são sistematizados em OEC<sup>63</sup>. como entrais para a compreensão do processo de cultivo, moenda e beneficiamento da cana-de-açúcar. Essa menção se repete em FBC.

Ora, mas o que atesta essa comparação e constatação de inércia nos engenhos brasileiros? Vemos em seguida uma pequena análise comparativa feita pelo autor acerca do “emprego da bagaceira como combustível” nos engenhos. Enquanto em outras regiões açucareiras já era utilizada há tempos, no Brasil não fora inserida, continuando com formas antiquadas de combustão para as moendas (PRADO JÚNIOR, 2011, p.143). Para referenciar essa análise, o autor insere uma nota (nota número 13), o depoimento de Vilhena é contrastado diretamente com Humbolt (1769-1859) e Jean-Baptiste Labat (1663-1738), que são invocados

---

<sup>63</sup> Id, Op. Cit., p. 123.

para a verificação da produção nas Índias Ocidentais (ou Antilhas), afirmando-se além disso que no Brasil também não se fazia a refinação (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 144).

Sucedem que as queimadas e o corte de árvores nas proximidades dos engenhos fizeram com que fossem estabelecidas uma série de legislações para conter o problema que inviabilizava, em certos períodos, a produção dos gêneros agrícolas. Nenhuma lei estabelecida, contudo, conseguiu regular o corte e a manutenção de uma área “verde” para o aproveitamento de madeiras (GORENDER, 2016, p.131). A disponibilidade fundiária seduzia os senhores de engenho que avançavam os limites iniciais de suas terras quando necessitavam de mais madeira para a combustão<sup>64</sup>. Além disso, pela característica da plantação monocultora e do trabalho escravo que se combinavam, a renda obtida se fazia mais pela extensão do latifúndio que pela intensidade do trabalho, os engenhos já no fim do século XVIII não tinham mais estoques de matas próximas, embora o bagaço já fosse utilizado nas Antilhas. As afirmações e descrições de Henry Koster (1784-1820) e Louis-François de Tonellare (1780-1853) são comparadas, o autor chega à conclusão de que dizem o mesmo a respeito do processo. Apenas na primeira metade do século XIX, Karl von Martius (1794-1868) e Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) apontam o uso da bagaceira em pontos isolados da colônia, ainda, entretanto, com grande corte de árvores para uso da madeira como combustão. (GORENDER, 2016, p. 131-132).

A respectiva nota podemos ver ainda o uso de Anais da Biblioteca Nacional para confirmar, a partir de informações oficiais, o que já se encontrava nos cronistas e viajantes mencionados. (GORENDER, 2016, p. 132). Ela demarca o uso de três tipos de fontes para a discussão sobre o uso do bagaço da cana como combustível em engenhos no Brasil. A primeira pode ser definida pelos cronistas e viajantes. A segunda, mais propriamente de bibliografia secundária, em que um estudo de caso sobre o funcionamento de um engenho é referenciado. E a terceira é um documento colonial, um ofício enviado ao governador da Bahia.

O autor ainda disserta sobre a plantagem escravista, mas agora sobre sua compatibilidade com a adubação, observando o caso da lavoura de tabaco e depois comparando-a com a da cana-de-açúcar, enquanto a fumageira fazia uso constante de adubos orgânicos, a da cana-de-açúcar permaneceu por séculos sem nenhum avanço técnico. (GORENDER, 2011, p. 132-133). Mais uma vez observamos certa comparação entre diferentes cronistas. Por um lado, está José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1835) e, por outro está o *Roteiro do Maranhão a Goiás*, de autor anônimo. Contrasta-se informações de um político oficial da

---

<sup>64</sup> Para conhecimento do uso do baço da cana-de-açúcar no caso das Antilhas, cf. WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975, p. 81-86.

colônia, com um dos principais documentos descritivos que se tem disponível no Brasil, ainda com autoria incerta. A grande diferença observada se dá na renda da terra, corroborando com as afirmações anteriores do autor sobre a plantagem escravista da cana-de-açúcar, que a sua vez, necessita muito mais de um bom solo, que o cultivo do tabaco, muito mais vinculado ao desenvolvimento técnico e tecnológico. As respectivas referências desvelam o trato arguto com o qual o autor, não diferente dos demais, lida com os documentos. Aponta uma carta de José da Silva Lisboa ao Dr. Domingos Vandelli, retirada dos ABN, além da indicação de páginas e afirmações de viajantes que confirmam o exposto acima. As fontes utilizadas são dos tipos carta e diários de viagem. No que diz respeito a primeira, o autor ainda menciona o fato de transcrever na variante padrão moderna, para melhor entendimento do leitor sobre a linguagem colonial do Visconde de Cairu. (GORENDER, 2016, p. 132).

A pesquisa histórica, assim como a transcrição e adaptação feitas por Gorender, responde a uma base. Acontece que White ao defender que a escrita da história é uma recodificação de um código para a cultura do leitor, se esquece de elencar a base que possibilita a recodificação, isto é, o trabalho só pode ser uma recodificação se tiver algo para recodificar, do contrário será uma completa invenção. O historiador, por sua vez, não pode inventar ou escolher qualquer forma narrativa que deseje independente do que as fontes documentais ou não que se apresentam diante dele, mas pelo contrário, elas vão condicionando as possibilidades na medida em que o historiador questiona e problematiza, compara, contrasta.

Soma-se ao processo de pesquisa a forma em que serão apresentados os resultados e desenvolvimentos argumentativos que produzem sentido. Essa argumentação de fato existe na pesquisa histórica, embora isso não signifique se desprender dos materiais obtidos ao longo do processo que quase fica invisível para o leitor, ao qual White não se atém. Em uma pesquisa como as de Caio Prado, Gorender e Moura a quantidade de informações, dados, fatos históricos só podem ser manuseados mediante a sistematizações, fichamentos e catalogações.

Ainda sobre a organização da lavoura canavieira e do funcionamento do engenho, Prado Júnior (2011, p. 152) afirma que este último se constitui um “elemento central”, uma “fábrica propriamente”, com instalações que se distinguem na plantação, na moenda, no beneficiamento para o preparo do açúcar algumas vezes é “explorada pelo proprietário, outras cedida a outrem que lhe paga metade da produção mais o aluguel pelo uso da terra.

Podemos ver as respectivas referências do trecho citado acima (números 22, 23 e 24). Nelas o autor adiciona o comentário sobre dados oficiais a partir da leitura de Martius, segundo o qual em 1808 acusavam “458 engenhos e 601 ‘destilarias’ de aguardente – a maior parte no entanto insignificante e de importância apenas local.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 152)



É possível visualizar a apreensão de alguns dos mesmos cronistas viajantes e historiadores do IHGB em *Formação* e *O Escravismo Colonial*, essa semelhança não é por acaso, mas se dá pela riqueza em detalhes das descrições e análises de um Saint-Hilaire, Vilhena, João Antonil ou Perdigão Malheiro. Porém o que fica evidente é que tanto em *O Escravismo Colonial*, como em *Formação* o engenho é indicado como importância celular, são feitos esforços para chegar a uma média de custos de sua implantação ao longo dos séculos e regiões do Brasil (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 153). Nessa passagem específica, o autor invoca mais uma vez Henry Koster, mas agora para tentar mensurar o valor investido na montagem de um engenho no litoral. A importância do engenho, como vemos, não é fruto da imaginação de CPJ, é atribuída a ele a partir das fontes consultadas que indicam a proeminência do cultivo da cana-de-açúcar no litoral, da quantidade de engenhos, escravizados e da produção. Sua importância é tão grande que se considera como o mundo em miniatura. Na nota de referência (número 26), o autor contrasta as afirmações de Koster com as do Marquês do Lavradio. Se no trecho anterior, CPJ observava o local de onde se pode retirar melhores fontes para aproximações mais verossímeis em relação aos capitais invertidos para a construção dos engenhos, a comparação que faz entre as informações de Koster e as do Marquês do Lavradio indicam melhores informações para o estabelecimento de séries que poderiam reconstituir a presença numérica dos engenhos espalhados pelas capitanias. CPJ observa, por outro lado, que curiosamente a produção é maior onde a quantidade de engenhos é menor (entre as capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro). Pelas discussões da nota, sabemos que CPJ se refere a possibilidade da qualidade do solo intervir em favor de uma maior produção em local com menor quantidade de engenhos, mas parece claro que o que se está sugerindo é a incorporação técnica e tecnológica de algumas capitanias frente a outras. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 153).

Demonstramos como JG e CPJ tratam de alguns temas relacionados ao engenho de açúcar e lhe atribuem importância, a partir das fontes consultadas e contrastadas, além obviamente, da percepção de sua importância para a economia política e para a organização social da colônia. Nos concentramos no uso que os autores fazem de documentos para constatar certo atraso técnico dos engenhos no Brasil. A contrapartida é que em *Dialética Radical* a apreensão do período é mais estrutural e menos descritiva que em *Formação do Brasil*, ao passo que é mais histórica, no sentido do estabelecimento da temporalidade dos processos, que *O Escravismo Colonial*. Isto porque o autor está preocupado não com a definição efetiva do modo de produção no Brasil colonial, embora parta do pressuposto que seja modo de produção escravista, com a sua formação em traços gerais ou à procura de um sentido e do estabelecimento de conexões com a totalidade orgânica do modo de produção que se gestava

na Europa. Ainda que esta conexão apareça na obra, sua intencionalidade é traçar o panorama da transição do modo de produção escravista para o capitalismo no Brasil, tendo em vista o trabalho escravo e os desdobramentos de sua posterior contradição com o capital.

É por ter como centro da análise a movimentação dos escravizados que CM analisa o engenho de açúcar, como falamos acima, de forma mais estrutural. O livro DRBN já tem início com a transição do Escravismo Pleno ao Tardio e, por isso, é que não observamos minuciosas análises da produção interna nas fazendas escravistas. A sinalização da dominância delas não deixa de ser expressa (MOURA, 1994, p. 82-85). E o desdobramento desse período é a manifestação da organização e da resistência de maneira radical, por meio de revoltas e rebeliões.

A seguir veremos o quadro com a disposição das referências em comum citadas em FBC e DRBN. A ideia é situarmos com mais nitidez cada obra em seu contexto. Não é a simples constatação das referências em comum que nos levará a conclusões, mas também a percepção espelhada de tudo aquilo que foi consultado de diferente. Veja-se:

QUADRO 3 – Sistematização das referências (FONTES PRIMÁRIAS e SECUNDÁRIAS) citadas em *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura e *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Júnior:

MOURA, Clóvis. <b>Dialética radical do Brasil negro</b> . 2ª ed., - São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014. / PRADO Jr., Caio. <b>Formação do Brasil Contemporâneo</b> .; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.					
		<b>Dialética Radical do Brasil Negro</b>		<b>Formação do Brasil Contemporâneo: colônia</b>	
<b>Autor</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b>					
ANTONIL, André João	Livro	Cultura e opulência do Brasil	1950	Cultura e opulência do Brasil	1923
BONIFÁCIO, José.	Livros	Representação Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Paris	s/d	Memória sobre a pesca das baleias e extrações do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias	1790
COUTY, Louis	Livros	O Brasil em 1884 – Esboços sociológicos	1984	L'Esclavage au Brésil	1881

<b>FONTES SECUNDÁRIAS</b>					
ABREU, Capistrano	Artigo em revista  Livro	Conf. Trabalhos dos primeiros jesuítas	s/d	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	1930
	Livros	Introdução aos Diálogos das grandezas do Brasil	1943	Capítulos de história colonial (1500-1800)	1928
AZEVEDO, J. Lúcio de	Livros	Épocas de Portugal Econômico	s/d	Novas panáforas	1932
FREYRE, Gilberto	Livro	Casa Grande e Senzala	1943	Casa Grande e Senzala	1933
	Livros	Problemas Brasileiros de Antropologia	1943	Nordeste	1937
	Livros	Ordem e Progresso	s/d	Sobrados e mocambos	1936
HANDELMAN, Henrique.	Livro	História do Brasil	1978	História do Brasil	1931
RAMOS, Artur	Livros	O negro brasileiro	1940	Culturas negras no Novo Mundo	1937
RODRIGUES, José Honório	Livro  Artigo	Independência: revolução e contrarrevolução – Economia e Sociedade	1975	A literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX	1942
RODRIGUES, Nina	Livro	Os africanos no Brasil	1945	Os africanos no Brasil	1931
TORRES, Alberto	Livro	O problema nacional brasileiro	1938	O problema nacional	1914
	Livro	As fontes de vida no Brasil	1915	—	—
VARNHAGEN, F. Adolfo.	Livro	Não cita obra [nota 25, p. 156- 157]	s/d	História geral do Brasil	s/d
VIANNA, Oliveira	Livros	Evolução do povo brasileiro	1956	Populações meridionais do Brasil	1922
	Livro	Raça e assimilação	1932	—	—

O número de fontes secundárias em comum em DRBN e FBC é maior que o número de fontes primárias, podemos ver nomes como Capistrano de Abreu do século XIX, mas podemos também ver nomes consagrados como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, José Honório Rodrigues, Nina Rodrigues, Alberto Torres e Oliveira Vianna que produzem no início e ao longo da primeira metade do século XX, alguns vinculados ao IHGB. Embora esses nomes

circulem como referências comuns, dada a importância de seus estudos e a consagração como grandes intelectuais, apenas os livros: *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, *O problema nacional brasileiro*, de Alberto Torres, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *História do Brasil*, de Heinrich Handelman (1827-1891) foram citados por Prado e Moura.

No caso das fontes primárias, o livro *Cultura e Opulência do Brasil*, de André João Antonil e aparecem citados em comum. A característica principal das fontes primárias, mais uma vez, não é a de documentos como obituários, registros de nascimento, casamento, propriedade, autos, etc., mas grandes diários ou ensaios escritos por viajantes estrangeiros. Cabe lembrar que no caso de DRBN a *Introdução* escrita por Capistrano de Abreu ao livro publicado em 1930, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, sem autor definido, figura por vezes como depoimento da época. Louis Couty é citado por como fonte primária, pois são invocadas cartas trocadas com Antonio Prado (tio avô de CPJ), que demonstram a concepção imigrantista da época<sup>65</sup> (MOURA, 2014, p. 114-115; 264).

Já CPJ utiliza Couty para compreender a população marginal no seio da escravidão. A partir de suas afirmações contrastadas com as de Vilhena o autor vai desvendando a origem dessa enorme camada da população, que não sendo proprietária e nem escrava, vivia de favores, sem nexos ou vínculos produtivos duradouros. Podiam ser agregados, ou simples protegidos de senhores de engenho que eram pagados esparsamente para a prestação de pequenos serviços. Por vezes eram relegados a completa situação de marginalidade. A principal contribuição de FBC acerca dessa questão é justamente perceber que essa camada é estrutural da escravidão no Brasil, não configura um fenômeno excepcional<sup>66</sup> (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 298-300).

A análise das referências em comum e das diferentes fontes consultadas e citadas, não apenas contextualiza linguisticamente as obras, ou seja, torna evidente através dos próprios textos o contexto de debates e discussões aos quais se inserem, como no permite verificar um trabalho existente na retaguarda da narrativa. Como dissemos, a importância do engenho é salutar e é a partir do contraste das fontes e de sua percepção num contexto amplo da economia política da escravidão que os autores a constatarem. Embora Moura não se detenha na análise

---

<sup>65</sup> As páginas despendidas por Moura para tratar do imigrantismo de Louis Couty e Antonio Prado irmão de Martinico Prado (avô de Caio Prado Jr.) e fundador da Sociedade Protetora da Imigração. Essas pequenas passagens em *Dialética Radical* podem ser vistas com certa semelhança a *Capitalismo e Escravidão* escrito como tese pelo trinitino Eric Williams enquanto estudava na Universidade de Oxford. O autor negro entre outras coisas denunciou a origem escravista de muitos políticos e parlamentares britânicos, em alguns casos antepassados de seus colegas de turma na universidade, cf. WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Tradução e notas de Carlos Nayfeld, Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975, p. 199-218.

<sup>66</sup> Para melhor apreensão, cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora UNESP/ Editora Brasiliense, 1989, p. 377-406.

pormenorizada da produção no interior do engenho, as referências similares e o direcionamento para a compreensão do vínculo do engenho com o mercado internacional o fazem, assim como Gorender e Caio, toma-lo como central na vida orgânica da colônia.

White não se ateuve as diferentes construções dos objetos de pesquisa dos historiadores, apenas afirmou que as narrativas é diferenciam trabalhos históricos detidos sobre o mesmo tema. Como se os fatos históricos estivessem dados e não precisassem de pesquisa, a produção histórica se relegaria a capacidade literária, inventiva ou mesmo artística do historiador em argumentar e prefigurar o tempo passado, atribuindo sentido aos fatos. Nos casos observados vemos um árduo trabalho de investigação que vai reorientando a construção dos objetos, que por fim, acabam sendo distintos. Podemos ver abaixo a comparação entre referência primárias de DRBN e OEC para darmos continuidade a análise:

QUADRO 4 – Sistematização das referências (FONTES PRIMÁRIAS) citadas em Dialética Radical do Brasil Negro, de Clóvis Moura e O Escravismo Colonial, de Jacob Gorender:

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2ª ed., - São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014. / GORENDER, Jacob. <b>O Escravismo Colonial</b> . 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.					
		<b>Dialética Radical do Brasil Negro</b>		<b>O Escravismo Colonial</b>	
<b>Autor</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b>					
ANTONIL, André João	Livro	Cultura e opulência do Brasil	1950	Cultura e opulência do Brasil	1967
COUTY, Louis	Livro	O Brasil em 1884 – Esboços sociológicos	1984	Le Brésil en 1884	1884
	Livro	—	—	L'Esclavage au Brésil	1881
	Livro	—	—	Étude de biologie industrielle sur le café	1883
	Livro	—	—	Rapport sur le maté et les conserves de viande	1880
DEBRET, Jean Batista	Álbum iconográfico de viagem	Viagem pitoresca e histórica ao Brasil	s/d	Viagem pitoresca e histórica ao Brasil	1972
	Livro	Relatório sobre as		Relatório sobre as Capitánias	

DUSEN, Adrian van Der		Capitanias conquistadas o Brasil pelos Holandeses	1947	conquistadas o Brasil pelos Holandeses (1639)	1947
	Doc.				
EWBANK, Thomas	Livro: diário de viagem	A vida no Brasil ou – Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras	1973	A vida no Brasil	1973
GANDAVO, Pero de Magalhães	Livro	História da Província de Santa Cruz: Tratado da Terra do Brasil	1964	História da Província de Santa Cruz: Tratado da Terra do Brasil	1964
SOUZA, Gabriel Soares de	Livro	Tratado Descritivo do Brasil	1938	Tratado Descritivo do Brasil em 1587	1971

Em DRBR e OEC podemos observar que há recorrência da análise de crônicas dos viajantes do século XVIII e XIX, sete autores são consultados em comum. Observamos que há maior consulta de Gorender a obra de Louis Couty. Em suma, os documentos servem como material descritivo para a construção da argumentação dos autores, ao longo de seus textos. Servem de embasamento para a análise e interpretação das condições de vida, das condições de locomoção, da produção material, dos gêneros alimentícios plantados, da organização da lavoura e para apreensão do regime de trabalho em cada região do Brasil. No caso de Moura, em DRBN, há também análise das leis que organizavam o regime político e estruturavam ideologicamente a escravidão e como essas leis foram sendo alteradas em função da dinâmica produtiva do escravismo. Há nitidamente uma maior possibilidade de acesso às fontes do que ocorre com CPJ na década de 1940. Vemos que os autores consultaram citaram em comum 6 dos 10 livros utilizados. Mais uma vez o texto *Cultura e opulência do Brasil* está sinalizado.

Um número grande de fontes secundárias (ver ANEXO A), por outro lado, foram consultadas e referenciadas e conectam as obras OEC e DRBN. Desde estudos do IHGB sobre o século XIX até ensaios de interpretação histórica como é caso de *História Econômica do Brasil*, do Roberto Simonsen e *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior. Vale lembrar que livros de Oliveira Vianna, Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre também constam nas referências. Os autores ainda passam por textos da Escola Paulista de Sociologia, como é o caso de *Raças e Classes no Brasil*, de Octávio Ianni e *Branços e negros em São Paulo*, de Florestan Fernandes e Roger Bastide, ou mesmo textos de Fernando Henrique

Cardoso, entre outros. Cabe mencionar os estudos como os de Emília Viotti da Costa e Maria Sylvia de Carvalho Franco, mais monográficos e já em uma época em que a produção de teses na Universidade de São Paulo se organizava em torno de projetos de pesquisa propostos pelos professores. Assim, no caso de DRBN, constam citadas 19 mulheres (contra as 20 citas em OEC), cujos textos possuem amplamente o caráter monográfico, do total de aproximadamente 331 referências entre textos, livros e artigos. Não contamos as revistas, cartas e legislações.

Uma outra observação que nos salta aos olhos é o maior diálogo com a produção “pecebista” como é o caso dos textos referenciados de Nelson Werneck Sodré, ao longo do século XX, um dos principais teóricos próximos ao PCB, ou textos de Vicente Salles, Leôncio Basbaum e os próprios textos de Caio Prado Jr. No caso de OEC vemos a citação de Clóvis Moura a partir do livro *Rebeliões da Senzala*, além de Décio Freitas, José Honório Rodrigues e Edison Carneiro. São articulados, já nas fontes secundárias dos autores, a historiografia brasileira capitaneada pelo IHGB, o ensaísmo de interpretação histórica do Brasil, a produção intelectual marxista do PCB e, em alguma medida, a produção histórica e sociológica marxista e não-marxista estrangeira, como é o caso de *História Econômica Geral*, de Max Weber ou textos de autores como Leslie Bethell e mesmo de Eric Williams, marxista caribenho.

Com este subitem tentamos evidenciar que o engenho de açúcar ser tomado com centralidade nos três livros não é uma opção de cada autor para adornar as narrativas, mas pelo contrário a importância vai sendo constatada na medida em que as fontes são questionadas. Isso não significa que as narrativas serão iguais ou mesmo, como vimos no caso de DRBN, que os objetos de pesquisa são iguais. As narrativas são diferentes ainda que partam de fontes documentais parecidas, as vezes das mesmas fontes, justamente por que os fatos não estão dados. White erra ao dizer que a narrativa é que diferencia os trabalhos, pois não deixa a possibilidade de que os fatos históricos sejam “construídos” por cada pesquisa.

### 3.3 DIFERENTES FONTES USADAS E DIFERENTES CONSTRUÇÕES DO OBJETO

*Mas a verdade era que cada um de nós teve consciência, em algum momento, de que não era de fontes oficiais que estávamos obtendo os fatos que se encaixavam num quadro muito diferente daquele tornado público. Sequências de palavras cristalizavam acontecimentos em um quadro, quase numa história: E assim isso aconteceu, e fulano disse... mas cada vez mais frequentemente estas eram palavras soltas durante uma conversa casual, e talvez até mesmo pela própria pessoa.*

***Memórias de um sobrevivente - Doris Lessing***

Não podemos dizer que FBC seja determinista no sentido proposto por White, apenas por dispor em seu primeiro capítulo a tese principal *O Sentido da Colonização*, que se desdobra nos demais capítulos. Chamar a tese de determinista é simplificar a correspondência que existe entre a síntese que o autor faz no primeiro capítulo de tudo que foi disposto no suceder do texto. As mediações não são de ordem determinista, mas de modo muito complexo, tudo que se dispõe desde o ponto inicial não nega, subverte ou supera a tese primária, pelo contrário, apenas a reforçam e são por ela reforçados. ´

O mesmo ocorre com Moura, não se pode dizer que DRBN seja determinista. Em seu primeiro capítulo *Do escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*, Moura traça um panorama estrutural da gênese, desenvolvimento e dissolução do modo de produção escravista, para então ao longo do livro desdobrar questões como a migração, o racismo, a organização cultural de resistência dos negros etc., o conteúdo do principal e primeiro capítulo não funciona como um determinante para o desdobramento, mas funciona como um condicionante, isto é como a organização material que impõe os limites à ação dos sujeitos históricos. Essa ação se desdobra posteriormente na tentativa de negar ou resistir ao conteúdo exposto no início. White confunde forma e conteúdo, coisas diferentes que estão intimamente conectadas, se isto ocorre é apenas porque o autor desloca o estudo de filosofia da história para o discurso.

Quanto a Gorender, em OEC., temos a produção que mais foge à regra estabelecida por White. A dimensão mais estrutural, ou categorial-sistemática como denomina o próprio autor, leva a uma apreensão menos cronológica que os outros textos. Dificilmente se poderia dizer como pretende White, que se compreende OEC percebendo a sua forma narrativa, ou seja, os modos de implicação ideológica, de tramar, e de argumentação. O livro está permeado de quadros, de comparações entre fontes e bibliografia secundária e neste sentido poderíamos dizer que está muito mais ao sabor dos Annales com relação ao problema da narrativa, do que próximo de ser caracterizado como um romance, uma comédia, uma sátira ou tragédia.

Esperamos ter tornado mais visível o trabalho de pesquisa presente em cada texto, ademais, termos contribuído para enfraquecer as proposições de White, na medida em que o embate com as fontes demonstra a “construção” ou elaboração dos fatos históricos que são utilizados em cada texto, constituindo assim objetos diferentes que contribuem para um mesmo tema geral e que partem de um mesmo método, ainda que tome características distintas ao longo das investigações e exposições.

Tentamos evidenciar o contexto de debates nos quais se inserem não apenas para historicizá-los, mas para demonstrar uma das características próprias da ciência que é o



conjunto de produções acerca de um dado tema ou objeto. Abaixo podemos conferir as aproximações entre as três obras:

QUADRO 5 – Sistematização das referências (FONTES PRIMÁRIAS e SECUNDÁRIAS) citadas em *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura, *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender e *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Júnior:

PRADO Jr., Caio. <i>Formação do Brasil Contemporâneo</i> ; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011. / GORENDER, Jacob. <i>O Escravismo Colonial</i> . 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. / MOURA, Clóvis. <i>Dialética radical do Brasil negro</i> . 2ª ed., - São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014.							
		Formação do Brasil Contemporâneo		O Escravismo Colonial		Dialética Radical do Brasil Negro	
Autor	Tipologia	Texto	Data de publicação	Texto	Data de publicação	Texto	Data de publicação
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b>							
ANTONIL, André João	Livro	Cultura e opulência do Brasil	1923	Cultura e opulência do Brasil	1967	Cultura e opulência do Brasil	1950
BONIFÁCIO, José.	Livros	Memória sobre a pesca das baleias e extrações do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias	1790	Escritos políticos	1964	Representação Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Paris	s/d
COUTY, Louis	Livros	L'Esclavage au Brésil	1881	L'Esclavage au Brésil	1881	O Brasil em 1884 – Esboços sociológicos	1984
	Livro	—	—	Rapport sur le maté et les conserves de viande	1880	—	—

	Livro	—	—	Étude de biologie industriel le sur le café	1883	—	—
FONTES SECUNDÁRIAS							
ABREU, Capistrano	Livros/ Conf.	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	1930	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	1960	Conf. Trabalhos dos primeiros jesuítas	s/d
	Livros	Capítulos de história colonial	1928	Capítulos de história colonial	1954	Introdução aos Diálogos das grandezas do Brasil	1943
FREYRE, Gilberto	Livro	Casa Grande e Senzala	1930	Casa Grande e Senzala	1960	Casa Grande e Senzala	1943
	Livros	Sobrados e mocambos	1936	Sobrados e mocambos	1968	Problemas Brasileiros de Antropologia	1943
	Livros	Nordeste	1937	Nordeste	1961	Ordem e Progresso	s/d
HANDELMAN, Henrique	Livro	História do Brasil	1931	História do Brasil	1931	História do Brasil	1978
VARNHAGEN, F. Adolfo.	Livro	História Geral do Brasil	s/d	História Geral do Brasil	s/d	Não cita obra [nota 25, p. 156-157]	s/d
VIANNA, Oliveira	Livros	Populações meridionais do Brasil	1922	Populações meridionais do Brasil	1922	Evolução do povo brasileiro	1956
	Livro	—	—	—	—	Raça e assimilação	1932

No caso das referências em comum nas três obras analisadas (FBC, OEC e DRBN) podemos observar, em relação as fontes primárias, a recorrência do livro *Cultura e opulência do Brasil*, de João André Antonil. No livro, Antonil descreve as condições de trabalho e sua

organização no período colonial, sobretudo nas plantações e engenhos de açúcar. Entre os três OEC é quem mais cita Louis Couty, citando três de seus estudos. A pequena quantidade de fontes primárias citadas comuns entre os três atesta uma grande variedade de fontes possíveis para o período. Apenas OEC não tem a intenção de compreender a transição para o trabalho livre e, por isso, não tem os estudos voltados para o século XIX. Em DRBN isto é mais evidente, e em FBC o século XIX é o grande pano de fundo cronológico, temporalidade onde culmina a Independência.

No caso das fontes secundárias, Capistrano de Abreu figura com certa importância pela inovação e contraponto a Varnhagen e Oliveira Vianna também representante do IHGB, teórico que antecede a produção de Gilberto Freyre. A passagem do século XIX para o XX é consultada, sobretudo, por esses dois últimos. Assim, fica evidente a ligação entre a historiografia brasileira propriamente dita e o ensaísmo de interpretação histórica, ambos consultados e referenciados nas três obras analisadas. Podemos situar Varnhagen entre as fontes secundárias, já que foi um dos primeiros historiadores do Brasil, além de membro do IHGB.

Oliveira Vianna figura como o grande marco para o debate da cultura, sobretudo por ser dos principais autores racistas. Freyre situa a “geração de 30”, Handelman, Abreu e Varnhagen a historiografia brasileira. Podemos dizer que o único autor marxista que conecta os três é o próprio Caio Prado Júnior

Fontes usadas:

- A) Crônicas de viajantes;
- B) Cartas (régias ou não);
- C) Legislação (encontradas nos Anais da Biblioteca Nacional);
- D) Historiadores do IHGB, tomados como testemunhos de sua época;
- E) Dados e tabulações oficiais a partir de estatísticas alfandegárias, aduaneiras ou mesmo de censos (retirados direta ou indiretamente);
- F) A própria experiência de viagem pelo Brasil;
- G) Bibliografia secundária: monografias, artigos, dissertações, livros, ensaios;

Para uma tipologia do uso das fontes:

- a) Moura e Gorender cotejam crônicas com bibliografia secundária;
- b) Caio, Gorender e Moura cotejam crônicas com outras crônicas;
- c) Caio, Gorender e Moura cotejam crônicas e testemunhos de época com legislações de época;

- d) Caio coteja crônicas com sua experiência de viagens;

Desenvolvemos nos subitens uma pequena análise do embate que os autores tiveram com as fontes. Em primeiro lugar, a orientação dos estudos que os autores empreenderam é nitidamente o presente. Não desenvolvemos aqui as vidas e a relação com as obras dos autores, mas o método, os problemas, os debates, a forma de exposição, tudo internamente aos textos, como tentamos demonstrar, corresponde ao compromisso de conhecer o real, aproximar-se do real. Tentamos demonstrar que o movimento de contrastar as fontes, elaborar os dados, contextualizá-los para chegar o mais próximo possível do objeto está intimamente vinculado ao trabalho desses autores e desses livros que podem ser tomados como narrativas históricas ou como obras históricas.

Em segundo lugar, sobretudo no subitem em que falamos sobre os engenhos de açúcar, tentamos evidenciar como os fatos históricos não estão dados. Cada um dos três autores, embora refiram-se de modo amplo ao mesmo tema, ao mesmo território e a mais ou menos o mesmo recorte temporal, os fatos trabalhamos não são necessariamente apreendidos da mesma maneira. O trabalho de pesquisa vai constituindo os fatos históricos para serem trabalhados, para as fontes serem questionadas, como vimos ao longo dos subitens, e para serem selecionados por fator de importância, num movimento que guiado pelo método, leva o autor a ir da aparência a essência do fenômeno. Se o movimento é bem feito, o autor consegue selecionar aqueles fatos basilares para todo o fenômeno, ou seja, aqueles que se fossem retirados ou não tivessem existido, alteraria por completo o fenômeno ou mesmo significaria a inexistência dele.

As formas de tramar, de argumentar e de implicação ideológicas propostas por White também foram questionadas, na medida em que os recursos estilísticos dos autores não são o primordialmente diferenciam suas obras. É o trabalho de pesquisa, a boa inspiração no método, os problemas formulados e os contextos históricos, intelectuais ou linguísticos que contribuíram para suscitar-lhes debates e problemas específicos nas décadas de 1940, 1970 e 1990. Em cada momento, ao longo do século XX, fomos percebendo a partir da contextualização feita, que o a ampliação dos institutos e universidades no Brasil possibilitou um acesso maior a pesquisas monográficas e mesmo a fontes primárias, sem mencionar a relação com outras ciências a Gorender e Moura. Caio Prado Júnior iniciou sua produção quando a USP acabara de ser fundada, mas sua condição aristocrática permitia viajar, estudar e conhecer os principais debates, livros, consultar arquivos do Brasil e da Europa. Assim, pouco importa se uma obra é estruturada por romance ou por comédia, se não ficar evidente todo o esforço de investigação e o método percorrido.

Em terceiro lugar, tentamos deixar evidente que os modos de tramar ou de narrar não estão disponíveis para os historiadores, para que os utilizem sem qualquer correspondência com o trabalho de pesquisa feito. Mesmo alguns temas não podem ser narrados como comédia, o exemplo do Holocausto poderia favorecer a compreensão, mas basta situarmos os próprios estudos dos autores, a escravidão moderna não poderia ser narrada por um trabalho historiográfico como comédia. Se assim fosse, haveria uma total ruptura entre a narrativa e os acontecimentos que se desdobraram no tempo e no espaço.

Vimos, em quarto lugar, que para White a História não se ocupa e não deve se ocupar da formulação de leis gerais. Em OEC e DRBN é onde esse trabalho fica mais evidente. Se por um lado Gorender aponta as leis tendenciais de funcionamento interno do modo de produção escravista colonial, por outro Moura nos dá a tendência da resistência escrava em dois períodos diferentes do escravismo no Brasil. O estabelecimento de leis gerais é um dos recursos da historiografia não simplesmente para tornar compreensível o que “é” incompreensível como pressupõe White. Mas é o recurso para expor o real concreto em forma de pensamento, portanto, de abstração, livrando-se de tudo aquilo que na aparência o deturpa, reestruturando-o a partir da essência, para depois voltar a aparência.

Por fim, tomamos o problema das proposições narrativistas, a partir de Hayden White, pela raiz e tentamos contribuir para o seu enfraquecimento. Todos os problemas em suas proposições derivam da importância atribuída à narrativa na obra histórica. White não se furta em primeiro opor a escrita da história da pesquisa histórica, e segundo, invisibilizar a pesquisa, tomando a obra histórica como um jogo de palavras e argumentos oriundos da implicação ideológica do historiador. A narrativa faz parte da escrita da história, como faz parte do conhecimento humano, mas não é central na escrita da história a ponto de descaracterizá-la e tomar-lhe o lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Maria cai na estrada outra vez  
Onde se ganha o pão também leva a sua cria  
Maria do caminho certo, tá na corda bamba  
Leva a sua mercadoria, que no popular  
Se chama muamba  
Maria se põe a pensar, quem é dona de quem  
As coisas são livres e eu sou refém.*

**Paulo Roberto Costa da Silva**

Ao partir da entrevista de Clóvis Moura conseguimos desenvolver uma explicação para a história da historiografia ou do pensamento social brasileiro que o próprio autor deixa incipiente como uma crítica: “a história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita”. Tentamos contextualizar a entrevista de modo a compreender o que Moura queria dizer com essa afirmação, vendo que o autor a poucos anos travara intensos debates com a historiadores acadêmicos vinculados a História Social do Trabalho, pudemos situar a afirmação do autor como parte ainda desses debates. Para além dessa seara, forjava-se ali um panorama histórico do pensamento social brasileiro que questiona suas três principais matrizes: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

A partir do contextualismo linguístico (2005) como método, inspirados ainda nas advertências de Benjamin (1987), decidimos por analisar a categoria trabalho, reivindicada por Moura e usada para criticar toda a produção teórica anterior no Brasil, em obras de três autores: Caio Prado Júnior, mencionado por Moura como inaugurador do que poderia vir a ser uma “visão dialética da história”, Jacob Gorender mencionado como um dos autores independentes que não se submeteu ao pensamento acadêmico, além do próprio entrevistado. Foram selecionadas o que se considera as principais produções de cada um. Parte de nossa limitação esteve em não ter disponíveis os arquivos pessoais dos autores, o que nos direcionou para problematizações que tendo os arquivos, poderiam ter sido outras. Uma vez escolhido o contextualismo linguístico, era de suma importância termos trabalhado com as primeiras edições de cada obra, dado que a contextualização é a premissa dessa abordagem. Não foi possível neste estudo.

No entanto, conseguimos problematizar a História das Ideias a ponto de contribuir para este domínio que ao longo da produção acadêmica brasileira os marxistas e os legatários da primeira geração dos Annales têm deixado a deriva (FALCON, 1997). Para isso tentamos empreender uma discussão que levasse em consideração as ideias e sua produção historicamente condicionada, ainda partindo do texto para empreender o estudo.

Tomadas como narrativas de história do Brasil a partir do trabalho, pudemos evidenciar desdobrar os contextos nos quais se inserem, para melhor compreender os textos. Fizemos uma primeira sistematização das intersecções entre os textos, apontando as citações diretas e indiretas que nos permitiu evidenciar os seguintes debates gerais: A) método de análise; B) debate sobre a formação e o modo de produção no Brasil colônia e contemporâneo; C) debate sobre a Revolução Brasileira; D) centralidade da categoria trabalho. A última intersecção entendida também como premissa foi confirmada em parte, já que o uso da categoria e a função ocupada em cada texto, como vimos, é diferente. Mais relacional e articulado em OEC, do que em FBC por exemplo.

*Em Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* foi escrito no desenrolar do Modernismo, dos ensaios de interpretação histórica, da historiografia e nos anos iniciais do marxismo no Brasil. No tangente a categoria “trabalho”, pode-se dizer que o autor empreende, por um lado uma ruptura com relação a seus pares de classe, isto é, com os intelectuais oriundos da burguesia e, por outro, que inaugura uma “janela interpretativa” em relação a seus camaradas de partido e demais intelectuais comprometidos com a transformação revolucionária da sociedade. Nos dois casos apontados o autor foi marginalizado. A escola teórica que o canonizou anos mais tarde, em meados da década de 1960, não era a qual o autor professava sua fé ao longo dos anos de militância política. A CEPAL oficializou muitas das teses pradianas na universidade brasileira, seguinte de historiadores como Fernando Novais.

O percurso da categoria “trabalho” indica, no entanto, que para o autor seu uso não significou a interpretação do Brasil colônia em termos do escravismo como um modo de produção, ainda que a escravidão tenha sido considerada a principal relação social de produção no período. Para Caio, o mercado e a tendência mercantil da “empresa colonial” condicionaram a produção na colônia e só no século XIX alcançaria esgotamento político e jurídico. Assim, não se podia pensar em dinâmicas internas próprias que não revelassem um condicionamento exógeno.

No caso de Jacob Gorender em *O Escravismo Colonial*, a categoria possui centralidade para a caracterização do modo de produção no Brasil colônia. Rompe com a tese canonizada que advogava certos “resquícios feudais” no Brasil contemporâneo e a “feudalidade” no Brasil colonial, como já havia feito CPJ, bem como, com o dualismo que hora se apresentava em teses que entendiam o período como feudal, hora nas teses que o entendiam como capitalista. O autor empreende um estudo singular na historiografia brasileira, com o intuito de demonstrar as leis tendenciais internas de um modo de produção específico e novo historicamente. Essa

proposição, por mais que tenha sido de difícil defesa, ia na contramão dos esquemas aceitos pelos comunistas e mesmo pelos não-comunistas nas organizações e na academia brasileira.

Moura, por outro lado, em *Dialética Radical do Brasil Negro* mantém-se como um arauto do materialismo histórico (em cuja centralidade é a contradição capital-trabalho) em plena década de 1990, diante da suposta “crise do marxismo”, da vitória da contrarrevolução mundial, da dissolução de várias experiências socialistas e do domínio do neoliberalismo na organização política de boa parte dos países dependentes.

A categoria “trabalho” no conjunto de sua obra não nos permite evidenciar a caracterização que possui o modo de produção na colônia, ou seja, se o escravismo é um modo de produção específico ou uma relação de produção acoplada ao capital mercantil europeu (gênese do capitalismo). Mas em DRBN esta definição é peremptória, indicada como modo de produção escravista e não modo de produção escravista colonial. As diferenças são significativas do ponto de vista da economia política interna o que nos indicou a não completa permeabilidade das teses de Gorender e Ciro Cardoso na obra de Moura. Ainda que a própria exclusão do “colonial” signifique romper com o que há de pradeano na proposição de Gorender. O traço contraditório é ao mesmo tempo em que Moura ressalta o escravismo no Brasil como parte da gênese do capitalismo na Europa e por isso o caráter mercantil de sua gênese, internamente não teria diferenças significativas do escravismo clássico, como apontado em seu dicionário e como a supressão do termo colonial sugere.

Sua contribuição foi maior em desvencilhar os entraves à compreensão da formação social, entendida como o conjunto entre a estrutura produtiva e as formas político-jurídicas e ideológicas de sua manutenção, nela encontra-se o racismo. Dessa forma, conseguiu captar com certa antecedência a ação política dos escravizados e forros negros ao longo da história do Brasil, inovando em demarcações temporais e históricas para captar a gênese, o apogeu e a crise do escravismo. Essa delimitação cronológica de transição do escravismo é assentada nas relações de produção, diferente da inspiração utilizada pelo autor, *História Econômica do Brasil* de CPJ.

Na seção III tentamos problematizar a narrativa, pois havíamos tomado cada texto dos autores como narrativas históricas do Brasil a partir do trabalho. Elaboramos uma síntese das principais proposições de Hayden White, autor que entifica o narrativismo, formulamos críticas e pudemos confirmá-las na análise do embate com as fontes primárias que os autores tiveram no processo de pesquisa e investigação de seus textos. Cada autor possui uma compreensão acerca da narrativa na escrita da história, que pudemos também apreciar ao longo do trabalho. Vimos que comungam de uma mesma defesa intransigente: seu caráter científico.



Elaboramos quadros das referências primárias e secundárias em comum que puder evidenciar o contexto de debates em que se inseriram, as diferenças de acesso a materiais primários e secundários, o próprio avanço da produção de monografias sobre história da escravidão, mas sobretudo o trabalho de pesquisa anterior para a escrita de cada um dos textos.

Essas sistematizações contribuíram para irmos à raiz do problema do narrativismo: tomar a narrativa como forma única da escrita da história, desvencilhada do trabalho de pesquisa. Dessa proposição, como vimos, se desdobram todas as demais, no contexto de relativismo, ceticismo pós-modernos. Os textos FBC, OEC e DRBN contribuíram para o enfraquecimento dessas teses, na medida em que mesmo a partir dos próprios textos, isto é, de uma análise interna, se pode perceber o trabalho de investigação e pesquisa. Ainda que sejam narrativas históricas do Brasil, não perdem o caráter científico e por isso se aproximam mais da Literatura. O que está em jogo na produção historiográfica em específico e na produção de conhecimento humano em geral, colocado pelos narrativistas, não é a relativização da verdade apenas, mas possibilidade de não haver mais conhecimento humano objetivo e por conseguinte a possibilidade de alterar as relações sociais.

## REFERÊNCIAS

TEXTOS E LIVROS DE CAIO PRADO JÚNIOR, JACOB GORENDER E CLÓVIS MOURA

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016a.

\_\_\_\_\_. Do pecado original ao desastre de 1964. In: D'INCAO, Maria Angela (org.) **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Editora UNESP/ Editora Brasiliense, 1989, p. 259-269.

\_\_\_\_\_. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MOURA, Clóvis. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. Pedro de Oliveira; Bernardo Joffily. **Revista Princípios**, São Paulo – SP, N. 37, maio, junho, julho, 1995, p. 51-57.

\_\_\_\_\_. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. 1ª ed. – Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. Atritos entre a história, o conhecimento e o poder. **Revista Princípios**, São Paulo, N. 19, p. 53-57, 1990. Disponível em <http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/19/cat/2004/atritos-entre-a-hist%C3%93ria-o-conhecimento-e-o-poder-.html> Acesso em: 01/07/2020.

\_\_\_\_\_. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

\_\_\_\_\_. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 7ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

\_\_\_\_\_. Caio Prado: “É preciso deixar o povo falar”. (entrevista), em Lourenço Dantas Mota, “Documento”, São Paulo, **O Estado de São Paulo**, 1978, pp. 14-15.

\_\_\_\_\_. QUE PAÍS É ESTE? In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, domingo, 21 de maio de 1978. In: [almanaque.folha.uol.com.br/entcaioprado.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/entcaioprado.htm) acesso em 18/03/2020.

ARTIGOS, TESES E LIVROS SOBRE CAIO PRADO JR.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora UNESP/ Editora Brasiliense, 1989, p. 377-406.

D'INCAO, Maria Angela (org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora UNESP/ Editora Brasiliense, 1989.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual**. 1ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 2007.

\_\_\_\_\_. **História, dialética e diálogo com as ciências sociais**: a gênese de Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr. (1933-1942). – São Paulo: Intermeios; USP-Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018. (Coleção Entr(H)istória).

LIMA, Airton Souza de. Caio prado Jr. e a polêmica “feudalismo-capitalismo”: pela desconstrução de consensos. In: **Revista Aurora** ano II número 3 – dezembro de 2008, p. 70-79.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. **Revista Memoria Americana** 16 (1) - Año 2008, págs. 63-84.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

PERICÁS, Luiz Bernardo; WIDER, Maria Célia. Caio Prado Júnior. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. F. **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Marco Antônio M. da. Desenvolvimento nacional, estrutura e superestrutura na obra de Caio Prado Júnior. **OIKOS** | Rio de Janeiro | Volume 8, n. 2 • 2009 | ISSN 1808-0235 | [www.revistaoikos.org](http://www.revistaoikos.org) | págs. 263-278.

SECCO, Lincoln Ferreira. **Caio Prado Júnior**: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008.

WIDER, Maria Célia. **Caio Prado Jr.**: um intelectual irresistível. São Paulo: Brasiliense, 2007.

#### ARTIGOS, TESES E LIVROS SOBRE CLÓVIS MOURA

ANDRADE, José Maria Vieira de. **Sem candura nas palavras**: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil (1959- 1995). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico**. 1ª ed. – São Paulo: Editora Dandara, 2019.

MALATIAN, Teresa Maria. Da antropologia cultural ao materialismo histórico: primeiros estudos de Clóvis Moura sobre o negro. In: **Revista de Teoria da História** — Volume 22, Número 02, 2019, pp. 123-136.

\_\_\_\_\_. **Um jornalista combatente: Clóvis Moura, Flama e a política cultural do PCB (1951-52)** In: *História* (São Paulo) v.37, 2018.

MESQUITA, Érika. **Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira**. – Campinas, SP: [s.n.], 2002 (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, no 3, 2003, pp. 557-577.

MOURA, Soraya. **Clóvis Moura: uma biografia**. Jeferson Garcia. Fundação Dinarco Reis, 29 de outubro de 2021. Disponível em: [https://fdinarcos.org.br/2021/11/04/clovis-moura-uma-biografia/?fbclid=IwAR1MC2HiY9YKblDgTePBTg7\\_1uMTV1OGudt6E4Qe6-OJn9zTwxMde4-Qi3I](https://fdinarcos.org.br/2021/11/04/clovis-moura-uma-biografia/?fbclid=IwAR1MC2HiY9YKblDgTePBTg7_1uMTV1OGudt6E4Qe6-OJn9zTwxMde4-Qi3I) (Acesso em: 04/11/2021).

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói: Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

\_\_\_\_\_. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. In: **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.18.1, 2011, pp.45-64.

ROCHA, Gabriel S. Escravidão e capitalismo na obra de Clóvis Moura. In: **Revista História e Luta de Classes**, ano 16, edição no 31, pp. 13-26, 2021.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **O contrário de “Casa Grande” não é Senzala. É Quilombo!** A categoria práxis negras no pensamento social de Clóvis Moura. -- Rio de Janeiro, Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

VIEIRA, Cléber Santos. Imprensa e resistência negra em Clóvis Moura: de documento histórico a grupo específico de autodefesa (1959-1983). In: **Patrimônio e Memória: São Paulo**, Unesp, v. 14, n. 1, janeiro-junho, 2018, p. 365-386.

#### ARTIGOS, TESES E LIVROS SOBRE JACOB GORENDER

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. **Novas fontes, novos olhares: uma análise das mudanças documentais na historiografia brasileira da escravidão**. XX encontro estadual de história de São Paulo – História: por quê e para quem? ANPUH-SP, 2016. Disponível em: <[https://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467763749\\_ARQUIVO\\_talhoanpuh2016.pdf](https://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467763749_ARQUIVO_talhoanpuh2016.pdf)> Acesso em: 21/09/2020.

CARDOSO, Lucileide Costa. Autoritarismo, controle e vigilância: Jacob Gorender na mira da repressão (1940-1980). In: **Revista Antíteses**, v. 6, n. 12, p. 310-335, jul./dez., 2013.

COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. In: BRAZ, Marcelo (org.). **Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil**. 1ª edição; São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERRARI, Andrés; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011.

FONTELLA, Leandro Goya e FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Acomodação, negação e adaptação: debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil)**, Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas, S. Maria, v. 9, n. 1, p. 121-140, 2008.

FURLANI, João Carlos; SENA, Nicodemo Valim de. Uma discussão historiográfica sobre o escravismo no Brasil: as perspectivas de Jacob Gorender e de Sidney Chalhoub. In: **Revista Vox**, n. 9, p. 88-107, jan.-jun. 2019.

GEBRAN, Philomena. Sobre o Escravismo Colonial. In: **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo, v.6, número 12, 1986, pp. 197-202.

LIMA, Vinicius Moreira de. O escravismo colonial e a formação do Estado Burguês no Brasil: comentários sobre uma controvérsia historiográfica. In: **Rev. Fac. Direito UFMG**, Número Esp. em Memória do Prof. Washington Peluso..., pp. 465 - 510, 2013.

MAESTRI, Mário. Jacob Gorender. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. F. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender. In: GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

\_\_\_\_\_. O Escravismo Colonial: a revolução Copernicana de Jacob Gorender: a gênese, o reconhecimento, a deslegitimação. In: **Cadernos IHU**. Ano 3 - Nº 13, pp. 1-44, 2005. In: < <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/013cadernosihu.pdf>> Acesso em: 17/11/2021).

MACIEL, David. **Jacob Gorender, intérprete do Brasil**. In: MACIEL, David; COSTA NETO, Pedro Leão da; GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos (orgs.). *Intelectuais, política e conflitos sociais*. Goiânia: Edições Gárgula: Editora Kelps, p. 106-137, 2020.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 1997.

PICOLI, Bruno A. **Jacob Gorender, o escravismo colonial e um debate ainda atual** – Bruno A. Picoli. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp->

content/uploads/2013/08/JACOB-GORENDER-e-o-Escravidismo-colonial.pdf> Acesso em: 29/04/2020.

QUADROS, Carlos Fernando de. **Jacob Gorender, um militante comunista: estudo de uma trajetória política e intelectual no marxismo brasileiro (1923-1970)**. Dissertação (Mestrado) ao Programa de Pós-Graduação em história Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Notas sobre Jacob Gorender: o engajamento do intelectual**. In: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/J-Gorender-notas-sobre-a-trajet%C3%B3ria-te-%C3%B3rico-pol%C3%ADtica.pdf> (acesso em 22/04/2020)

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. **Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista**. – Campinas, SP: Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2004.

#### OUTRAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; [introdução de Jacques Bidet]. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**. – 4ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-190, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: Obras Escolhidas vol. I; tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. – 4ª edição, 9ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Narrativa, sentido, história**. Campinas, SP – Papyrus, 1997. (Coleção Textos do Tempo)

\_\_\_\_\_. **O trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução à História**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edsusc, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Tradução de João Maia. – 3ª ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. In: Cad. AEL, v.14, n.26, 2009, pp. 14-46.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. - Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 139-188.

GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. Trad. Cid Knepel Moreira. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** – 27ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

INFRANCA, Antonino. **Trabalho, indivíduo e história: o conceito de trabalho em Lukács**. Tradução Christiane Basilio e Silvia De Bernardinis. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo; Marília, SP: Oficina Universitária Unesp, 2014.

LARA, Silvia. Quem eram os “negros do Palmar”? in: RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos; e CHALHOUB, Sidney (orgs.). **Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes**. Campinas, Editora da Unicamp, 2016, pp. 57-85.

LÖWY, Michael. Introdução. In: LÖWY, Michel (org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Trad. Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges. – 4ª ed., ampl. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LUKÁCS, Gyorgy. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do**

**Homem.** In:

<[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/bases\\_ontologicas\\_pensamento\\_atividade\\_homem\\_lukacs.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf)> Acesso em: 17/11/2021.

\_\_\_\_\_. Narrar ou descrever? In: LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. – 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-186.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Clássicos)

MELLO, Janaina Cardoso de. Dívida de Sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas – Pernambuco/ 1832 – 1835). In: **ANAIS do I Colóquio do LAHES**, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a31.pdf> > Acesso em: 06/11/2021.

MORAIS, Julierme. Hayden White lendo Karl Marx: reflexões acerca da repetição histórica. In: **Revista de Teoria da História**. Ano 5, Número 9, p. 303-337, 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideia de revolução no Brasil e outras ideias**. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016.

OLIVEIRA, Maria Izabel de Moraes. História Intelectual e teoria Política: confluências. In: LOPES, Marcos A. (org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 1). Tradução: Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RODRIGUES, José Honório. **História Combatente**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. História e historiografia. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1970.

SCHUWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**.



Trad. Laura Teixeira Motta – São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política**: sobre os métodos históricos. – Algés – DIFEL, Difusão Editorial, S.A., 2005.

SOUZA, Antonio Candido. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** – 27ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Tradução: Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, 2009.

WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. 1 ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

\_\_\_\_\_. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (org. e introdução). **Nova história em perspectiva**, vol. I. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

\_\_\_\_\_. Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1992.

\_\_\_\_\_. Enredo e verdade na escrita da história. In: MARLERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica a cultura**. Tradução de Alípio Crreia de Franca Neto. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Tradução e notas de Carlos Nayfeld, Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.

Z Aidan Filho, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas, SP: Editora Papirus, 1989.

## ROMANCES, CRÔNICAS, MÚSICAS, POEMAS E CONTOS

AMADO, Jorge. **Os ásperos tempos**: subterrâneos da liberdade I. Círculo do Livro S.A. – São Paulo, (s/d).

\_\_\_\_\_. **A luz no túnel**: subterrâneos da liberdade III. Círculo do Livro S.A. – São Paulo, (s/d).

ASSARÉ, Patativa do. **Patativa do Assaré uma voz do Nordeste**/introdução e seleção Sylvie Debs. – São Paulo: Hedra, 2000. – (Biblioteca de cordel)

ASSIS, Machado de. **Pai contra mãe**. In: Os cem melhores contos brasileiros do século / Ítalo Marconi (org.). – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BARRETO, Lima. **No ajuste de contas**. In: A crônica militante: seleção. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

BRECHT, Bertolt. **Cinco dificuldades de escrever sobre a verdade**. Tradução de Vitor Pordeu, Brasília: Abadia Catadora, 2012.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman, 19ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2020.

GARRET, Almeida. **Viagens na minha terra** – 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [19??].

GULLAR, Ferreira. *Toda Poesia (1950-1980)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.  
**O Vil Metal (1954-1960)**

GÓRKI, Máximo. **Ganhando meu pão**. Trad. Boris Schnaiderman, 3ª ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. Vol. I: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LE GUIN, Ursula K. **A mão esquerda da escuridão**. Trad. Susana L. de Alexandria – 2ª ed. – São Paulo: Aleph, 2014.

LESSING, Doris. **Memórias de um sobrevivente**. Tradução de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

LOBO, Mara. **Parque industrial**. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. (Patrícia Galvão – PAGU)

REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book)

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

**ANEXOS**

ANEXO A - QUADRO DE FONTES SECUNDÁRIAS EM *COMUM DE O  
ESCRAVISMO COLONIAL E DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO*

MOURA, Clóvis. <b>Dialética radical do Brasil negro</b> . 2ª ed., - São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014. / GORENDER, Jacob. <b>O Escravismo Colonial</b> . 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.					
		<b>Dialética Radical do Brasil Negro</b>		<b>O Escravismo Colonial</b>	
<b>Autor</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>
<b>FONTES SECUNDÁRIAS</b>					
ABREU, Capistrano	Artigo para IHGB	Conf. Trabalhos dos primeiros jesuítas	—	Capítulos de história colonial	1954
	Livro	Introdução aos Diálogos das grandezas do Brasil	1943	Introdução aos Diálogos das grandezas do Brasil	1977
	Livro	—	—	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	1960
ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de	Livro	Escravidão e Transição – O Espírito Santo (1850-1888)	1984	Escravidão e Transição – O Espírito Santo (1850-1888)	1984
ANDRADE, Manuel Correia de	Artigos	Escravidão e trabalho “livre” no Nordeste	1985	A terra e o homem no Nordeste	1963
	Artigos	A Cabanagem	1965	Economia pernambucana no século XVI	1962
	Artigos	O povo e o poder	1991	—	—
AZEVEDO, J. Lúcio de	Livro	Épocas de Portugal Econômico	s/d	Épocas de Portugal Econômico	1947
	Artigo	—	—	Os jesuítas no Grão-Pará	1901
BASBAUM, Leôncio	Livro	História Sincera da República	1986	História Sincera da República	1957

BETHELL, Leslie	Artigo	A abolição do tráfico de escravos no Brasil	1976	A abolição do tráfico de escravos no Brasil	1976
BOXER, C. R.	Livro	Relações raciais no império colonial português	1967	Relações raciais no império colonial português (1415-1825)	1967
	Livro	_____	_____	Os holandeses no Brasil	1961
	Livro	_____	_____	A idade de ouro no Brasil	1969
	Livro	_____	_____	The Portuguese Seaborne Empire (1415-1825)	1969
	Livro	_____	_____	Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)	1973
CALMON, Pedro	Livros	História do Brasil	1959	História da Casa da Torre. Uma dinastia de prisioneiros	1983
CAPELA, José	Livro	Escravidura – empresa de saque o abolicionismo	1974	Escravidura – empresa de saque o abolicionismo (1810-1875)	1974
CARDOSO, Ciro Flamrion	Livro	Escravo ou Camponês? – O protocampesinato negro nas Américas	1987	Agricultura, escravidão e capitalismo	1979
	Livros	A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo	1982	Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)	1984
CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio	Livro	Cor e mobilidade social em Florianópolis	1960	Cor e mobilidade social em Florianópolis	1960
CARDOSO, Fernando Henrique	Livro	_____	_____	Capitalismo e escravidão no Brasil meridional	1962

	Artigo para a Revista Brasiliense	_____	_____	Condições sociais e industrialização de São Paulo	1960
CARNEIRO, Edison	Livros	A Cidade de Salvador 1549 – uma reconstituição histórica	1980	Ladinos e crioulos	1964
CONRAD, Robert Edgard	Livro	Tumbeiros	1985	Tumbeiros	1985
	Livro	_____	_____	Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)	1975
COSTA, Emília Viotti da	Livro	Da Monarquia à República – momentos decisivos	1987	Da senzala à colônia	1966
	Artigo ao HGCB	_____	_____	O escravo na grande lavoura	s/d
CUNHA, Manuela Carneiro da.	Livros	Os direitos do Índio	1987	Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África	1985
CURTIN, Philip D.	Livro	The Atlantic Slave Trade – A Census	1969	The Atlantic Slave Trade – A Census	1975
DEGLER, Carl N.	Livro	Nem preto nem branco – escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos	1971	Nem preto nem branco – escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos	1976
EISENBERG, Peter L.	Livros	Modernização sem mudança. A indústria Açucareira em Pernambuco 1840-1910	1977	Modernização sem mudança. A indústria Açucareira em Pernambuco 1840-1910	1977
	Artigo em livro	A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878	1980	_____	_____
FERNANDES, Florestan	Livros	O negro no mundo dos brancos	1942	Mudanças sociais no Brasil	1960

	Livro	A integração do negro na sociedade de classes	1965	_____	_____
	Livro	Significado do protesto negro	1989	_____	_____
	Livro	A sociologia numa era de revolução social	1963	_____	_____
	Livro	A revolução burguesa no Brasil	1987	_____	_____
FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger	Livro	Branços e negros em São Paulo	1971	Branços e negros em São Paulo	1971
	Livro	Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo	1955	_____	_____
FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho	Livro	Homens livres na ordem escravocrata	1983	Homens livres na ordem escravocrata	1969
FREITAS, Décio	Livros	Escravos e senhores de escravos	1983	Palmares – A guerra dos escravos	1973
	Livro	Cabanos – os guerrilheiros do Imperador	1978	_____	_____
FREYRE, Gilberto	Livro	Casa Grande e Senzala	1943	Casa Grande e Senzala	1961
	Livro	Problemas Brasileiros de Antropologia	1943	Sobrados e mocambos	1968
	Livro	_____	_____	Ordem e progresso	1974
	Livro	_____	_____	Nordeste	1961
	Livro	_____	_____	Novo mundo nos trópicos	1971
	Livro	_____	_____	O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX	1979
GARCIA, Rodolfo	Livro	Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)	1956	Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)	1975

GOULART, Maurício	Livro	A escravidão Africana no Brasil das origens à extinção do tráfico	1975	A escravidão Africana no Brasil das origens à extinção do tráfico	1949
	Artigo	O problema da mão de obra: o escravo africano	1960	_____	_____
GRAHAM, Richard	Livro	Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil	1973	Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil	1973
	Artigo	_____	_____	Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e o sul dos Estados Unidos no século XIX	1983
HANDELMAN, H.	Livro  Artigo para o IHGB	História do Brasil	1978	História do Brasil	1931
HARRIS, Marvin	Artigo  Livro	Referencial Ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity	1970	Patterns of Race in the Americas	1974
HASENBALG, Carlos	Livro	Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil	1979	Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil	1979
HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.)	Livro	História Geral da Civilização Brasileira	1960	História Geral da Civilização Brasileira	Várias datas
HOLANDA, Sérgio Buarque de.	Livro	Prefácio de A Escravidão Africana	1973	Prefácio para Memórias de um colono no Brasil	1951
	Livro	_____	_____	Visão do Paraíso	1969
	Artigo HGCB	_____	_____	Metais e pedras preciosas	s/d
	Livro	_____	_____	Raízes do Brasil	1969



	Livro	_____	_____	Apresentação de Obras econômicas	1966
IANNI, Octavio	Livro	Raças e classes no Brasil	1987	Raças e classes no Brasil	1966
	Livro	Sociologia da sociologia latino-americana	1971	As metamorfoses do escravo	1962
	Livro	O ciclo da revolução burguesa	1984	Escravidão e história	1975
	Livro	Escravidão e Racismo	1978	_____	_____
KLEIN, Herbert	Estatísticas In: IBGE – Estatísticas Históricas do Brasil  Artigo	Tráfico de Escravos	s/d	Sociedades escravistas en las Americas – Un estudio comparativo	1966
LAPA, J. R. do Amaral	Livros	História e historiografia no Brasil pós-64	1965	A Bahia e a carreira da Índia	1968
	Livro	_____	_____	Economia colonial	1973
	Livro	Modos de produção e realidade brasileira	1980	Modos de produção e realidade brasileira	1980
LIBBY, Douglas Cole	Livro	Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil	1984	Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil	1984
LIMA, Heitor Ferreira	Livro	Histórias político-econômica e industrial do Brasil	1976	Formação Industrial do Brasil (período colonial)	1961
MANCHESTER, Alan K.	Livro	Preeminência inglesa no Brasil	1973	Preeminência inglesa no Brasil	1973
				Tendências e estruturas dos	

MARCÍLIO, Maria Luíza	Artigos	Padrões da família escrava	1991	domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828)	1972
MOURA, Clóvis	Livro	Rebeliões da Senzala	1959	Rebeliões da Senzala	1972
NOVAIS, Fernando A.	Livro  Artigo	Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial	1986	Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI- XVIII)	1974
OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de	Livro  Tese de mestrado	O Liberto: o seu mundo e os outros	1988	O Liberto: o seu mundo e os outros (Salvador, 1790-1890)	1979
PINTO, Virgílio Noya	Livro	O ouro brasileiro e o comércio anglo-português	1979	O ouro brasileiro e o comércio anglo- português	1979
PRADO Jr., Caio	Livro	História Econômica do Brasil	s/d	História Econômica do Brasil	1956
	Livro	_____	_____	Formação do Brasil Contemporâneo : colônia	1953
	Livro	_____	_____	Evolução Política do Brasil e outros estudos	1957
RAMOS, Artur	Livro  Apresentaçã o	Introdução à Antropologia Brasileira	1947	Castigos de Escravos	s/d
	Livro	O negro brasileiro	1940	_____	_____
RIBEIRO, João.	Livro	História do Brasil	1900	História do Brasil	1957
RODRIGUES, José Honório	Livros	Independência: revolução e contrarrevolução – Economia e Sociedade	1975	Brasil e África: outro horizonte	1964
	Livro	_____	_____	História e historiografia	1970

SALLES, Vicente	Livro	O negro no Pará	1971	O negro no Pará	1971
SCHWARTZ, Stuart.	Artigos	Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial	1987	Free Labor in a Slave Economy: the Lavradores de Cana of Colonial Bahia	1973
	Artigo para Anais de História	_____	_____	A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745	1974
	Artigo	_____	_____	The Plantations of St. Benedict: the Benedictine Sugar Mills of Colonial Brazil	1982
	Artigo	_____	_____	Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil	1983
SILVA, Eduardo	Artigo Livro	Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia	1989	Barões e escravidão. Três gerações de fazendeiros e crise da estrutura escravista	1984
SIMONSEN, Robert C.	Livro	História Econômica do Brasil (1500-1820)	1937	História Econômica do Brasil (1500-1820)	1937
	Livro	_____	_____	Evolução industrial do Brasil e outros estudos	1973
SLENES, Robert e MELLO, Pedro Carvalho de.	Artigo	Análise econômica da escravidão no Brasil	1980	Análise econômica da escravidão no Brasil	1980
SODRÉ, Nelson Werneck	Livro	História da Burguesia brasileira	1964	História da Burguesia brasileira	1962
	Livro	Introdução à revolução brasileira	1963	Introdução à revolução brasileira	1958

	Livro Artigo	História da Imprensa no Brasil	1966	A ideologia do colonialismo	1961
	Livro	História Militar do Brasil	1965	_____	_____
	Livro	Capitalismo e revolução burguesa no Brasil	1990	_____	_____
SOUZA, Laura de Melo	Livro	Desclassificados do Ouro	1986	Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII	1982
TAUNAY, Afonso de	Artigo em Jornal	Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil	1941	Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil	1941
	Livro	_____	_____	História do café no Brasil	1939-1943
	Livro	_____	_____	História geral das bandeiras paulistas	1924-1948
	Artigo	_____	_____	Pedro Taques e seu tempo	s/d
	Artigo em Jornal	_____	_____	Na Bahia colonial (1610-1764)	1925
TAVARES, Luiz Henrique Dias	Livro Artigo	Comércio Proibido de Escravos	1988	Capitais e manufaturados no comércio de escravos	1984
VARNHAGEN, F. Adolfo.	Livro	Não cita a obra - nota 25, p. 156-157.	s/d	História geral do Brasil	s/d
VERGER, Pierre	Livro Artigo	Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos	1987	O fumo da Bahia e o tráfico dos escravos do Golfo de Benim	1966
VIANNA, Oliveira	Livro Estatística	Raça e assimilação	1932	Recenseamento de 1920 – O povo brasileiro e sua evolução	1922
	Livro	Evolução do povo brasileiro	1956	Populações meridionais do Brasil	1922

	Livro	_____	_____	Introdução à história social da economia pré-capitalista do Brasil	1958
WEBER, Max	Livro	História Econômica Geral	s/d	Historia Económica General	1961
	Livro	_____	_____	Economia y sociedad	1964
	Livro	_____	_____	A ética protestante e o espírito do capitalismo	1967
	Livro	_____	_____	Essais sur la theorie de la science	1965
WILLIAMS, Eric	Livro	Não cita a obra, mas cita o autor	s/d	Capitalism and Slavery	1966